

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JÚLIA SIMÕES TOCCHETTO

**A CHINA EM TRANSIÇÃO: DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL
E O REBALANCEAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO**

Porto Alegre

2015

JÚLIA SIMÕES TOCCHETTO

**A CHINA EM TRANSIÇÃO: DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL
E O REBALANCEAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Tocchetto, Júlia Simões

A China em transição: desdobramentos da crise financeira global e o rebalanceamento do modelo de crescimento / Júlia Simões Tocchetto. -- 2015.
96 f.

Orientador: André Moreira Cunha.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Rebalanceamento da economia chinesa. 2.
Desdobramentos da crise financeira global. 3.
Ascensão chinesa. I. Cunha, André Moreira, orient.
II. Título.

JÚLIA SIMÕES TOCCHETTO

**A CHINA EM TRANSIÇÃO: DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL
E O REBALANCEAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

A todos que me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à República Federativa do Brasil por me dar a oportunidade de estudar em uma universidade pública de excelência, cuja qualidade do ensino me deu as ferramentas necessárias para ter uma visão crítica sobre os eventos que nos cercam. Devo agradecer também à UFRGS como instituição, aos seus funcionários e aos professores e professoras do curso de Relações Internacionais, cujas visões e maneiras de ensinar foram muito importantes para a minha formação. Agradeço, ainda, à orientação do Prof. André Cunha, que me mostrou o quão desafiador e estimulante seria estudar um país tão complexo como a China, me guiando nesta pesquisa desde 2013 e resolvendo meus mais diversos questionamentos.

Não poderia deixar de mencionar os projetos de extensão do curso de Relações Internacionais da UFRGS. Todos eles, em especial o UFRGSMUNDI e o UFRGSMUN, foram fundamentais para minha formação e tomaram um espaço importantíssimo do meu tempo de estudo e dedicação nestes últimos 5 anos

De maneira especial, preciso agradecer aos meus amigos. Primeiro, aos da turma 8, que desde que entrei na faculdade mudaram o jeito com o qual eu encaro o mundo e minha própria vida. Especialmente aos amigos André França, Helena Terres, Jéssica Höring, Laís Trizotto, Leonardo Weber, Livi Gerbase, Luciana Brandão, Luiza Correa, Matheus Hoscheidt e Pedro Alt; e aos membros da “diretoria”: Ana Paula Calich, Bruna Jaeger, Giordano Bruno, Giovana Zucatto, Guilherme Simionato, Henrique Acosta, João Arthur Reis, João Gabriel Burmann, Marília Closs, Mirko Levis, Renata Noronha e Willian Moraes Roberto. Todos eles foram fundamentais, seja individualmente ou em grupo, para meu aprendizado tanto acadêmico quanto pessoal. Desde a convivência em trabalhos em grupo, projetos de extensão, até fora do ambiente da universidade, todos os momentos que compartilhamos tornaram esses 5 anos de graduação inesquecíveis. Ainda, preciso agradecer ao meu grupo de amigas do colégio, cuja cumplicidade sempre foi e segue sendo importantíssima para mim.

Por fim, é necessário agradecer a minha família - minha mãe, meu pai e minha irmã -, por me proporcionarem todo o apoio necessário sempre, bem como por me ampararem nos momentos difíceis, sempre atentos, solícitos e afetuosos, não medindo esforços para me ajudar quando necessário. Além disso, minha família foi essencial para que eu pudesse dedicar praticamente toda minha graduação aos meus estudos e minha pesquisa, nunca deixando de acreditar na importância disso para mim e no meu potencial.

Reform is China's second revolution (Deng Xiaoping, 1985).

RESUMO

O presente trabalho trata dos principais desdobramentos da crise financeira global (CFG) sobre a economia chinesa; quais sejam, grosso modo, a queda nas exportações e o aumento do investimento para compensar essa queda. Defende-se que a maneira como construiu-se o modelo chinês de crescimento condicionou estes desdobramentos. Entende-se que as reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, e levadas a diante nas décadas subsequentes, foram essenciais para moldar o atual modelo chinês de crescimento, voltado para exportações e investimentos. Procura-se demonstrar que essas reformas foram extremamente exitosas em promover o crescimento da economia chinesa; mas que, gradativamente, desencadearam desequilíbrios internos no modelo de crescimento do país. Dessa maneira, a CFG atingiu a China de maneira a colocar em xeque seu modelo – pois atingiu suas exportações -, o que precipitou a necessidade de rebalanceamento no mesmo. Acredita-se ser ainda prematuro assentar com certeza que o modelo de crescimento está esgotado, ou que a China já está rumando para um novo paradigma de crescimento, embora o trabalho tenha demonstrado que existam sinais para ambas estas questões. É possível afirmar que a crise teve papel determinante em retirar dinamismo das exportações, enquanto os investimentos não parecem poder mais liderar as mesmas taxas de crescimento que antes empurravam a China. Por causa disso, pode-se dizer que a desaceleração atual da economia chinesa parece ter caráter estrutural e não apenas conjuntural.

Palavras-chave: Economia chinesa. Rebalanceamento. Reformas econômicas. Crise financeira global. Modelo chinês.

ABSTRACT

This paper intends to deal with the main consequences of the Global Financial Crisis (GFC) on the Chinese economy; which is, basically, a decline in exports and the increase of investments to redress this decline. It is argued that the way they built the Chinese growth model has conditioned these events. It is known that the economic reforms initiated by Deng Xiaoping in 1978, carried on in the subsequent decades, were fundamental in shaping the current Chinese growth model, focused on exports and investment. The present work intends to demonstrate that these reforms have been extremely successful in promoting China's economic growth; however, they gradually triggered internal imbalances in the country's growth model. Therefore, the GFC struck China in a way that its model is put into question, which precipitated the need for rebalancing it. It is believed to be still premature to settle with certainty that either the growth model is exhausted or that China is already moving towards a new paradigm of growth; even though the work has shown that there are signs for both these issues. It can be affirmed that the crisis had a leading role in removing the dynamism of China's exports, while its investments seem no longer to be able to lead the same growth rates that were pushing China before. That is why it can be said that the current slowdown of the Chinese economy seems to have a structural nature and not just a cyclical one.

Keywords: Chinese economy. Rebalancing. Economic reforms. Global financial crisis. Chinese model.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Investimento direto estrangeiro (bilhões de dólares, a preços e taxas de câmbio correntes)	47
Gráfico 2: Evolução da poupança e dos investimentos chineses a partir da segunda fase de reformas	52
Gráfico 3: Superávits comerciais da China	53
Gráfico 4: Evolução do consumo e da formação bruta de capital	54
Gráfico 5: Exportações líquidas e crescimento econômico da China	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ABORDAGENS ACERCA DA ASCENSÃO CHINESA E DO SEU MODELO ...	15
2.1	O debate sobre a ascensão chinesa e o fim da hegemonia estadunidense	15
2.2	Concepções sobre o modelo chinês	29
3	AS REFORMAS ECONÔMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS: DE 1978 À VÉSPERA DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL	34
3.1	O primeiro período: de 1978 a 1992-1993	35
3.2	A década de 1990 e os anos 2000	43
3.3	Os desequilíbrios do modelo chinês	51
3.4	Considerações finais	57
4	O PÓS-CRISE FINANCEIRA GLOBAL: SEUS DESDOBRAMENTOS E A NECESSIDADE DE REBALANCEAMENTO	60
4.1	A CFG: o impacto nas exportações chinesas e o programa de recuperação da economia..	60
4.2	A possibilidade de rebalanceamento da economia chinesa	69
4.3	Políticas econômicas para o rebalanceamento e avanços recentes	77
4.3.1	<i>Reforma fiscal</i>	78
4.3.2	<i>Reforma financeira</i>	80
4.3.3	<i>Reforma na política cambial</i>	82
4.3.4	<i>Reforma nos preços</i>	83
4.4	Considerações finais	Erro! Indicador não definido.
5	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

A China é, atualmente, alvo recorrente de estudos de diversos vieses, seja buscando analisar seu sistema político, seus aspectos securitários, ou sua cultura. Especialmente, bastante foco é direcionado ao seu desenvolvimento econômico, tendo em vista ser este o aspecto que colocou a China entre as maiores economias do mundo, com potencial de se tornar a maior – com o PIB medido através da paridade poder de compra, a China já o é (INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF, 2015b) –, e no centro das trocas globais. Hoje, devido a este grau de penetração internacional, seu dinamismo doméstico tem fortes repercussões externas; assim como estímulos externos condicionam seu ritmo de expansão (IMF, 2011).

Nesse sentido, tem-se procurado estudar os motivos do êxito do crescimento chinês, tendo em vista que há pouco mais de 30 anos sua economia representava pouco mais de 1% do PIB global – hoje representando aproximadamente 13%¹ (SODUPE, 2013; IMF, 2015a). O que já foi conceituado como o modelo chinês, ou “Consenso de Pequim” – em referência ao consenso de Washington, pois representaria uma alternativa a este –, popularizou-se no mundo acadêmico². Ele seria uma espécie de “modelo” que a China seguiu para desenvolver-se, sendo objeto de debate se esse modelo pode ou não ser replicado em outras economias em desenvolvimento. As reformas econômicas que tiveram início em 1978 parecem ter colocado a China em um curso de crescimento econômico sem precedentes, seja considerando seus números impressionantes – taxas de crescimento de dois dígitos ou próximas a 10% –, seja verificando sua durabilidade no tempo, que ultrapassou mesmo as outras economias do leste asiático que dispararam no século XX como economias emergentes.

Características estruturais, como o foco do governo no investimento – especialmente em infraestrutura física –, bem como o rápido crescimento da força de trabalho e o movimento de urbanização de uma economia antes essencialmente rural foram características chave para o crescimento chinês. Isso se conjuga com aspectos da transição do socialismo para a economia de mercado feita de maneira gradual, aproveitando os benefícios da liberalização, ao mesmo tempo em que era capaz de canaliza-los de acordo com os objetivos do governo. Ainda, fatores históricos ou tradicionais foram muito importantes, como o passado da civilização chinesa, quando imperavam relações tributárias e comerciais com seu entorno (a prática comercial

¹ Considerando os dados disponíveis no “IMF DataMapper” para o PIB nominal dos países em 2014.

² Ver Ramo (2004), Halper (2010), Breslin (2011a), entre outros.

guardava grande importância), bem como pelo fato de Hong Kong e Taiwan antes fazerem parte da China (tendo o primeiro já retornado a esses *status*, mesmo hoje sendo mais autônomo, na característica de Região Administrativa Especial). Isso se manifesta especialmente na ligação estas economias, primeiramente, para atração de Investimento Externo Direto (IED) e depois também com as demais economias asiáticas, com relações comerciais crescentes (NAUGHTON, 2007).

Desde meados dos anos 2000, tem-se discutido o esgotamento do modelo de crescimento chinês. Tal tema ganhou mais importância no período que se seguiu à crise do *subprime* estadunidense, que posteriormente se transformaria em uma crise financeira global (CFG), num contexto de recessão mundial, cujos efeitos são sentidos até os dias de hoje (NOLAN, 2011; IMF, 2015c). A ascensão chinesa encontra-se agora condicionada pelo ambiente modificado pela crise, o que parece ter salientado algumas vulnerabilidades de seu modelo. Assim, esta monografia procura entender como este novo ambiente condiciona não apenas o ritmo de crescimento chinês, mas também suas estratégias de desenvolvimento e contradições internas. Entre estas contradições, destaca-se, de um lado, o consenso interno de que o padrão de crescimento baseado, grosso modo, em investimentos e exportações estaria tornando-se insustentável; e, de outro, o fato de as lideranças chinesas aparentemente seguirem tomando medidas que se enquadram neste modelo, reforçando-o para sustentar um crescimento econômico elevado.

A questão a ser investigada é essencialmente como a crise financeira global impactou a economia chinesa. Toma-se, como premissa, que os resultados da CFG ainda não estão esgotados, como apregoam Nolan (2011), Damas (2014), entre outros. De forma auxiliar, procurar-se-á investigar como se construiu o modelo de crescimento chinês atual e definir quais suas principais características e desequilíbrios, a fim de construir as bases para entender de maneira completa os efeitos da CFG. Em outras palavras, buscar-se-á compreender se a CFG foi fator determinante para a recente guinada chinesa para o rebalanceamento da sua economia, ou se simplesmente agiu como um acelerador de um processo de esgotamento do modelo de crescimento. Esta discussão traz outros questionamentos subjacentes: se o modelo de crescimento chinês atual está sendo esgotado; e se a atual desaceleração da economia chinesa, verificada nos últimos anos, é uma tendência cíclica, decorrente da crise, ou estrutural, representando uma guinada da economia chinesa para um novo “normal” de crescimento. Adicionalmente, como

questão secundária, busca-se investigar se as autoridades chinesas têm realizado políticas na direção do rebalanceamento.

A hipótese central é que a maneira como se construiu o modelo chinês de crescimento condicionou o impacto da CFG na economia chinesa. Dessa forma, a tendência de desaceleração da economia seria não só resultado da CFG, mas também representaria sinais de que as condições que propiciaram o crescimento das últimas três décadas estariam gradualmente se esgotando. Dito de outra maneira, o modelo chinês, baseado principalmente em exportações e investimento, tornou a economia chinesa muito vulnerável aos fluxos de comércio e de investimento internacionais. Assim, mesmo que o país tenha retomado o crescimento rapidamente, devido a um pacote de estímulo do governo, a CFG, impactando as exportações, intensificou a dependência do crescimento chinês sobre os investimentos, ao mesmo tempo em que outros gargalos da economia chinesa começam a ser sentidos.

Como hipótese secundária, especula-se que devido ao fato de a manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico e de emprego atuarem como estabilizadores do *status quo* político, o Partido Comunista Chinês (PCCh) parece relutar em aceitar menores taxas de crescimento e segue lançando mão de medidas de estímulo à economia, o que acaba por reforçar características do padrão de crescimento vigente. Dessa forma, o futuro da economia chinesa, que parece depender de um rebalanceamento, aparentemente encontra-se em contradição.

O desenvolvimento econômico chinês é aspecto notável da realidade internacional das últimas décadas e tem sido estudado de diversas perspectivas, sendo alvo de atenção especialmente pelas características peculiares de seu modelo de crescimento. Consenso na literatura a respeito, a China é de difícil entendimento, mesmo para aqueles que se dedicam ao estudo do país. Todavia, esforços neste sentido seguem sendo realizados, e a bibliografia sobre a China, em seus aspectos teóricos, históricos e econômicos, é bastante ampla. O estudo da economia chinesa, objeto principal deste trabalho, complica-se não só pelos diversos fatores que envolvem o modelo chinês, mas também pelas distintas interpretações sobre os fenômenos que ocorrem neste país.

A China tem desempenhado importante papel para multipolarização da estrutura mundial de poder, tanto considerando a dimensão política quando a econômica. Uma eventual mudança de modelo de crescimento pode modificar seu padrão de inserção internacional, pois pode significar um novo exemplo – ou alternativa – de modo de desenvolver-se, em oposição às crenças no

liberalismo e na democracia como essenciais para o desenvolvimento. Além disso, os impactos econômicos e políticos que essa mudança engendraria no resto do mundo também guardam grande relevância, dado que a China já tem importante participação no comércio e investimento de vários países. Dessa forma, o crescimento econômico chinês impacta não só a vida da sua população, mas também os rumos da economia global. Por fim, a China tem se mostrado bastante importante para o Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, devido às suas relações econômicas e aproximação política; assim, o estudo da sua economia no pós-crise pode possivelmente munir novos trabalhos sobre os impactos da China no Brasil, os quais são essencialmente dinâmicos (requerem constante adaptação) e relevantes para o pesquisador brasileiro.

Para realizar o objetivo proposto, não basta somente analisar os aspectos recentes da economia chinesa, os impactos da CFG e a reação da China a ela. Isso porque qualquer conclusão adequada sobre estes aspectos deve levar em consideração como se construiu o modelo de crescimento chinês, para ter-se em conta de onde vem as características e vulnerabilidades agora evidenciadas e também quais são os pontos mais importantes a serem focalizados. Dessa forma, a pesquisa passa por retomar os aspectos das reformas chinesas desde 1978, para posteriormente analisar os efeitos da CFG sobre esse modelo de crescimento e, por fim, analisar as possibilidades de rebalanceamento da economia chinesa rumo a um modelo mais sustentável de crescimento.

Para desenvolver este trabalho, primeiramente buscar-se-ão abordagens distintas a respeito da ascensão chinesa nas relações internacionais, que busquem entender também como essa ascensão pode impactar o ordenamento global, buscando criar o pano de fundo para o resto do estudo. Em seguida, buscar-se-á delimitar algumas concepções do que se entende por “modelo chinês” ou “Consenso de Pequim”, dada a relevância já ressaltada destes conceitos.

O terceiro capítulo buscará demonstrar as principais políticas e eventos que marcaram as reformas chinesas desde 1978, a fim de tentar enumerar algumas características centrais do modelo chinês que constroem a sua sustentabilidade. O quarto capítulo pretenderá compreender os efeitos da CFG na China, bem como analisar como seu pacote de recuperação da crise, exitoso em evitar quedas nas taxas de crescimento, acabou por reforçar o padrão de crescimento verificado até então, arriscando torná-lo ainda mais vulnerável. A discussão sobre se essa transição se dará de maneira “suave” – taxas sustentáveis de crescimento, embora ainda relativamente altas – ou “dura” – uma queda abrupta nessas taxas, que pode inclusive engendrar

uma recessão – deve estar subjacente a toda discussão sobre o rebalanceamento. Este capítulo explorará algumas bibliografias que tem tratado da possibilidade e necessidade de rebalanceamento daquele padrão. Por fim, serão traçadas algumas conclusões finais, onde se buscará compreender se foi possível responder às questões levantadas e avaliar a relevância da nossa hipótese.

2 ABORDAGENS ACERCA DA ASCENSÃO CHINESA E DO SEU MODELO

Inicialmente, o presente capítulo se dedicará a traçar uma breve apreciação de diferentes correntes das Relações Internacionais que tratam, em suas obras, da ascensão chinesa ao *status* de grande potência e seus impactos na ordem mundial. Essa revisão bibliográfica ganha importância por explicitar que a retomada de um crescimento econômico sustentável (dos pontos de vista demográfico, ambiental e dos motores desse crescimento) e a tendência à desaceleração do crescimento chinês são variáveis fundamentais para tirar conclusões sobre os prováveis rumos do ordenamento global. Dessa forma, ela servirá de pano de fundo para a compreensão mais ampla da relevância do objeto central desta monografia, a economia chinesa e sua possibilidade de rebalanceamento. Em segundo lugar, procurar-se-á descrever os pontos de vista de alguns autores acerca do “modelo” chinês, seja ele associado ao modelo de Estado, seja voltado ao padrão de crescimento do país.

2.1 O debate sobre a ascensão chinesa e o fim da hegemonia estadunidense

A ascensão chinesa já foi tratada por diversos teóricos das Relações Internacionais, os quais perceberam que a ascensão deste país poderia, em certo período de tempo, impactar a polaridade global. Há um extenso debate sobre se essa ascensão é de fato crível e, caso for, se resultará em guerra entre grandes potências ou em um questionamento da ordem liberal comandada pelos Estados Unidos (EUA). Ainda, há autores que acreditam na possibilidade desta ascensão ser pacífica, cenário no qual não haveria guerra nem declínio estadunidense, mas sim a cooperação entre os dois países tanto para coexistir como grandes potências como para lidar com os problemas globais. A seguir, serão apresentadas as visões de autores que parecem representar adequadamente as principais perspectivas existentes neste debate.

Mearsheimer (2014), escritor do realismo ofensivo³, assinala que o mundo atualmente não é unipolar. Em vez disso, existe uma hegemonia regional, os Estados Unidos, e duas grandes

³ Realismo ofensivo é o campo teórico das relações internacionais que, em primeiro lugar, se pauta pelas premissas básicas do realismo: 1) Estados são os atores centrais; 2) todos os Estados possuem capacidades militares ofensivas, as quais são relativamente fáceis de medir; 3) Estados nunca poderão ter certeza sobre as intenções de outros Estados; 4) a sobrevivência é o fim primordial e Estados sempre estarão preocupados em defendê-la; e 5) Estados são atores racionais, ou seja, realizam escolhas ótimas para maximizar poder e suas chances de sobrevivência. Particularmente, o realismo ofensivo acredita que o melhor jeito de buscar sua sobrevivência é maximizando sua parcela de poder mundial, ou seja, tornando-se o único hegemom regional (Mearsheimer elimina

potências – definidas através da análise de suas capacidades – China e Rússia. Dentro da teoria do realismo ofensivo, o autor argumenta que se a China seguir com seu ritmo de crescimento atual, o país tornar-se-á provavelmente uma superpotência e, assim, uma ameaça aos Estados Unidos, pois pode conquistar o *status* de hegemona regional na Ásia. De acordo com este arcabouço teórico, os EUA agirão de todas as formas para impedir tal ascensão, tendo em vista que Washington maximizará sua sobrevivência somente se for o único hegemona regional. De acordo com o autor, a experiência histórica provaria que os EUA se preocuparam em não só alcançar a hegemonia regional no hemisfério ocidental, mas também em impedir a ascensão de outros hegemonas nas outras regiões do mundo (MEARSHEIMER, 2014).

A estratégia de contenção estadunidense provavelmente se pautaria pela mobilização de países asiáticos vizinhos da China. Isso porque a interdependência econômica não seria suficiente para manter a paz na Ásia, levando em consideração uma série de motivos, destacando-se que os Estados priorizam sua sobrevivência em detrimento das suas relações econômicas. Logo, segundo o autor, os vizinhos asiáticos vão se aliar aos EUA na contenção da China. Estes seriam, principalmente, Índia, Cingapura, Japão, Coreia do Sul, Rússia e Vietnã. Essa contenção seria importante porque a ascensão chinesa se daria via tentativa de domínio da sua região. O autor afirma que

[s]e a China continuar o seu crescimento econômico impressionante nas próximas décadas, provavelmente vai agir de acordo com a lógica do realismo ofensivo, o que significa dizer que ela vai tentar imitar os Estados Unidos. Especificamente, ela vai tentar dominar a Ásia do modo que os Estados Unidos dominaram o hemisfério ocidental (MEARSHEIMER, 2014, p. 5, tradução nossa⁴).

Uma China mais poderosa poderia dirimir seus atritos na Ásia e passar a influenciar mais diretamente as outras regiões do globo, como a América Latina – movimento que, de fato, já vem acontecendo, mas ainda concentrado na esfera econômica. Essa presença teria como objetivo principal afetar os EUA no hemisfério ocidental, conforme a lógica do realismo ofensivo prevê. Ao mesmo tempo, a China buscaria afastar os EUA da sua área de influência, a Ásia, da mesma

a possibilidade de uma hegemonia global). Dessa forma, as relações internacionais são vistas de maneira mais conflitiva, no sentido em que a qualquer sinal da ascensão de um possível desafiador no sistema (ou outra hegemonia regional), o Estado que possui hegemonia regional tende a usar os meios necessários para defender sua posição dominante (MEARSHEIMER, 2014).

⁴ No original: “If China continues its striking economic growth over the next few decades, it is likely to act in accordance with the logic of offensive realism, which is to say it will attempt to imitate the United States. Specifically, it will try to dominate Asia the way the United States dominates the Western Hemisphere.”

forma que os estadunidenses afastaram paulatinamente a Europa da América Latina. Devido a todos esses fatores, Mearsheimer (2014) sustenta que a ascensão da China provavelmente será conflituosa, ou seja, há grandes chances de guerra com os Estados Unidos. Para Mearsheimer (2014), o fato de serem duas potências nucleares não dissuadiria o conflito tão eficazmente como na Guerra Fria, especialmente por aspectos geográficos e de distribuição de poder⁵.

Em consonância com Mearsheimer, Subramanian (2011) também acredita que a ascensão chinesa rumo ao *status* de grande potência é uma tendência bastante crível. O autor busca criticar a visão centrada nos EUA, de que evitar o declínio de seu poder só dependeria deles próprios. Sua visão é de que, na verdade, o resultado desta “corrida” será muito mais moldado pelas ações chinesas. Assim, infere resultados através do seu índice de supremacia econômica - que depende do PIB, do comércio e em que medida este país é credor líquido internacionalmente - e de um cálculo para prever o crescimento de ambas as economias até 2030⁶. A conclusão é que, em 2030, o mundo será praticamente unipolar, sendo a China a maior potência. Seu PIB constituirá 20% do mundial, enquanto o dos EUA, 15%. Seu PIB per capita será a metade do dos EUA, mas seu comércio representará 15% do mundial, o dobro da representatividade que terão os EUA. Além disso, já atualmente a China é uma grande credora mundial, enquanto o EUA são devedores (sendo que boa parte de seus títulos estão em mãos chinesas); essa diferença tende a se aprofundar.

Esse resultado depende muito mais de a China conseguir superar seus desequilíbrios internos do que dos EUA, que, mesmo se conseguirem lograr uma taxa de crescimento mais elevada, iriam apenas atrasar a transição. Logo, Subramanian (2011) defende que, se mesmo agora a China consegue atuar independentemente da vontade de outros países – podendo manter

⁵ Mearsheimer afirma que na Ásia não existe um front central como existia na Europa, o que aumentava os riscos de mortes de civis em uma possível guerra entre URSS e EUA. Na Ásia, existem vários lugares onde uma guerra limitada poderia ocorrer, onde “a magnitude de qualquer guerra individual não seria tão grande como teria sido na Europa entre 1945 e 1990. [...] [A] probabilidade de escalada nuclear desses conflitos potenciais é muito menor [...]” (MEARSHEIMER, 2014, p. 17-18, tradução nossa). No original: “the magnitude of any individual war would be nowhere near as great as it would have been in Europe between 1945 and 1990. [...] [T]he likelihood of nuclear escalation in these potential conflicts is much smaller [...]”. Mearsheimer (2014) cita a península coreana, uma luta pelo controle de Taiwan, o Mar do Sul da China, as ilhas Sankaku/Diaoyu e as linhas de comunicação marítima entre a China e o Golfo Pérsico (território de soberania atualmente em disputa entre China e Japão) como potenciais focos de conflito entre EUA e China. Em termos de distribuição de poder, a principal diferença em relação à Guerra Fria é que não haveria uma bipolaridade na Ásia, uma vez que existe outra grande potência na região, a Rússia, enquanto o Japão possui potencial para tal; a tendência é que na Ásia emerja uma multipolaridade desequilibrada. Segundo sua teoria, a guerra é mais provável neste tipo de polaridade (MEARSHEIMER, 2014).

⁶ O crescimento chinês é estimado em 7%, considerado um desvio para baixo (o crescimento da China em 2011, ano em que o texto foi publicado, foi de 9,3%, WORLD BANK, 2015), devido aos problemas e desequilíbrios internos, enquanto o estadunidense é estimado em 2,5%.

uma moeda subvalorizada artificialmente, por exemplo – futuramente, de acordo com as suas previsões de supremacia econômica, ela poderá até determinar ações estadunidenses – impedindo, por exemplo, que suas forças navais estejam no Mar do Sul da China –, assentando assim sua unipolaridade.

Kissinger (2015), em visão bastante diferente dos já citados, percebe o mundo dividido em uma diversidade de ordens, variando conforme a região, não tendo existido jamais uma que fosse capaz de abarcar o mundo inteiro. Cada uma das regiões possui suas particularidades, que variam conforme sua herança histórica, o número de potências envolvidas e mesmo características geográficas. Dessa forma, o que vale para os Estados Unidos ou para Europa na ordem do mundo ocidental não necessariamente pode ser aplicado para outra região, como a Ásia-Pacífico, ou para outro país, como a China. Pode-se observar, logo, uma contraposição em relação à ideia de Mearsheimer (2014), em que o autor considera possível entender ou mesmo prever o comportamento chinês tendo em vista a experiência ocidental, a qual é em grande parte a base empírica de sua teoria.

Segundo Kissinger (2015), cada uma dessas ordens possui dois componentes: um conjunto de regras aceitas por todos e um equilíbrio de poder. Estes não necessariamente impedirão confrontos, contudo tornam menos frequentes os desafios à ordem vigente. A ordem asiática, apesar de já ter sido pautada pela proeminência de sistemas tributários, onde a hierarquia entre unidades imperava, hoje tem como base das suas relações internacionais a igualdade entre nações soberanas e a não intervenção. Kissinger (2015) salienta que tal gama de princípios, na verdade, representa a ordem mais importante para as relações internacionais, a que emergiu na Paz de Westfália com o objetivo de gerar uma convivência pacífica entre os países europeus, com territórios e soberanias bem definidos. Esses valores determinam a ordem asiática especialmente como uma reação ao seu passado colonial e de intervenção ocidental, e foram concretizados principalmente na Conferência de Bandung⁷. Esta conferência representou um evento paradigmático, ocorrido na Ásia durante a Guerra Fria, que envolveu países subdesenvolvidos que não se consideravam nem do bloco comunista, nem do capitalista, e que queriam buscar

⁷ Na Conferência, foi justamente o primeiro ministro chinês, Zou em-Lai, que enunciou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, quais sejam: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; 2) não-agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (VIZENTINI, 2011).

modos de se desenvolver sem estar ligados a nenhuma das superpotências (ZUCATTO et al., 2013).

Procurando diferenciar a ordem asiática da europeia, Kissinger (2015) salienta suas peculiaridades, valendo destacar algumas. Primeiramente, potências externas são fator integrante da ordem asiática, a saber, Rússia - considerada potência europeia - e os EUA. Em segundo lugar, as instituições regionais atuam muito mais analisando caso a caso do que através de regras formais, como no caso europeu. Além disso, existem dois sistemas de equilíbrio de poder na Ásia, o sul e o leste; em nenhum deles há um “balanceador” claro, o qual desempenharia o papel de manter o equilíbrio. Diante deste panorama é que os EUA se postam na Ásia, buscando preencher um vácuo existente, o que desencadeia opiniões a respeito da possibilidade de conflito na região (KISSINGER, 2015).

A China, dentro desta ordem, passou de sua concepção hierárquica, que considerava que seu imperador detinha mandato sobre “tudo abaixo do céu” e que não concebia a nenhum país igualdade em relação a sua nação, para um dos países que recuperou os princípios de Westfália em seus discursos, dando extremo valor à soberania e a não intervenção nos assuntos internos. Segundo Kissinger (2015), a China teria sido capaz de criar uma síntese entre seu legado histórico e as necessidades de uma grande potência no modelo westfaliano, uma vez que entendeu a importância destes conceitos para o sistema internacional contemporâneo e que para inserir-se e posicionar-se novamente em lugar de destaque neste sistema deveria adaptar seus valores nesse sentido.

Em relação à ascensão chinesa e à possibilidade de esta ser conflituosa, Kissinger (2011, 2015) acredita na possibilidade de um posicionamento pacífico da China no sistema internacional, mesmo que ela obtenha de fato poder comparável ao dos Estados Unidos. O futuro da ordem internacional será extremamente condicionado pelas relações entre os EUA e a China; ou seja, para que exista uma ordem internacional, a maneira tradicional e mais agressiva de manejar este equilíbrio de poder precisa ser superada, a fim de baseá-lo em normas e na cooperação.

O autor não ignora a possibilidade de conflito, principalmente argumentando que, mesmo em um ambiente de cooperação, a confiança mútua pode não ser suficiente, tendo em vista que os Estados são atores soberanos que possuem a prerrogativa de tomar suas decisões. Já há precedente para a criação de uma zona onde a guerra é praticamente inconcebível: o Atlântico

Norte. Contudo, na Ásia, a situação é bastante diferente, “os Estados se consideram em potencial confronto com seus vizinhos” (KISSINGER, 2011, p. 494). A acumulação de poder chinesa pode, de fato, desencadear uma reação estadunidense, em uma situação na qual a formação de blocos em oposição – similar ao contexto que precedeu a Primeira Guerra Mundial –, poderia evoluir para um conflito estratégico. Tal sequência de eventos ocorreria se os EUA encarassem uma cooperação como uma cessão de tempo para que a China se preparasse para um eventual conflito; ou mesmo se a China demonstrasse intenção para tal.

Contudo, “as relações entre China e Estados Unidos não necessitam – e nem devem – se tornar um jogo de soma zero” (KISSINGER, 2011, p. 501). Primeiramente, porque atualmente há questões que afetam todos os países e que necessitam de um trato global – especialmente das duas maiores economias do mundo –, como as mudanças climáticas, a segurança energética e a proliferação nuclear. Além disso, a própria ascensão chinesa, antes de ser tratada como dada como é feito por muitos autores, será condicionada à capacidade do país de lidar com seus desequilíbrios e problemas internos (corrupção, desigualdade regional, transição demográfica, entre outros). Assim, “[um] país enfrentando tarefas domésticas tão grandes não vai se lançar facilmente, muito menos de forma automática, num confronto estratégico ou numa busca pela dominação mundial”; ainda, por causa disso e da presença de armas de destruição em massa e tecnologias militares modernas na questão, Kissinger afirma que “[a] competição crucial entre os Estados Unidos e a China muito provavelmente girará em torno das questões econômicas e sociais do que militares” (KISSINGER, 2011, p. 503). A cooperação deve brotar da consciência das consequências provavelmente desastrosas que um conflito traria.

Com o objetivo de propor uma solução, é apresentada a possibilidade de uma “Comunidade Pacífica”, onde deve haver uma “coevolução”, em que “ambos os países buscam seus imperativos domésticos, cooperando no que for possível, e ajustam suas relações para minimizar o conflito” (KISSINGER, 2011, p. 505). Dessa forma, especialmente na Ásia, nenhum dos países deve abandonar seus objetivos, ambos devem continuar buscando a própria competitividade, mas enquanto asseguram que a competição não escale para uma guerra. Paradoxalmente, o equilíbrio de poder vai envolver elementos de parceria e cooperação. A chave estaria em combinar a estratégia de balanceamento com diplomacia e parceria. A competição continuará, mas seus impactos seriam mais suaves (KISSINGER, 2015).

Outra perspectiva relevante é a de Nye (2010), que discorda da possibilidade de a China ultrapassar os EUA, mas acredita que estes devem mudar sua forma de liderança devido às novas condições do sistema internacional.

Uma narrativa de uma potência inteligente para o século XXI não é sobre maximizar poder ou preservar hegemonia. É sobre encontrar maneiras de combinar recursos e estratégias exitosas no novo contexto de difusão de poder e da “ascensão do resto” (NYE, 2010, não paginado, tradução nossa⁸).

Nye (2010) levanta vários motivos pelos quais a China não ultrapassaria os EUA. São eles: seus problemas internos, como a desigualdade regional e os problemas demográficos envolvendo os resultados da política de filho único; a insuficiência do crescimento do PIB como único fator para determinar essa ultrapassagem, ignorando outras dimensões, como poder militar e poder brando, nas quais os EUA seguem tendo vantagem considerável; e o fato de a China estar inserida em um ambiente bem mais competitivo – a Ásia – do que os EUA, em termos de equilíbrio de poder. Dessa forma, a principal ideia de Nye é que a hegemonia estadunidense não será superada, mas que, havendo de fato a ascensão de outros países, pode ocorrer um declínio relativo da capacidade estadunidense. Dessa forma, os EUA devem seguir liderando, mas precisam fortalecer seus meios não agressivos de atuação para continuar influenciando a atuação das potências emergentes. Seria necessário, assim, fortalecer tanto suas alianças com países parceiros, como as instituições internacionais e a defesa dos bens públicos globais (NYE, 2010).

Ikenberry (2011), por sua vez, também acredita na ascensão de novas grandes potências e na relativização do poder estadunidense; contudo, duvida da possibilidade de superação da ordem liberal erigida pelos estadunidenses, como é levantada por autores como Halper (2010), por exemplo. Para o autor, a ordem atual é produto de dois projetos: a ordem westfaliana, que faz vigorarem princípios como a soberania estatal e a integridade territorial; e a ordem liberal, que emergiu da defesa do livre comércio e de valores democráticos. Com a ascensão da hegemonia estadunidense, contudo, princípios da ordem westfaliana passaram a ser de certa forma superados, devido à emergência de conceitos como a “Responsabilidade de Proteger”, que relativiza a soberania de nações que violem os direitos humanos. Assim, teria surgido “uma

⁸ No original: “A smart-power narrative for the twenty-first century is not about maximizing power or preserving hegemony. It is about finding ways to combine resources in successful strategies in the new context of power diffusion and ‘the rise of the rest’”.

ordem hierárquica com características liberais” (IKENBERRY, 2011, não paginado, tradução nossa⁹).

Com a provável mudança do caráter hegemônico do sistema, parece que os aspectos hierárquicos do mesmo estão mudando; no entanto, a ordem liberal se mostra intacta. Ou seja, de fato a posição relativa dos EUA estaria mudando, enquanto potências como a China ascendem e contestam seu poder. Isso, contudo, não implica em uma mudança da ordem liberal subjacente. Não haveria uma contestação por parte da China; esta, como outras potências emergentes, objetivam antes elevar seu status dentro da ordem existente do que questioná-la. Inclusive, os países ditos emergentes traçaram sua trajetória operando dentro desta ordem. O comércio e o investimento internacionais, a entrada na OMC e outros elementos desse sistema foram elementos integrais do crescimento econômico chinês, por exemplo. Não haveria a possibilidade de um “modelo de Pequim” funcionar na escala que o modelo liberal o faz. Segundo o autor, aquele modelo só é eficiente se alguns países o adotam, enquanto o resto dos mercados opera na ordem liberal. Se todos o adotassem, “esse não [seria] mais um sistema aberto, mas um complexo fragmentado, mercantilista e protecionista – e todos sofrem” (IKENBERRY, 2011, não paginado, tradução nossa¹⁰).

Dessa forma, as vantagens da ordem liberal para as potências emergentes – participação nas instituições internacionais, construção de relações de confiança com seus vizinhos, luta conjunta contra as novas ameaças globais, abertura internacional em um contexto de crescente interdependência econômica, entre outros – justificariam sua manutenção, em um contexto no qual esta ordem se torna cada vez menos hierárquica. Adicionalmente, se continuarem defendendo os preceitos da ordem liberal, os EUA seguirão no centro do sistema, mas agora terão de lidar com os maiores status e autoridade de outros Estados, como a China (IKENBERRY, 2011).

Destoando em relação a outras perspectivas, que em geral concordam com a perspectiva da ascensão chinesa rumo ao status de potência concorrente aos EUA, Clark (2011) e Babones (2011) afirmam que o crescimento chinês tem sido por vezes superestimado no que diz respeito aos seus efeitos sobre o ordenamento global. Encaram, dessa forma, com ceticismo aquelas abordagens que tratam de uma possível transferência de hegemonia dos EUA para a China.

⁹ No original: “a hierarchical order with liberal characteristics”.

¹⁰ No original: “it is no longer an open system but a fragmented, mercantilist, and protectionist complex -- and everyone suffers”.

Babones (2011) critica aqueles que preveem um crescimento continuado da China baseados na extrapolação das tendências atuais, o que, quando feito para mais de uma década, tem validade bastante questionável. O autor traça algumas críticas à eficiência dos modelos econômicos que tentam prever os futuros movimentos da economia chinesa. Primeiramente, eles tendem a subestimar o fato de que quanto mais um país cresce, mais difícil se torna continuar crescendo. Em segundo lugar, o crescimento chinês foi beneficiado por características impulsoras que não se repetirão¹¹. Em terceiro, desafios estruturais se colocam para o crescimento chinês. Vale destacar alguns deles: há considerações que afirmam que a abertura política é essencial para a criação de um ambiente propício à inovação; os impactos ambientais que o crescimento acelerado tem causado já são irreversíveis, e o crescimento chinês daqui pra frente precisa ser sustentável e, logo, mais custoso e devagar; a transição demográfica implica não só uma menor proporção de adultos em idade para trabalhar, mas também uma maior necessidade de serviços de saúde, bem menos produtivos que o setor industrial (BABONES, 2011).

Modelos econômicos podem, assim, servir apenas como guias. A possibilidade de que o crescimento da economia chinesa desacelere para taxas normais (quando comparadas a de outros países) é bastante real, e isso pode acontecer antes do que o previsto (tendo sido escrito em 2011, o autor ainda não havia visualizado as taxas menores de crescimento de 2012 em diante). Dessa forma, “a hegemonia dos EUA não é ameaçada pela ascensão da China” (BABONES, 2011, não paginado, tradução nossa¹²). Antes de se preocupar com ser um novo hegemona, a China deveria lidar com suas exigências internas (BABONES, 2011).

Clark (2011) centra sua visão na diferença entre o conceito de “transição de poder” e “sucessão hegemônica”. Enquanto o primeiro estaria mais relacionado com questões materiais de primazia – a mensuração das capacidades dos Estados –, o segundo estaria relacionado à manutenção ou não da ordem vigente. Segundo o autor, aqueles que falam da ascensão chinesa estão geralmente se referindo à transição de poder apenas, pois o fazem através da análise das

¹¹ São elas a baixa taxa de fertilidade e a alta taxa de urbanização. A baixa taxa de fertilidade significa que os recursos das famílias e do Estado se concentraram em poucas crianças, enquanto a expectativa de vida era baixa. Assim, havia uma imensa população em idade para trabalhar e relativamente poucos serviços sociais a serem disponibilizados. Hoje, não há como baixar ainda mais a taxa de fertilidade, a população está envelhecendo e as futuras gerações tendem a observar uma redução na parcela da população em idade de trabalhar. A urbanização, por sua vez, incrementa o PIB porque a população urbana geralmente é mais produtiva que a rural, e também porque no setor rural o trabalho para subsistência é mais comum. Contudo, a urbanização tem limites naturais; e, por mais que na China ainda haja muito para expandir, a própria expansão, se acelerada, pode ser danosa ao desenvolvimento, se desencadear a formação de favelas, por exemplo (BABONES, 2011).

¹² No original: “U.S. hegemony is not threatened by the rise of China”.

capacidades materiais da China e dos Estados Unidos. Pela revisão das perspectivas sobre esta questão, Clark pontua que as evidências são, sobretudo, ambíguas: enquanto há indicadores de uma mudança de poder, a China não parece estar agindo como um desafiador. Ele também infere que um declínio relativo dos EUA dependeria muito mais das políticas estadunidenses do que de alguma política chinesa – visão oposta à de Subramanian (2011), por exemplo. No que diz respeito à sucessão hegemônica, esta não estaria ocorrendo na relação EUA-China. A perspectiva de uma sucessão hegemônica somente ocorreria se a China fosse capaz de “converter poder material crescente em uma forma de ordem distintiva e aceitável” (CLARK, 2011, p. 25, tradução nossa¹³). Indo ao encontro do que afirma Ikenberry (2011), a China, ao menos por enquanto, está satisfeita com a ordem vigente. Além disso, a China não possui uma alternativa a essa ordem. O que tem se falado sobre a exportação do seu modelo – baseado no capitalismo liderado pelo Estado, com ênfase na defesa da soberania e no princípio da não interferência – é questionado pelo autor. Em referência à Breslin (2011a), afirma que não existe um modelo chinês transferível, pois ele se adaptou a características específicas da China que não existem em outras circunstâncias (CLARK, 2011). Portanto, a perspectiva de sucessão hegemônica não se aplica, por enquanto, às atuais análises das relações entre China e EUA. Estas se centram nas suas capacidades materiais, as quais, contudo, só podem definir se haverá uma mudança em termos de primazia (que, por enquanto, segue apontando para a primazia estadunidense), enquanto a ordem do sistema liderado pelos EUA parece se manter (CLARK, 2011).

Por fim, é importante descrever a perspectiva mais relevante da literatura chinesa a respeito da sua ascensão. Nessa visão, a expressão “ascensão pacífica”, cunhada por Zheng Bijian, ganha destaque, representando a ideia de um desenvolvimento chinês que não desencadeará conflitos nem no contexto asiático, nem no quadro global – nesse caso, um conflito com os EUA. Contrariamente, defendem que a ascensão chinesa será positiva para o desenvolvimento global (ZHENG, 2005; HU, 2010; KANG, 2007). A ascensão pacífica surgiu como resposta chinesa a uma ideia que começou a tornar-se recorrente em meios ocidentais, a qual dizia que a China representava uma ameaça para a hegemonia e preponderância dos EUA. O que estes autores chineses querem demonstrar é que, na verdade, é possível ascender sem objetivar expansão territorial ou a superação de outras grandes potências, e que esse seria o caminho buscado pela China.

¹³ No original: “convert increasing material power into a distinctive, and acceptable, form of order”.

Segundo Zheng (2005), não haveria precedente na história moderna para a ascensão de uma nova potência de maneira pacífica, e nem precedente de um tipo semelhante de crescimento em um país socialista. Decorrente da integração pacífica à ordem internacional e dos próprios determinantes internos, a China poderia, através da ascensão pacífica, dividir os custos de manutenção da ordem internacional e do combate a ameaças globais, como as mudanças climáticas, os grupos terroristas, a segurança energética, entre outros (ZHENG, 2005). Para que esta ascensão ocorra, contudo, há tanto restrições internas quanto externas que devem ser superadas. Internamente, desafios como a corrupção, a poluição, a estabilidade social e o desenvolvimento desigual (especialmente pela dualidade rural-urbana da China) se colocam como fortes obstáculos à ascensão da China como país desenvolvido e estável, com um crescimento econômico sustentável. Internacionalmente, a China dependeria da reação também pacífica dos outros países que compõem a ordem internacional, para que conjuntamente se crie um ambiente internacional de cooperação, apesar de seguir competitivo, tanto regional como internacionalmente, tendo em vista que os países devem continuar seguindo seus próprios objetivos de desenvolvimento econômico (ZHENG, 2005). Para isso, a estratégia a ser seguida inclui os seguintes princípios: “coexistência pacífica como pré-condição, interesses comuns como sua base, cooperação estratégica como seu vínculo e desenvolvimento comum como seu objetivo” (ZHENG, 2005, p. 23, tradução nossa¹⁴).

Segundo Zheng (2005), esse tipo de ascensão é o que a China tem se proposto desde finais dos anos 1970, quando Deng Xiaoping liderava o país. Apesar disso, a China ainda precisa superar todos seus desafios internos para que siga nesse caminho. A China teria, ainda, muito a alcançar, tendo em vista que todo o crescimento econômico do país, apesar de elevado, tem que ser dividido por quase 1,5 bilhões de pessoas e, preferivelmente, de maneira cada vez mais igualitária. O caminho quanto ao setor externo é basicamente seguir a abertura, objetivando a integração pacífica da sua economia ao sistema internacional. Nas palavras de Zheng (2005, p.6, tradução nossa¹⁵), este caminho é, basicamente:

¹⁴ No original: “peaceful coexistence as its precondition, common interests as its basis, strategic cooperation as its bond, and common development as its objective”.

¹⁵ No original: “relying on our own development; relying on the opening up of markets; relying on institutional innovation; relying on getting connected with economic globalization instead of being isolated from it; and relying on reciprocity and mutual benefit with other countries for the purpose of win-win relations”.

confiar no nosso próprio desenvolvimento; confiar na abertura dos mercados; confiar na inovação institucional; confiar na conexão com a globalização econômica ao invés do isolamento dela; e confiar na reciprocidade e no benefício mútuo com outros países com o propósito de formar relações onde todos ganhem.

Ao tratar das relações China-EUA, Zheng (2005) chama atenção ao fato de que as relações só parecem melhorar diante de fatores externos, como a ameaça soviética ou a luta contra o terrorismo depois dos atentados de 11 de setembro. Ele salienta que há a chance de haver boas relações concentrando-se no caminho de desenvolvimento que a China escolheu. Fatores que podem contribuir para isso são: a grandeza do mercado chinês, que tem cada vez mais se integrado ao mercado internacional; o sistema de mercado de ambos os países, considerando que o chinês tem se aberto cada vez mais; e o intercâmbio de culturas. Esses, entre outros fatores, devem se constituir em interesses em comum entre os dois países, reforçando sua cooperação. Assim, a ascensão pacífica não é apenas uma forma com a qual a China vai se integrar ao sistema internacional, mas também um caminho que poderia levar a cooperação de mais longo prazo entre a China e os EUA. Sem dúvida, contudo, a concretização da cooperação também depende da reação dos EUA a essa ascensão.

Como também afirma Zheng (2005), a ideia central de Kang (2007)¹⁶ é que a ascensão chinesa, além de pacífica, é benéfica para o desenvolvimento da sua região. Kang afirma que os países do leste asiático não estão balanceando a China, mas sim se acomodando com sua ascensão. O porquê dessa estabilidade e acomodação diante da ascensão chinesa, que contraria visões realistas das relações internacionais sobre a ascensão de grandes potências como a de Mearsheimer, é justamente o “quebra-cabeça” do leste asiático que o autor busca solucionar. Para ele, as relações econômicas por si só não explicam esse resultado. Seriam, assim, “interesses e identidade, e não poder, as variáveis chaves em determinar ameaça e estabilidade nas relações internacionais.” (KANG, 2007, p. 9, tradução nossa¹⁷). Por identidades, entende que existe uma ideia ditando que a China tornar-se o centro da região é um evento natural, devido à história da região, onde o país pode, ainda sendo o mais poderoso da região, manter relações estáveis com seus vizinhos. Haveria, ainda, uma ausência de medo, que estaria sendo construída pela China através de uma estratégia de engajamento na região que visa a assegurar suas intenções pacíficas.

¹⁶ Apesar de não ser chinês, optou-se por colocar o autor dentro desta visão, por enquadrar-se perfeitamente a ela.

¹⁷ No original: “interests and identity, not power, that are the key variables in determining threat and stability in international relations”.

Assim, os países do leste asiático enxergariam na ascensão chinesa muito mais oportunidades do que ameaças. Além da interdependência econômica, valores comuns como o respeito à soberania e a defesa da não interferência aproximam a China da ASEAN, enquanto que no nordeste asiático as relações com a Coreia do Sul têm sido cada vez melhores, munidas do interesse mútuo na estabilidade da península coreana e das suas relações comerciais; as relações com o Japão seguem determinadas por sua aliança com os EUA, e parece improvável que o país competiria com a China sozinho. Por fim, os EUA também não estariam em uma posição de balancear a China, estimulados pelo fato de que os países asiáticos não desejam uma competição entre China e EUA que os envolva (KANG, 2007) – geralmente o cenário previsto por aqueles autores que acreditam em uma estratégia de contenção por parte dos EUA, como Mearsheimer (2014).

Em consonância com os outros autores, Hu (2010) tem como ideia central provar que a ascensão chinesa pode trazer benefícios para a governança global, dando especial ênfase para a governança dos problemas relacionados ao meio ambiente. A China teria papel chave a exercer na ordem global em mudança, especialmente no contexto que emerge com a crise financeira global (CFG)¹⁸, cujos desdobramentos ainda se fazem sentir. De fato, as economias emergentes, principalmente a China, tiveram papel central em evitar que a economia mundial entrasse em uma recessão ainda maior, ao menos até o ano em que o texto foi escrito.

Para a nova configuração global, são apontadas duas tendências: a crescente demanda por bens públicos, enquanto a oferta deste não está acompanhando; e o atual sistema de governança internacional é falho, devido à irracionalidade da ordem econômica e política, com os EUA e as organizações internacionais incapazes de lidar com a emergência de crises ou com a questão climática.

A primeira tendência, de aumento da demanda por bens públicos, advém da constatação de que crise condicionou os EUA a precisar da cooperação com outras superpotências para

¹⁸ A crise financeira global originou-se da crise do *subprime* estadunidense em 2007, basicamente uma crise de inadimplência, mas que acabaria por levar à falência inúmeras instituições financeiras, inclusive gigantes como a Lehman Brothers. Afirma-se que uma das principais causas da crise foi a grande desregulamentação financeira estadunidense e global, o que envolve uma imensa quantidade de inovações financeiras que acabaram por afastar cada vez mais o lado financeiro do lado real da economia – um processo chamado de financeirização. A crise se espalhou pelo resto do mundo não só pelo lado financeiro, mas também pelo lado real, uma vez que levou à recessão de grande parte das economias avançadas, que ainda representam mercado fundamental para muitas economias, como a chinesa. Dessa maneira, os efeitos da CFG são sentidos até os dias de hoje (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2009; NOLAN, 2011; DUMÉNIL; LEVY, 2014; IMF, 2015c).

partilhar a liderança – estas seriam a União Europeia e a China. A partir daí, o autor traz a ideia do “dilema do prisioneiro”: todos os países gostariam de colher os benefícios de um sistema financeiro mais equilibrado, do fim da ameaça nuclear, da ameaça ambiental, entre outros; contudo, nenhum quer ser o primeiro a arcar com os custos. Neste ponto aparece a hipótese do autor de que a China já estaria mudando sua posição do sistema internacional – passando a ser mais ativa (HU, 2010).

Como solução quanto à segunda tendência, o autor aponta que a China seria capaz de liderar a nova governança global, pois, depois da CFG, a distância de poder entre a China e os EUA teria sido estreitada, dando a oportunidade à primeira de emergir como novo poder global. Assim, ela teria a capacidade de gerir os novos desafios mundiais – dentre os quais a crise ambiental seria a mais relevante. Apesar de ser atualmente o maior emissor de gases do efeito estufa, a China também é possivelmente o país que mais será atingido pelo aquecimento global; aliado a isso, há também a crescente pressão internacional sobre a China quanto às emissões. Dessa forma, para aproveitar a oportunidade atual, a China precisa utilizar-se de seu potencial de realizar inovações tecnológicas – sendo hoje o segundo país do mundo em termos de poder científico e tecnológico. O país poderia, logo, liderar a quarta revolução industrial – a revolução verde –, a fim de seguir sua trajetória de ascensão e inserir-se como novo principal provedor de bens públicos globais (HU, 2010).

Por fim, cabe salientar que, para o autor, essa nova liderança não significa que a China busca a hegemonia; “significa se tornar um importante polo na nova ordem internacional multipolar” (HU, 2010, p. 22, tradução nossa¹⁹). Inclusive, afirma que “para tornar-se um líder, [...] a China deveria lançar essa revolução em conjunto com os Estados Unidos, a UE e o Japão” (HU, 2010, p. 15, tradução nossa²⁰). Vale destacar, porém, que o autor critica a resistência das lideranças chinesas em tornar a China um líder. Isso porque a China é o país com as maiores reservas internacionais, possui grande participação no comércio e nos investimentos estrangeiros mundiais, é o segundo maior importador de petróleo, o maior consumidor de energia, entre outras características. Assim, conclui que “se a China não for um líder, ela não poderá defender seus interesses no exterior” (HU, 2010, p. 22, tradução nossa²¹).

¹⁹ No original: “It means to become an important pole in the multipolar new international order”.

²⁰ No original: “To become a leader, an innovator and a drive of such revolution, China should launch this revolution together with the United States, EU and Japan”.

²¹ No original: “If China does not play the leader, it would be unable to protect the huge interests abroad”.

2.2 Concepções sobre o modelo chinês

Nesta sessão, buscar-se-á tratar das divergências que existem na discussão atual sobre a existência de um modelo chinês, através da revisão das principais visões reconhecidas. Por um lado, há concepções mais amplas como o “capitalismo de Estado”, ou a ideia de um Estado intervencionista e que possui uma política externa independente, com a defesa de princípios como a não intervenção e a soberania estatal, bem como valores que contrariam a lógica dominante na ordem ocidental, como o Estado autoritário em oposição à democracia. Quanto se trata destes fatores, em geral há a análise da possibilidade da exportação desse modelo para outros países, contestando a ordem liberal, avaliando a hipótese de que este – por vezes chamado de “Consenso de Pequim” ao invés de modelo chinês – se coloca em oposição ao Consenso de Washington (HALPER, 2010; RAMO, 2004).

Por outro lado, há o substrato econômico dessa concepção ampla de modelo; em geral, especificam-no, chamando-o de modelo de desenvolvimento ou de modelo de crescimento, ou mesmo não utilizam a palavra “modelo”, mas buscam explicar as mesmas questões. A ideia é então avaliar como se deu o rápido crescimento chinês das últimas décadas, especificamente, em quais variáveis macroeconômicas foi baseado e, às vezes, se tal balanço de variáveis é sustentável no longo prazo. Apesar de haver alguma distinção, há muitos autores que conjugam estas duas perspectivas, a fim de detectar além do substrato político do modelo e da sua oposição aos ditames liberais, também sua sustentabilidade e, por vezes, sua singularidade (CUNHA, 2008; BRESLIN, 2011; DAMAS, 2014; NAUGHTON, 2015).

Ramo (2004), autor do termo “Consenso de Pequim”, afirma que é possível que a China projete – e já estaria o fazendo – seu poder de uma maneira não ofensiva, uma vez que essa projeção seria vista como uma alternativa ao fracassado Consenso de Washington para os países em desenvolvimento. O crescimento chinês já estaria, logo, servindo de exemplo de caminho possível e, assim, seu modelo já estaria tendo efeitos fora da China, independentemente de seus mecanismos tradicionais de poder. Esse modelo serviria para países “que estão tentando descobrir não simplesmente como se desenvolver, mas também como se encaixar na ordem internacional

de uma maneira que lhes permita ser verdadeiramente independentes” (RAMO, 2004, p. 3, tradução nossa²²).

Ramo (2004) reconhece que o que ocorreu na China não pode ser transferido para outros países, mas alega que o Consenso de Pequim é definido pela adoção de valores como a inovação e o experimentalismo, defendendo os interesses nacionais e buscando projetar poder de uma maneira não tradicional. Mesmo que os chineses não estejam diretamente desafiando a hegemonia estadunidense e planejem uma ascensão de fato pacífica, esta ascensão e difusão de poder através dos valores do Consenso de Pequim engendraria uma mudança na “física do poder internacional” (RAMO, 2004, p. 6, tradução nossa²³).

Halper (2010) afirma que o “Consenso de Pequim” representa uma ameaça bastante relevante para à hegemonia estadunidense. O autor descarta a possibilidade de conflito militar, mas constata que o poder econômico tem adquirido cada vez mais importância no sistema internacional e que, entre a China e a ordem vigente, há uma incompatibilidade de valores existente – especialmente na contraposição entre democracia e o autoritarismo. Assim, a China estaria contestando a ordem vigente e minando o poder brando estadunidense, forte sustentáculo da sua hegemonia. Faria isso na medida em que a projeção dos seus valores conforma um modelo – uma combinação de Estado autoritário e centralizador com a adoção de medidas liberalizantes – que pode ser adotado por outros países. Além disso, salienta que, aparentemente, nem mesmo a recente crise econômica teria prejudicado essa “mistura mágica de liberalização econômica e opressão política” (HALPER, 2010, p. 6, tradução nossa²⁴). Infere-se que a crise teria precipitado uma contestação ainda mais forte do modelo ocidental de capitalismo, abrindo uma oportunidade para que modelos alternativos para a formulação da arquitetura global se estabeleçam; “a ‘mão invisível’ dos livre-mercados ao redor do mundo está sendo balanceada pela mão notavelmente mais visível do governo centralizado” (HALPER, 2010, p. 8, tradução nossa²⁵).

Breslin (2011a) trata do modelo chinês como em exemplo exitoso de desenvolvimento em que o Estado tem um papel importante. O autor enfatiza que isso contraria os preceitos pregados pelo Consenso de Washington e aborda o papel do Estado através do uso das ideias de Friederich

²² No original: “who are trying to figure out not simply how to develop their countries, but also how to fit into the international order in a way that allows them to be truly independent”.

²³ No original: “physics of international power”.

²⁴ No original: “magical blend of economic liberalization and political oppression”.

²⁵ No original: “the ‘invisible’ hand of free markets around the globe is being balanced by the notably more visible hand of central governance”.

List, pioneiro em criticar o livre mercado e de elogiar medidas protecionistas. O autor salienta que este modelo, apesar de ter suas características peculiares, na verdade possui muito em comum com o que outros países já fizeram em suas trajetórias de desenvolvimento. A partir do recurso a List, salienta-se que há paralelos à estratégia chinesa de desenvolvimento: por um lado, o papel estatal na capacitação de setores importantes para o desenvolvimento de longo prazo; por outro, a rejeição, por um longo período de tempo, de um padrão de comércio que beneficiaria países ocidentais e prejudicaria o desenvolvimento chinês. É, ainda, bastante elucidativo perceber que mesmo o desenvolvimento estadunidense, em seus primórdios, traz características que hoje são assinaladas como parte do “modelo Chinês”. As mesmas ideias passam pelo desenvolvimento da economia japonesa e de outros países do leste asiático. Assim, o autor sintetiza:

É anistórico caracterizar o modelo chinês como a representação do desvio da norma; em vez disso, ele é um exemplo do que tem sido um exitoso modelo de industrialização em vários lugares por vários anos (em termos de crescimento do PIB alcançado, pelo menos) (BRESLIN, 2011a, p.1336, tradução nossa²⁶).

Breslin (2011a) também constata que o exemplo chinês não é transferível para outras realidades, porque a China simplesmente praticou medidas que melhor serviram ao seu desenvolvimento tendo em vista suas condições internas, suas características únicas. Contrasta-se, logo, com aqueles autores, como Ramo (2004), que acreditam na exportação de um modo de desenvolvimento chinês como espécie de versão benigna do Consenso de Washington.

Cunha (2008) vai ao encontro de Breslin (2011a) ao constatar que o padrão de crescimento chinês não possui a singularidade muitas vezes assumida. O autor procura, dessa maneira, encontrar semelhanças com o modelo de desenvolvimento asiático²⁷. Assim, procura-se compreender o modelo chinês tendo como parâmetro modelos anteriores.

²⁶ No original: “it is ahistorical to characterize the China model as representing a deviation from the norm; rather, it is an example of what has been a rather successful mode of industrialization in a number of places for a number of years (in terms of GDP growth achieved, at least)”.

²⁷ Deve-se salientar que o autor refuta a ideia de que haveria apenas um modelo de desenvolvimento asiático, pois há diferenças relevantes entre os modos de crescimento dos países da região. Além disso, há diferentes concepções sobre o milagre asiático. Uma primeira – do *mainstream* – afirma o crescimento desses países derivaria da adoção de “políticas econômicas corretas: a manutenção da estabilidade econômica e da abertura à economia internacional” (CUNHA, 2008, p. 4). Por outro lado, segunda a visão não convencional, este modelo envolve a adoção de estímulos para a produção em setores que não necessariamente compõe a dotação de fatores de determinado país. Fariam isso a fim de aumentar sua competitividade em setores estratégicos nos quais antes não possuíam vantagens. Exemplo dos países eficientes em criar esses tipos de estímulos seriam Japão, Coreia do Sul e Taiwan (CUNHA, 2008).

Reproduz-se na China elementos encontrados nos casos bem-sucedidos da modernização com contornos asiáticos, tais como o drive exportador, a escolha de “campeões nacionais” para liderar a dinâmica de industrialização e internacionalização, a existência de um controle estreito sobre preços macroeconômicos fundamental para a manutenção do empuxe de crescimento, a forte acumulação de capital, dentre outros (CUNHA, 2008, p. 6).

Dessa forma, fica claro que a China, à semelhança de alguns países asiáticos, usaria a globalização a seu favor, a fim de atrair investimentos e tecnologia para o seu país, ao mesmo tempo em que busca obter mais recursos através de exportações de produtos cada vez mais qualificados, devido a estímulos internos à produção.

Sobre a indagação sobre a sustentabilidade desse modelo, Damas (2014) e Naughton (2014) trazem contribuições a respeito do seu rebalanceamento. Este tema também foi abordado por Breslin (2011a), ao discutir a popularidade do “Consenso de Pequim”. Segundo este autor, apesar do interesse pelo modelo chinês, há, na China, o entendimento, desde 2004, da necessidade de encontrar um novo modelo de desenvolvimento. Logo, haveria uma aparente contradição, exemplificada no pós-crise: ao mesmo tempo em que autores afirmam que a crise evidenciou a necessidade de mudança do modelo chinês, ela também aumentou o interesse por esse modelo, devido à rápida recuperação chinesa, especialmente se comparada a dos países ocidentais. Essa recuperação, além disso, deu ensejo as suposições sobre o novo papel que a China exerceria no sistema internacional.

Naughton (2014) e Damas (2014), por sua vez, afirmam que, de fato, o padrão de crescimento chinês, construído e recorrentemente adaptado desde 1978, engendrou desequilíbrios que colocam em cheque sua sustentabilidade. Além disso, teria sido justamente a reação à CFG – a qual, segundo Breslin (2011a), popularizou ainda mais o modelo chinês – que intensificou estes desequilíbrios – a saber, especialmente a dependência excessiva em investimentos, concomitante a uma participação cada vez mais baixa do consumo das famílias –, precipitando a necessidade de mudança de modelo. A forma como o PCCh buscará reequilibrá-lo – se de maneira ampla, tratando inclusive de aspectos políticos, ou se através de reformas econômicas que balancem apenas o desequilíbrio das variáveis macroeconômicas – é uma questão central quando se trata de rebalanceamento. Até agora, a opção pela segunda alternativa parece ter sido tomada (NAUGHTON, 2015). Sendo o rebalanceamento objeto importante para esta monografia, o capítulo quatro tratará este de maneira mais detalhada.

2.3 Considerações finais

Este capítulo buscou reconhecer quais as principais visões acerca da ascensão chinesa atualmente em pauta, a fim de fornecer um pano de fundo para a discussão sobre o rebalanceamento do modelo de crescimento do país. O surpreendente crescimento chinês das últimas décadas levou autores a considerarem a hipótese de que a China possa superar os EUA em um futuro não tão distante. Passou-se a criar, então, possíveis cenários para essa contestação, bem como a se questionar a viabilidade de a China sobrepujar os EUA e se isso se daria através da escalada de conflitos ou não. A tendência de rebalanceamento da economia chinesa é de extrema importância para esse debate, uma vez que supõe menores taxas de crescimento a partir da transição para uma economia menos baseada em investimentos e exportações. Dessa maneira, os rumos internos da economia chinesa sem dúvida afetarão os rumos do ordenamento global.

Além disso, buscou-se desmistificar o chamado “modelo chinês”. Pode-se concluir que a discussão sobre tal modelo é muito mais ampla que tratar apenas da necessidade ou não de democracia no país, ou mesmo dos imperativos de reequilibrar as características do seu padrão de crescimento. A ideia de modelo chinês é complexa, mas uma tentativa de conceitualização deve passar por seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Deve abarcar, portanto, um Estado autoritário e intervencionista; uma economia de mercado em processo de abertura e com um padrão de crescimento dependente de investimentos e exportações, enquanto o consumo das famílias perde participação relativa no PIB; e uma sociedade marcada pela prosperidade conjugada à desigualdade social e regional, e cuja estabilidade tem sido em grande parte dependente de altos índices de crescimento econômico e emprego. Logo, este trabalho buscará se referir a todos esses âmbitos quando utilizar a expressão “modelo chinês”; em contrapartida, quando visar tratar apenas do seu substrato econômico – tratando dos desequilíbrios das variáveis macroeconômicas –, os termos “padrão de crescimento” ou “modelo de crescimento” serão preferencialmente utilizados.

3 AS REFORMAS ECONÔMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS: DE 1978 À VÉSPERA DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL

As reformas econômicas da China tiveram início no final dos anos 1970 e foram lideradas por Deng Xiaoping, ator político importante para o Partido Comunista Chinês e para o país, embora nunca tenha assumido a presidência da China²⁸. As reformas marcaram uma ruptura relevante com a China de Mao Zedong, cujas políticas – das quais resultaram, muitas vezes, na baixa produtividade e na autarquia da economia chinesa – foram incapazes de levar a um desenvolvimento robusto da economia, mesmo que esse fosse o objetivo de Mao (KISSINGER, 2011)²⁹. Segundo Sodupe (2013), os principais entraves ao desenvolvimento da economia planificada de Mao eram: a falta de estímulos ao trabalho; o não desenvolvimento de inovações tecnológicas; e os desajustos na distribuição de recursos. Pode-se, ainda, adicionar a relativa autarquia da economia chinesa (o baixo nível de comércio em relação ao PIB) como obstáculo importante que Deng buscava superar (SANDERS; CHEN, 2007). As reformas, que buscavam atacar esses pontos e outras áreas, desencadearam um período de grande crescimento econômico que mudaria o país e seu papel em escala regional e global.

Entretanto, este acelerado crescimento deveu-se em grande parte à criação de importantes desequilíbrios na economia chinesa, os quais hoje trazem à tona questionamentos a respeito da sustentabilidade do modelo chinês. Especificamente, questiona-se seu padrão de crescimento – sendo este excessivamente concentrado em exportações líquidas e, principalmente, investimentos. Ou seja, pergunta-se justamente se será possível manter as altas taxas de crescimento na economia chinesa enquanto a necessidade de reequilibrar suas bases torna-se cada vez mais iminente.

Neste capítulo, buscar-se-á descrever as reformas econômicas que ocorreram desde 1978 a fim de evidenciar como elas desencadearam o impressionante crescimento econômico demonstrado nas últimas décadas, e, ao mesmo tempo, como elas desdobraram-se a ponto de causar os desequilíbrios que põem em xeque este mesmo crescimento. Assim, as duas primeiras seções tratarão de descrever as reformas – a demarcação das fases seguirá conforme realizou

²⁸ Adicionalmente, o fato de os anos 1970 também marcarem o começo da aproximação geopolítica entre China e Estados Unidos contribuiu para o sucesso das reformas de Deng Xiaoping (KISSINGER, 2011).

²⁹ Salienta-se que, antes de Mao, a China vinha de um declínio relevante que começara com as invasões estrangeiras no século XIX; de certa forma, Mao começara a romper a tendência de subordinação e declínio anterior e em grande medida reergueu alguns setores da economia chinesa. Para maiores informações sobre a economia chinesa no período de Mao Zedong, consultar Naughton (2007) e Damas (2014).

Naughton (2007) –, enquanto a última buscará sintetizar as principais características do modelo chinês, analisando os desequilíbrios que foram se desenvolvendo ao longo do tempo e que se intensificaram na última década.

3.1 O primeiro período: de 1978 a 1992-1993

O ano de 1978 é até hoje considerado paradigmático para a história chinesa, representando um verdadeiro divisor de águas para o país. Em dezembro de 1978 ocorreu a 3ª plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista, onde se decidiu pela implementação de um plano de reforma econômica sem precedentes para o país. Liderado por Deng Xiaoping, esse plano envolveria principalmente um afastamento lento e gradual da econômica planejada, em consonância com uma abertura ao exterior, que teria caráter experimental e, inicialmente, de pequena escala. Segundo Naughton (2007), as principais características dessas reformas foram o experimentalismo e o gradualismo – concretizados na famosa frase de Deng Xiaoping: “Atravessar o rio sentindo as pedras antes de pisá-las”. O processo de reforma foi, assim, constituído de ondas liberalizantes, bem como de sucessivas readaptações.

Naughton (2007) salienta que os políticos chineses sempre tiveram como mote o crescimento econômico, privilegiando, assim, políticas que o favorecessem. Contudo, dentro do PCCh, a resistência à reforma e à abertura era bastante relevante devido à existência de grupos mais linha-dura e à esquerda do Partido. Os receios quanto às reformas derivavam não só de um medo do abandono do comunismo ou dos princípios marxistas que guiavam até então a política chinesa, mas também – e talvez mais importante – havia um temor sobre a capacidade de sobrevivência do PCCh no poder.

Deng desejava quadruplicar o PIB do país até o ano 2000 – resultado atingido ainda no início dos anos 1990 (SANDERS; CHEN, 2007). Ele afirmava que, em 2030, a China deveria retomar sua posição de destaque do início do século XIX (antes das invasões estrangeiras³⁰), o

³⁰ As invasões estrangeiras tiveram início com a Guerra do Ópio, travada entre a Grã-Bretanha e o Império Chinês a partir de 1839. O primeiro, com armamento e tecnologia militar muito mais avançados - a Grã-Bretanha era a maior potência marítima no século XIX – facilmente derrotou a China, impondo, com o Tratado de Nanquim (que foi firmado em 1842) relações desiguais entre as duas nações. Tal tratado abriu precedente para que outros países ocidentais, incluindo os EUA, passassem a querer também vantagens comerciais na China, o que acabou ocorrendo através da Política de Porta Aberta estadunidense, que impôs condições iguais para todos os estrangeiros na China, mas que a deixava em grande desvantagem. Além disso, adiciona-se que no século XX a China foi invadida pelo Japão de 1931 (até 1937 apenas na região da Manchúria) a 1945 – ocupação que envolveu atrocidades como o

que significava dizer que Deng queria que o país passasse de 1% do PIB mundial (posição em 1978) para 20% do PIB mundial em mais ou menos 50 anos (SODUPE, 2013). Para isso, contudo, não seria necessária nem benéfica a abertura política. Deng acreditava na importância de manter o PCCh no poder para controlar esses avanços – para ele, alternativa ao partido único era a anarquia (KISSINGER, 2011). Além disso, cria que os chineses valorizariam mais seu bem-estar econômico que suas liberdades políticas (MARTI, 2007). Sob essa crença, lançou seu programa de reformas. Essa aposta constrangeria o regime a partir de então: o crescimento econômico, a manutenção do nível de emprego e a melhora do bem-estar seriam as bases da legitimidade do PCCh e da estabilidade social (CUNHA et al., 2012; SODUPE, 2013; DELISLE; GOLDSTEIN, 2015)

Durante a década de 1980, diversas mudanças foram feitas a fim de se atingir um crescimento econômico elevado e reformar o sistema de planejamento. As reformas, apesar de seu relevante caráter urbano – a urbanização foi um processo de extrema relevância para o crescimento chinês das últimas décadas –, começaram no setor rural. Reformulou-se o sistema de propriedade, bem como o de metas de produção. As comunas rurais deram lugar às unidades familiares, que possuíam contratos particulares com o governo e mais autonomia na produção. De forma complementar, alteraram-se as metas de produção no setor rural – fixaram-se metas mais baixas e aumentaram o preço dos produtos, sendo que tudo aquilo que fosse produzido além da meta seria vendido para o mercado, que possuía preços diferenciados, mais altos. As unidades familiares, mais autônomas, agora tinham incentivos para produzir além da meta contratada. Tal sistema funcionou como importante impulso para aumentar a produção rural e acabar com a escassez de alimentos que começara na época de Mao, quando a produção de grãos passou a crescer lentamente. Muitas pessoas saíram da pobreza durante esse primeiro período (NAUGHTON, 2007; SANDERS; CHEN, 2007, SODUPE, 2013).

Essas reformas também possibilitaram a emergência de empresas rurais de iniciativa privada, as “*Township and Village Enterprises*” (TVEs) – embora todas fossem registradas como coletivas, devido à então inexistência de legislação sobre empresas privadas –, que surgiram

Massacre de Nanquim. Dessa forma, até hoje a China possui ressentimento quanto a abusos das potências estrangeiras – que no século XIX findaram sua independência e relativa autarquia – e especialmente quanto ao Japão. Geralmente, tais episódios são lembrados como humilhações, que jamais devem voltar a ocorrer. Disto se origina grande parte do medo de conservadores do partido quanto à abertura ao comércio com o ocidente e aos investimentos destas nações, bem como à importação de suas práticas capitalistas (SENISE, 2008; CUMINGS, 2009; PAINE, 2012; KISSINGER, 2011).

graças ao aumento de produtividade da agricultura, a qual liberou mão de obra para outras atividades. Elas não faziam parte do planejamento central; logo, toda sua produção destinava-se para o mercado. As TVEs passaram a atender um mercado antes ignorado pelas políticas maoistas de incentivo à indústria pesada: o de bens de consumo não durável, ou seja, indústrias intensivas em mão de obra. “Durante a década de 1980, as TVEs produziram de 80% a 90% de todos os bens do segmento têxtil, vestuário, couro e moveleiro” (WANG; YAO, 2001, p. 4 apud DAMAS, 2014, p.85). Além de representarem motor de crescimento para década de 1980, elas foram um importante instrumento para a redução da desigualdade rural-urbana. Inclusive, Damas (2014) defende que não foi a abertura, mas sim o aumento de produtividade agrícola e o desenvolvimento das TVEs os verdadeiros motores do crescimento da década de 1980. Ele verifica isso analisando províncias com baixa taxa de abertura, mas que tiveram um crescimento robusto ao longo desta década. O crescimento, na verdade, teria sido então dualístico, mas teria abrangido grande parte da China: enquanto na costa derivava mais da abertura econômica, nas províncias interioranas ele resultou da maior eficiência da produção agrícola e do crescimento das TVEs.

Outro fator importante que marcou a década de 1980 foi o aumento da poupança total, especialmente a poupança familiar, causado pelo momento de estabilidade macroeconômica e crescimento de suas receitas. Essa poupança foi capaz de sustentar altos níveis de investimento, além de exigir um progressivo desenvolvimento de um sistema bancário, o qual foi tornando possível a canalização das poupanças familiares para a indústria (NAUGHTON, 2007).

Essa sucessão de reformas também culminou no que se chama de sistema de “duas vias” em que um o sistema planejado da produção operava simultaneamente à economia de mercado, isso não somente no setor rural, mas também para a produção das empresas estatais, que ainda tomavam conta da totalidade da produção não rural da economia, à exceção das empresas de investimentos estrangeiro – ainda não existiam, de maneira significativa, empresas privadas nacionais além das TVEs. Assim, mesmo as estatais começaram a se adaptar ao sistema de mercado, ao mesmo tempo em que o monopólio do governo sobre a produção do setor industrial foi sendo atenuada. Logo, várias empresas entraram no setor – algumas estatais passaram a enfrentar a concorrência com as TVEs, por exemplo. Evitando ainda a privatização, as reformas focaram em melhorias gerenciais e em dar incentivos para aumentar a competitividade das empresas estatais (NAUGHTON, 2007).

Isso valia também para os preços: operavam dois preços ao mesmo tempo – o preço definido pelo planejamento central e o preço definido pelo mercado, o qual regia as operações comerciais que excediam àquelas determinadas pelo planejamento. Quer dizer, quando a produção ultrapassasse o nível exigido pelo planejamento estatal, toda produção excedente poderia ser vendida a preços de mercado. Os preços de mercado foram estabelecidos legalmente em 1985. Através dessas reformas, descentralizava-se a produção, enquanto mantinha-se o poder central através dos contratos individuais que eram firmados. Além disso, o plano permitia que o Estado ainda garantisse as suas prioridades – investimento em energia e infraestrutura. Esse sistema dual possibilitou uma transição gradual e experimental, característica essencial para Deng desde o princípio (NAUGHTON, 2007).

Os planejadores centrais, cujo objetivo final era estabelecer uma economia de mercado unificada, fixaram seus planos de maneira absoluta. Dessa forma, a parte da produção planejada iria perdendo espaço, enquanto que qualquer produtor rural ou empresário passaria a pensar sua própria produção para o mercado, tendo em vista que toda expansão seria alocada neste. A evolução do sistema de mercado fez com que logo o sistema dual fosse superado, uma vez que o lado do mercado já ultrapassava em muito o lado das metas planejadas. Os preços e mercados seriam unificados no início dos anos 1990, somente depois de uma década de transição gradual para a economia de mercado – diferentemente das transições aceleradas de economias ex-soviéticas do leste europeu, e mesmo ainda convivendo com significativa intervenção estatal (NAUGHTON, 2007).

Da mesma forma com que se tratava as reformas da economia doméstica, os reformadores optaram por criar um sistema também dualístico para o comércio exterior: enquanto experimentavam a abertura em algumas zonas, não abriram mão de proteger o mercado interno nas restantes. Para alcançar essa abertura gradual, era necessário reformar o engessado modo como se realizava o comércio exterior antes das reformas. Buscando separar completamente a economia nacional da mundial, havia dois grandes entraves à abertura comercial. Em primeiro lugar, o Estado detinha monopólio sobre a operação do comércio exterior. Havia 12 empresas de importação e exportação que controlavam tudo que entrava ou saía do país, e elas eram estatais. Em segundo lugar, não havia conversibilidade do Renminbi (RMB) chinês. A taxa de câmbio era dada de forma arbitrária; os produtos nacionais eram vendidos pelos preços planejados, enquanto que os produtos estrangeiros eram comprados pelos preços internacionais, para depois entrarem

na economia e adotarem os preços conforme o planejamento central. Além disso, indivíduos não poderiam trocar RMB por moeda estrangeira livremente, apenas com uma autorização especial. Dentro desse sistema, vale salientar que os preços industriais eram artificialmente maiores para proteger a indústria interna, e que somente eram permitidas as importações de produtos escassos, que resolveriam gargalos na indústria ou que trariam tecnologia. As exportações eram vistas como apenas um “mal necessário” para poder realizar essas importações.

As reformas não viriam, contudo, somente no intuito de superar esse sistema; ocorre que no final da década de 1970 as exportações já não sustentavam as necessidades dos programas chineses que dependiam de tecnologia importada. Além disso, nesse período a China não mais comercializava apenas com economias socialistas, pelo contrário, economias de mercado já eram maioria entre seus parceiros. Dessa maneira, as condições estavam postas para a abertura (NAUGHTON, 2007).

Os primeiros passos nesse sentido ocorreram em Guangdong – que abarcaria três Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) a partir de 1979 – onde empresas de Hong Kong – na época ainda possessão inglesa, com uma economia já mais liberalizada – poderiam realizar contratos com pequenas empresas do Delta do Rio Pérola de “processamento de exportações” (EP, na sigla em inglês), através dos quais os insumos para os produtos entravam e saíam da China sem deixar de ser propriedade da empresa de Hong Kong, o que evitava os entraves do comércio exterior chinês. Tal empresa o fazia para aproveitar-se dos baixos salários devido à imensa disponibilidade de mão de obra no setor rural.

Este sistema evoluiria com a criação de quatro ZEEs – nas províncias de Guangdong e Fujian, no sudeste da China. Nestas zonas, a importação era livre de impostos, desde que servisse para produzir exportações. Elas foram criadas com o propósito de gerar exportações que trariam divisas, bem como de atrair capital estrangeiro, a fim de absorver tecnologia e demais avanços das empresas de países capitalistas – inicialmente, Hong Kong e Taiwan. Representavam, assim, a “prática limitada local de métodos econômicos capitalistas” (MARTI, 2007, p. 9). As companhias de comércio destas zonas ganharam mais autonomia, bem como a prerrogativa de reter as divisas que angariavam com o comércio produzido – o que funcionou como estímulo para expandir o comércio da região. A proximidade com Hong Kong também beneficiou essa expansão.

Assim, esses “bolsões” liberalizados, descolados do resto da economia, serviram de teste para experimentar políticas de abertura e dinamizar alguns pontos específicos da economia. Adicionalmente, a existência dessas zonas dava certa segurança para os investidores estrangeiros, que sabiam que um recuo nas reformas mais amplas não os atingiria nas zonas especiais (NAUGHTON, 2007). Vale salientar que o fato desta produção ser destinada para exportação não beneficiava a China só pelas divisas que gerava, mas também porque os produtos das empresas estrangeiras não concorreriam com os produtos chineses, o que poderia ocasionar um atraso no desenvolvimento de alguns setores (SODUPE, 2013). Em consonância com a criação das ZEEs, foi ocorrendo um processo gradual de descentralização fiscal, em que as províncias detinham autonomia para gerir as receitas arrecadas que excediam a quantia a ser enviada ao governo central (MARTI, 2007).

Enquanto isso, projetos para a abertura mais ampla da economia também ocorriam. Houve uma significativa desvalorização da moeda, que se tornou conversível e estimulou as exportações. Além disso, não havia mais um monopólio do comércio exterior em poucas empresas: mais companhias de comércio foram criadas, embora seguissem como propriedade estatal. Elas poderiam reter as divisas que ultrapassassem a quantia mínima a ser entregue ao Estado, o que lhes conferia maior autonomia. Além disso, o maior número de companhias – chegaram a 5.000 em 1988 – estimulava a competição, o que lhes dava incentivo para exportar mais, aproveitando-se especialmente da produção barata das TVEs, que aumentaram sua participação nas exportações. Ao mesmo tempo, a manutenção da propriedade estatal das companhias servia como uma barreira não tarifária – o Estado seguia controlando que produtos entrariam no país, através de quotas e direcionamento, além de também impor tarifas alfandegárias para proteger o mercado interno.

Contudo, o aumento das exportações³¹ se daria principalmente devido às políticas diretamente ligadas aos contratos de EP, anteriormente referenciados. Criar-se-ia um regime diferenciado de comércio, o qual não pagaria tarifas nem de importação nem de exportação, cujos produtos não precisariam passar pelas companhias de comércio, e era principalmente vinculado ao investimento direto estrangeiro. Através da estratégia de desenvolvimento costeiro, a partir de 1986, todas as empresas que se localizassem ali, incluindo as TVEs, poderiam engajar-se nos

³¹ Contudo, é importante notar que até 1986, a China obteve déficits comerciais, especialmente pelo elevado aumento das importações engendrado pelo aumento da renda e pela liberalização (NAUGHTON, 2007).

contratos de processamento de exportações, o que extrapolava territorialmente as ZEEs criadas – embora Guangdong e Fujian ainda liderassem como receptores de investimento. Além disso, as regiões costeiras competiam entre si, dando isenções fiscais para atrair os investidores. Esse foi o grande motor do *boom* das exportações chinesas a partir da década de 1980. Evidentemente, a abertura ao comércio exterior serviu para China aproveitar-se de sua mão de obra barata para atrair investimentos e impulsionar suas exportações (NAUGHTON, 2007).

A ideia era atrair investimento, sobretudo, no intuito de absorver tecnologia e informação. Os contratos de investimento estrangeiros firmados na década de 1980 foram majoritariamente de Joint-Ventures³² (SANDERS; CHEN, 2007; NAUGHTON, 2007). Para os investidores estrangeiros – na época, principalmente de Hong Kong e Taiwan –, isso era benéfico, pois possibilitaria habituar-se ao ambiente chinês; para os chineses, a vantagem se encontrava justamente na atração de tecnologia, técnicas de gerenciamento e de informação, entre outros. Além disso, os investimentos nas ZEEs abririam canais importantes com grupos estrangeiros, que poderiam ser paulatinamente aproveitados por uma economia chinesa cada vez mais aberta (NAUGHTON, 2007).

Marco importante para separar as duas fases das reformas econômicas são os protestos ocorridos na Praça da Paz Celestial em maio de 1989, lamentando a morte de Hu Yaobang, líder reformista – que falava em reforma política, diferentemente de Deng –, mas também motivados por instabilidades macroeconômicas do final da década de 1980, pelo aceleração da inflação e principalmente pelos casos de corrupção. Estes protestos foram duramente reprimidos pelo governo central, e o incidente passou a ser internacionalmente reconhecido pelo massacre de cidadãos chineses que protestavam pacificamente. Após o ocorrido, Deng permitiu que seu representante no poder, Zhao Ziyang, então primeiro-ministro, fosse afastado da posição de liderança, tendo em vista que o mesmo tendia a defender que a reforma política acompanhasse a reforma econômica – inclusive, Zhao participou da manifestação. Zhao foi substituído por Li Peng, que lideraria uma política mais conservadora. Contudo, segundo Marti (2007), esse foi o grande erro de Deng, que possibilitou que o grupo mais linha-dura do Partido assumisse cada vez mais posições e, assim, passasse a controlar as principais decisões do governo, deixando muitas vezes o próprio Deng de lado.

³² Unidades empresariais compartilhadas, mais comuns como modalidades de investimento direto estrangeiro.

O futuro das reformas parecia incerto, e esse impasse duraria três anos. Começava, assim, uma fase de austeridade, no intento de eliminar a inflação, mas que acabou congelando grande parte das políticas de reforma e abertura – especialmente às relacionadas às ZEEs³³ – da década anterior. Os conservadores eram comandados por Chen Yun, ancião do partido. Apesar de só participar da Comissão Consultiva Central, seus “apadrinhados” ocupavam posições importantes no partido, a partir das quais Chen podia exercer influência. Essa vertente considerava que as reformas representavam uma porta aberta para o capitalismo e para a “liberação burguesa” – conceito que abominavam, pois se tratava da aproximação com a cultura capitalista do ocidente. A queda da URSS em 1991 serviu para acirrar os temores de que uma abertura poderia causar. Além disso, temiam o avanço de teses sobre a “evolução pacífica” – que diz respeito à possível evolução do socialismo para um capitalismo com liberdades políticas e democracia – a qual colocaria, segundo eles, em perigo o PCCh. Dessa forma, os conservadores defendiam novas campanhas de educação socialista e a reversão de grande parte das reformas, incluindo, por exemplo, a recoletivização da produção agrícola (MARTI, 2007).

Deng, por sua vez, se opunha completamente a essa visão, pois estava certo de que o congelamento das reformas e o lançamento de uma campanha de educação estancaria o processo chinês e faria o país perder a oportunidade de alcançar as nações mais desenvolvidas. Por outro lado, não apoiava de forma alguma a transição para uma democracia pluralista; “Deng esperava que o sucesso de seu programa de reforma eliminasse o incentivo para uma evolução democrática” (KISSINGER, 2011, p. 428).

Como resposta, depois de repetidas tentativas de retomar o controle – com a ajuda de seu novo procurador, Zhu Rongji, então prefeito e líder do partido em Shanghai –, Deng apelaria para suas duas fontes principais de apoio: os líderes do partido nas províncias e o exército. Para ampliar e garantir o apoio dos primeiros, Deng Xiaoping realizou a famosa “viagem pelo Sul”, na qual passou por diversas províncias, incluindo as ZEEs, conclamando pelo apoio às reformas e a defesa do pragmatismo em detrimento da visão ideológica (SANDERS; CHEN, 2007, SODUPE, 2013, NAUGHTON, 2007; MARTI, 2007). Kissinger (2011, p. 425) salienta uma “significação quase mística” dessas viagens, nas quais exaltou o papel do mercado, do IED e da iniciativa

³³ Vale salientar que dentro deste programa estava incluindo um corte de crédito para as empresas não estatais, o que prejudicava muito estas províncias, enquanto que empréstimos para as estatais, mais ineficientes, ainda eram permitidos (MARTI, 2007). Essa política condenaria o crescimento do PIB e o nível de emprego, que durante a década de 1980 foi guinado pelo desenvolvimento do setor não estatal.

individual. O IED não deveria ser temido, pois trazia arrecadação fiscal, emprego, tecnologia, aprendizado de capacidades gerenciais, entre outros benefícios. Contrapunha, ainda, a ideia de que as reformas levariam ao fim do socialismo, afirmando que o que importava de verdade era o resultado final – o aumento do bem estar da população (KISSINGER, 2011).

Ainda, através dela e dos seus laços com o Exército de Libertação Nacional (ELP), presentes desde sua volta ao poder em 1978, Deng foi capaz de articular o que Marti (2007, p. xii) descreve como o “Grande Compromisso”:

1) O ELP apoiaria as reformas de Deng, a primazia do partido e a unidade do Estado; 2) em contrapartida, os líderes do partido nas províncias garantiriam remessa de rendas para o governo central; e 3) o governo central, por sua vez, financiaria a contínua modernização do exército.

Assim, durante as negociações realizadas nessa viagem, os líderes locais concordavam em ceder mais rendas ao governo central, se pudessem ser mais presentes e ter voz nas decisões de políticas econômicas do governo. Depois disso, Deng, através de manobras políticas – que incluíam trazer Jiang Zemin, secretário-geral do Partido desde 1987, para o seu lado –, e contando com os setores que o apoiavam, foi capaz de influenciar enormemente a montagem dos novos Comitê Central, Comitê Permanente e Politburo, que passariam a contar com grande representação dos interesses locais e com quadros favoráveis à reforma e abertura (MARTI, 2007).

Deng preparava o partido e o governo para que, ao se aposentar – o que fez logo após suas viagens ao sul –, suas reformas continuassem mesmo sem sua figura. A partir 1992, o 14º Comitê Central do PCCh – especialmente na sua 3ª plenária, em 1993 - reafirmaria os princípios caros a Deng e ditaria que as diretrizes para o novo período seriam a de seguir e ampliar as reformas, sob a liderança de Jiang Zemin e Zhu Rongji (NAUGHTON, 2007; DAMAS, 2014; KISSINGER, 2011; DELISLE; GOLDSTEIN, 2015; MARTI, 2007).

3.2 A década de 1990 e os anos 2000

A partir do ponto em que a economia passou a crescer “fora do plano”, ou seja, a produção excedia em muito a meta do planejamento central, a conjuntura exigiu novas mudanças. Essa fase precipitou uma série de novas reformas liberalizantes, que teriam agora como objetivo

culminar na entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), evento que ocorreria em 2001. Para esse fim, era essencial acabar com a característica dual da sua economia – tanto no mercado doméstico quanto nos regimes de comércio exterior. Dessa forma, as novas reformas contemplaram o fim do sistema de duas vias e dois preços – prevalecendo a determinação do mercado – a unificação do câmbio (antes havia duas taxas) e a unificação dos regimes de comércio – a qual só ocorreria plenamente depois da entrada na OMC (NAUGHTON, 2007).

De importância chave para marcar o início desta segunda fase foram as reformas fiscal e a financeira. No campo fiscal, criaram-se novos impostos e instituiu-se uma nova fórmula de divisão entre o Estado e as províncias³⁴: 60% das receitas iriam para o governo central, enquanto 40% se direcionariam para as províncias. Mesmo que, graças às manobras de Deng para retirar os conservadores do controle, os órgãos decisórios da China estivessem repletos de representantes dos interesses locais, seus líderes aceitaram devido ao acordo que haviam firmado com Deng quando de sua viagem pelas províncias em 1992. Dessa forma, a reforma fiscal garantia um maior controle ao governo central a partir de então (MARTI, 2007; SODUPE, 2013). Adicionalmente, uma taxa uniforme de 33% seria cobrada sobre toda a atividade empresarial, enquanto as empresas estatais pagariam uma taxa com 55% de desconto, para aumentar sua competitividade.

Por outro lado, a reforma financeira baseou-se principalmente no sistema bancário. Zhu Rongji queria garantir que o Banco Popular da China passasse a exercer de forma mais clara as funções de um Banco Central (conforme no ocidente), de controlar a oferta monetária e a estabilidade de preços – ele teria domínio sobre a autorização de empréstimos. Além disso, alguns bancos públicos passaram a ser bancos comerciais com autonomia de gestão. Dessa forma, só concederiam crédito para bons pagadores, pois ficavam responsáveis pelo próprio risco. Buscava-se, assim, evitar pressões inflacionárias derivadas do aumento desenfreado do crédito³⁵.

³⁴ Antes desta reforma, as províncias – especialmente as costeiras - se beneficiavam de uma relativa autonomia para gerir seus fundos e reter boa parte das rendas que recebiam do comércio exterior e dos tributos. Dessa forma, o governo central encontrava-se cada vez mais debilitado quanto ao seu orçamento. Além disso, esse sistema aumentava a desigualdade entre as províncias, tendo em vista que as costeiras, devido aos impostos mais baixos para atrair investimento, pagavam uma quantia relativamente menor para o governo central. Por exemplo, “Guangdong recebeu acima de 22 milhões de yuans em 1992 e transferiu apenas 7,5 bilhões, enquanto Shanghai arrecadou 37 bilhões de yuans e foi obrigada a transferir 27 bilhões para Pequim” (MARTI, 2007, p. 260).

³⁵ Quando os bancos eram mais guiados por motivos políticos que econômicos, as autoridades ordenavam que o Banco Popular da China imprimitesse dinheiro quando necessário, ou que os bancos emprestassem dinheiro para empresas em crise sem preocupar-se muito com o pagamento posterior. Além disso, como as províncias tinham

Foram mantidos, contudo, alguns “bancos políticos” (MARTI, 2007, p. 263), os quais concederiam empréstimos conforme o governo considerasse mais adequado para o cumprimento de suas políticas – para obras de infraestrutura, por exemplo, que teriam grande importância nos investimentos governamentais (MARTI, 2007; SODUPE, 2013).

Zhu Rongji também se esforçaria por uma reforma nas empresas estatais, cuja ineficiência, para ele e Deng, prejudicava a competitividade chinesa e aumentava o risco de empréstimos não pagos. Devido à crescente concorrência, tais empresas estariam fadadas à falência se seguissem com a baixa produtividade. Isso era muito perigoso, pois poderia colocar cerca de 100 milhões de trabalhadores no desemprego, o que poria em risco a estabilidade do país. A opção de privatização era válida, mas ainda não era a preferida. Embora tenha havido algum movimento de privatização e de venda para algumas firmas estrangeiras na forma de Joint Ventures nesse primeiro momento – majoritariamente pequenas e médias empresas –, Zhu preferia, até aí, reformar a eficiência do setor. Dessa forma, manteria a posse do Estado de importante parcela do setor industrial, a qual era considerada importante para os objetivos do governo. A reforma consistiria em dar mais autonomia para os gerentes das empresas estatais, que seriam responsáveis pelos próprios resultados, tendo autoridade para definir salários, política de preços, estratégias de investimento e políticas de comércio exterior. Assim, passaram a existir menos órgãos estatais reguladores, mas um órgão supervisor. Além disso, estimulava-se que empresas estatais ineficientes fossem englobadas por aquelas mais eficientes (MARTI, 2007).

Embora o comércio exterior fosse se tornando cada vez mais importante para a China ao longo dessa década, isso ocorria dentro do regime especial de processamento das exportações, nas zonas liberalizadas. O regime de “comércio comum”, contudo, continuou protegido durante a década de 1990, resguardando as empresas domésticas chinesas da concorrência externa. A liberalização gradual desse regime se daria somente através da entrada na OMC. Mesmo com a abertura, contudo, o comércio seguiu bastante concentrado nas regiões costeiras, com a diferença de que agora empresas domésticas ganhavam espaço (NAUGHTON, 2007).

No campo dos IEDs, no entanto, houve bastante avanço durante os anos 1990. Marco desse novo período foi a criação de uma nova ZEE em Pudong, em 1990, no leste de Shanghai. Entretanto, o novo surto de IED só viria dois anos depois. Isso parece demonstrar que as

alguma autonomia quanto a isso, “as autoridades provinciais também podiam determinar aos bancos que concedessem empréstimos ou aumentassem a quantidade de dinheiro em circulação, a fim de atender às necessidades locais” (MARTI, 2007, p. 263).

condições para tal já estavam postas, só que a instabilidade, a falta de credibilidade e o congelamento dos incentivos às ZEEs desde os protestos de 1989 desestimulavam o investimento estrangeiro, além de terem colocado em dúvida a continuidade das reformas e da abertura. Os discursos de Deng Xiaoping durante sua viagem ao sudeste, segundo Naughton (2007), bem como o retorno dos incentivos, tiveram papel chave para retomar credibilidade, tendo em vista que atestaram que as reformas continuariam.

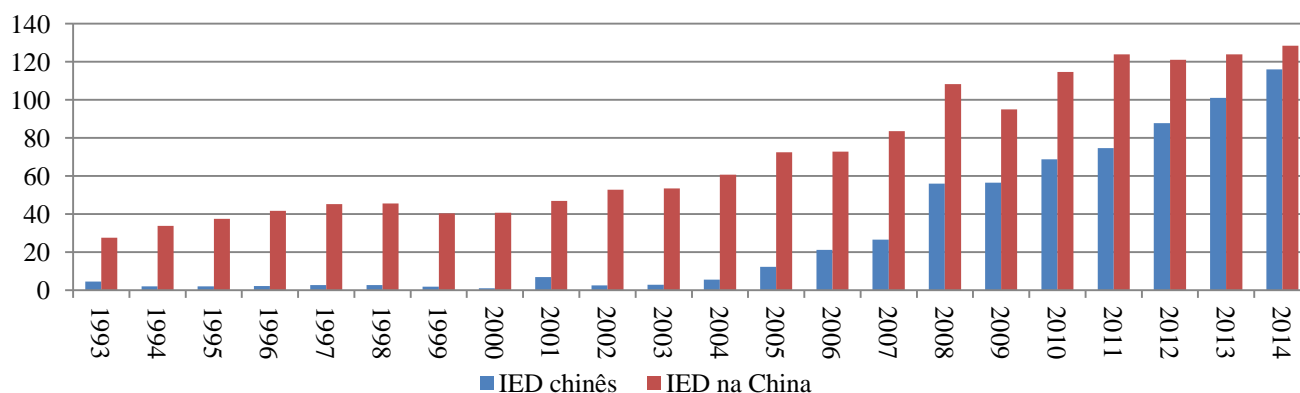
A partir de 1992, novos setores, além da manufatura – que até então concentrava os IED chineses – foram abertos, com especial importância para o setor imobiliário. Adicionalmente, a partir desse ano, mais províncias passaram a ser abertas, inclusive algumas localizadas mais para o interior do país, ao longo do rio Yangtze (MARTI, 2007). Dessa forma, a partir desse ano, a China passou a receber uma quantidade cada vez maior de investimentos, beneficiados por um ambiente bastante favorável pró-investimentos e pela mão de obra barata, em fluxos crescentes devido ao acelerado processo de urbanização (NAUGHTON, 2007; DELISLE; GOLDSTEIN, 2015).

Na segunda metade da década de 1990, movimentos de privatização – embora se tenha evitado usar esse termo – foram cada vez mais frequentes. O setor privado tornou-se, assim, mais importante na economia chinesa, chegando a empregar (excluindo as empresas de investimento estrangeiro), em 2004, duas vezes mais trabalhadores que as empresas estatais (NAUGHTON, 2007). Damas (2014), por outro lado, salienta que, embora tenha havido um crescimento real anual bastante significativo do investimento das empresas privadas de 1993 a 2001 (12,4%) e de 2002 a 2005 (26%), as empresas estatais também obtiveram crescimento real anual de seus investimentos nesse período, de 9,1%, e, de 2002 a 2005, de 13,4%. Seria, logo, uma falácia afirmar que o setor estatal foi diminuído na segunda fase de reformas por causa das privatizações. Para o autor, essa fase inaugurou um período em que o governo privilegiaria as empresas estatais e o setor urbano (mesmo que aqui o setor privado tenha tido grande crescimento), em detrimento do setor rural e suas empresas privadas – representadas pelas TVEs. Damas (2014) prova sua constatação através da apresentação dos dados de investimento destes setores. Além dos dados já citados, salienta-se que o setor privado rural decaiu de uma taxa de crescimento real anual dos investimentos de 19,1% de 1981 a 1989, para taxas de 7,5% de 1993 a 2001 e 6,8% de 2002 a 2005. Apesar de continuar crescendo, sua participação no total de investimentos fixos decaiu de 19,2% no primeiro período para 9,5% e 5,5% nos dois períodos subsequentes.

Os estímulos desproporcionais ao setor urbano inevitavelmente aumentariam a desigualdade de renda, uma vez que a maioria da população ainda se concentrava no setor rural. Ou seja, o setor manufatureiro exportador estava concentrado nas regiões costeiras, cada vez mais urbanas, e os incentivos às exportações – câmbio favorável, isenções fiscais e crédito barato –, foram se desenvolvendo e guinavam o investimento para esta região, intensificando a desigualdade rural-urbana, diferentemente do período anterior (DAMAS, 2014).

A década de 2000, por sua vez, possui como marco a entrada da China na OMC em 2001, fato que serve inclusive para alguns autores, como Sodupe (2013), demarcarem o início de uma nova fase do processo de mudanças na China. A entrada na OMC levou a China a se comprometer com a eliminação ou redução de várias barreiras tarifárias, a maior liberação à entrada de empresas estrangeiras e uma maior harmonização com a legislação mercantil internacional. Essa fase foi acompanhada de um aumento intenso do comércio exterior chinês e do IED na China, bem como do início de um boom dos investimentos chineses no exterior (especialmente a partir de 2005).

Gráfico 1: Investimento direto estrangeiro (bilhões de dólares, a preços e taxas de câmbio correntes)



Fonte: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD (2015).

Elaboração própria.

Contudo, durante essa fase, também passaram a se verificar os desequilíbrios crescentes que a economia chinesa acumulava. Destaca-se, nesse quesito, a questão da política cambial. Em 1994, eliminou-se o mercado secundário de câmbio que existia durante o período de transição, unificando a taxa de câmbio, bem como se facilitou o acesso a moedas estrangeiras. Ficaria estabelecida uma taxa de câmbio flexível, ajustável segundo movimento de longo prazo, e o

Banco Central ainda poderia interferir na moeda se necessário. Em um período de instabilidade macroeconômica, optou-se por não liberalizar a conta capital-financeira, uma vez que, se liberalizada, movimentos especulativos poderiam trazer muita instabilidade para a moeda chinesa recentemente tornada conversível. Com os temores gerados pela crise asiática de 1997-1998, acabou-se fixando o câmbio, atrelando-o ao dólar estadunidense (NAUGHTON, 2007).

Quando as exportações voltaram a se acelerar em 2002 e o câmbio manteve-se fixo, passou-se a especular – especialmente por parte dos EUA – sobre a probabilidade de a moeda chinesa estar subvalorizada, como política para estimular ainda mais as exportações. A partir de 2002, os superávits comerciais começaram a viver um *boom* engendrado pela entrada chinesa na OMC e, afirma-se, pela subapreciação da moeda chinesa (YUE, 2013; LARDY, 2012; IMF, 2011).

A partir da reforma cambial em 2005, permitiu-se sensível apreciação até 2008. Contudo, aparentemente a taxa de câmbio seguiu artificialmente subvalorizada. As exportações líquidas e a entrada de capitais na China (superávit duplo) exerciam pressão contínua sobre o Renminbi, além de promover a explosão do acúmulo de reservas internacionais – aumentaram 400% de 2005 a 2010; um crescimento anual médio de 10% do PIB³⁶. O Banco Popular da China (BPoC), através de intervenções no mercado de câmbio – compra de moeda estrangeira com moeda nacional, o que gerava ainda mais reservas – logrou manter a taxa de câmbio no patamar desejado. Para evitar um aumento da inflação decorrente dessas políticas (devido ao grande aumento de moeda nacional em circulação), o BPoC lançava mão de operações de esterilização, profundamente conectadas com as baixas taxas de juros da economia – na chamada repressão financeira (YUE, 2013; LARDY, 2012).

A repressão financeira é definida por Lardy (2008, p.1, tradução nossa³⁷) como “as baixas e agora [em 2008] negativas taxas de retorno real sobre os depósitos, e é mais claramente evidente do ponto de vista das famílias”. O autor compara dados de 2002 e 2008 para comprovar que a inflação tem crescido mais que a taxa de juros nominal que remunera a poupança das famílias chinesas. Dessa maneira, suas rendas são relativamente diminuídas, o que contribui para o arrefecimento da participação do consumo das famílias no PIB chinês, que é baixa se

³⁶ Essas reservas foram na sua maior parte investidas em títulos públicos estadunidense (YUE, 2013).

³⁷ No original: “as the low and now negative real return on deposits, is most clearly evident from the point of view of households”.

comparada tanto com outros países como com os períodos iniciais das reformas. Isso gera uma importante distorção na economia chinesa (LARDY, 2008).

Segundo Lardy (2008), a repressão financeira é resultado principalmente da política de subvalorização da moeda.

Manter inicialmente uma taxa de cambio fixa e depois de 2005 uma taxa de câmbio relativamente fixa [...] em um cenário de superávits crescentes exigiu do PBC cada vez maiores intervenções no mercado de moeda estrangeira e, para prevenir muita inflação, operações de esterilização de larga escala (LARDY, 2008, p. 4, tradução nossa³⁸).

Nesse ínterim, aumentar as taxas de juros poderia atrair capitais especulativos que valorizariam a moeda; era necessário, logo, mantê-la baixa. Além disso, manter um teto e um piso para estas taxas era essencial para que os bancos comerciais apoiassem a política do Banco Central, como se explicará a seguir.

O autor discute quem sairia beneficiado com essa baixa de juros. Primeiramente, as corporações parecem tirar grandes benefícios, uma vez que pagam cada vez menos para tomar empréstimos e investir. Contudo, elas também fazem depósitos; o efeito líquido, no entanto, é positivo. Do lado dos bancos, o que estes ganham devido a baixa remuneração que devem aos depositantes é parcialmente “perdido” devido às exigências do BPoC quanto às políticas de esterilização. A fim de evitar a inflação, o BPoC aumenta os coeficientes de reserva dos bancos comerciais, bem como a venda de notas do BPoC (com remuneração baixíssima) para os mesmos. Mesmo assim, o resultado líquido também é positivo, e os bancos comerciais inclusive se beneficiam um pouco mais que as corporações. Dessa forma, seguem contribuindo para a repressão financeira, mantendo um teto e um piso nas taxas de juros³⁹. Percebe-se que essa situação contradiz o objetivo de Zhu Rongji de dar aos bancos mais autonomia e torná-los “comerciais” (LARDY, 2008). O governo (na figura do BPoC), por sua vez, parece ser o maior beneficiário. O baixo custo de suas operações de esterilização representa uma taxa implícita aos bancos. Em um ambiente financeiro mais liberalizado, este custo seria muito maior⁴⁰ (LARDY, 2008).

³⁸ No original: “maintaining initially a fixed nominal exchange rate and after mid-2005 a relatively fixed exchange rate [...] in the face of a rapidly rising external surplus required increasing PBC intervention in the foreign exchange market and, to prevent runaway inflation, large-scale sterilization operations.”

³⁹ Essa situação foi alterada devido a reformas recentes, que serão tratadas no capítulo quatro.

⁴⁰ Vale salientar, de maneira auxiliar, que o financiamento barato dessas operações de esterilização depende de que as famílias sempre depositem sua poupança nos bancos comerciais chineses, mesmo com a baixa remuneração.

Outra implicação importante é o surgimento de um mercado financeiro “por debaixo dos panos” (*underground*, ou, como é atualmente conhecido, os *shadow banks*), que, por causa de restrições quantitativas aos empréstimos, podem cobrar taxas mais caras aos tomadores que não são contemplados pelo sistema oficial. Além disso, os depositantes encontram ali remunerações melhores para suas poupanças. A existência desse mercado e seu crescimento põem em risco o controle que o BPoC tem sobre a política monetária, bem como possibilitam aumentos de créditos desregulados (LARDY, 2008). Contudo, o fato de o governo tolerar a existência desses bancos mostra o reconhecimento da necessidade de existirem taxas de juros mais liberalizadas (IGLESIAS, 2015). Reformas recentes nesse sentido também serão tratadas no capítulo 4.

A década de 2000 também viu surgir uma escalada chinesa na sua pauta de exportações, no que diz respeito ao nível tecnológico. Durante a década de 1990, as exportações se concentraram em produtos intensivos em mão de obra e de baixo valor agregado – calçados, roupas, brinquedos, entre outros. Essas exportações não deixaram de crescer nos anos 2000, mas, em termos relativos, passaram a dar espaço (dentro das exportações totais de manufaturas) para exportações de produtos de maior valor agregado, especialmente máquinas e equipamentos de transportes. A partir de 2001, estes superaram a participação das exportações intensivas em mão de obra e, em 2004, passaram a ter superávits (YUE, 2013).

Algumas políticas, embora modestas, foram implementadas entre 2005-2007 e mostraram que desde então havia o reconhecimento da necessidade de reequilibrar algumas distorções da economia. Entre elas estão a reforma cambial, os aumentos nos programas sociais, o corte de taxas nas rendas da agricultura e nos salários, bem como as políticas de arrocho monetário tomadas em 2007 para conter empréstimos e a inflação, mas que também reagiu ao elevado crescimento desse ano. Contudo, além de estas terem contribuído pouco para um rebalanceamento, no mesmo período foram tomadas medidas que iam contra esse objetivo. Pode-se citar a reforma nos impostos sobre as empresas estatais - que lhes permitia reter grande parte do lucro, incentivando investimentos - e o crescente subsídio sobre o uso de energia - não só beneficiando o investimento, mas também prejudicando o meio-ambiente.

Esse requisito constringe a tomada de medidas por parte do governo para desenvolver um mercado de capitais mais complexo, em que as famílias teriam mais opções de investimento de suas poupanças, e assim ou evitariam os depósitos que rendem pouco, ou o governo seria obrigado a aumentar as taxas de juros, o que minaria sua política de manter a moeda subvalorizada (LARDY, 2008). Entretanto, recentemente, o governo propôs uma série de medidas para reformar o mercado de capitais, as quais serão melhor tratadas no capítulo 4.

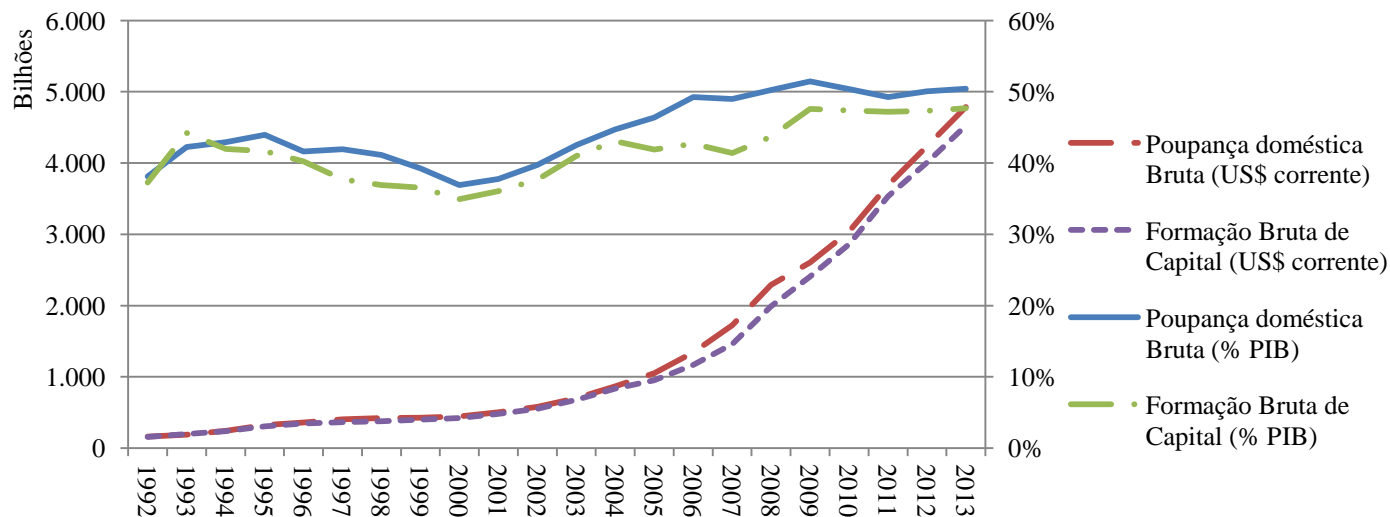
Entende-se, assim, que é a partir da segunda fase de reformas (DAMAS, 2014), mas especialmente a partir de 2002-2003 (LARDY, 2012), que os desequilíbrios do modelo de crescimento chinês começam a se tornar evidentes. A próxima sessão buscará tratar destes fatores de modo a sistematizá-los.

3.3 Os desequilíbrios do modelo chinês

Vale traçar algumas características gerais do modelo chinês, a fim de se ter em conta qual a estrutura da economia chinesa que seria afetada pela CFG. Primeiramente, vale salientar o relevante papel do investimento para a economia, estimulado pelas políticas estatais que o beneficiam, entre elas: os investimentos em infraestrutura (que além de serem investimentos por si só, geram demanda para setores como aço, ferro e outras indústrias de base); as baixas taxas de juros e expansão da oferta de crédito para o investimento; a manutenção de baixos salários; e o controle de outros preços, como energia, insumos dos investimentos em manufatura.

As altas taxas de investimento são também favorecidas pelos altos níveis de poupança da economia. Segundo Lardy (2012) o aumento do diferencial entre poupança e investimento não reflete só o aumento da poupança das famílias em relação ao seu investimento (o que é responsável por aproximadamente 2/5 do aumento desse diferencial), mas também pela relação de poupança e investimento das corporações (responsável por mais ou menos 1/7) e do governo (responsável por mais ou menos 2/5) (LARDY, 2012). Os altos níveis das poupanças podem ser explicados pela inexistência de planos de seguridade social adequados, bem como ao fato de as empresas, operando em um sistema financeiro controlado e pouco complexo (ao menos durante boa parte do período estudado), reterem lucros ao invés de distribuí-los em dividendos (IMF, 2011). Atua também outra relação: as famílias pretendem ter como riqueza a mesma quantia que teriam caso as taxas de juros fossem mais elevadas; dessa forma, poupam mais, devido aos baixíssimos – e na maior parte do tempo durante a década de 2000, negativos – retornos reais dos depósitos (LARDY, 2012). Os investimentos das empresas superam sua poupança, embora essa relação tenha diminuído nos últimos anos devido ao grande crescimento da poupança empresarial, estimulada pelo aumento de sua renda. O governo, por sua vez, tem alta poupança tanto pela contribuição da população para os programas sociais – especialmente pensões, apesar de ainda inadequadas – e pela redução do seu consumo recentemente (LARDY, 2012).

Gráfico 2: Evolução da poupança e dos investimentos chineses a partir da segunda fase de reformas



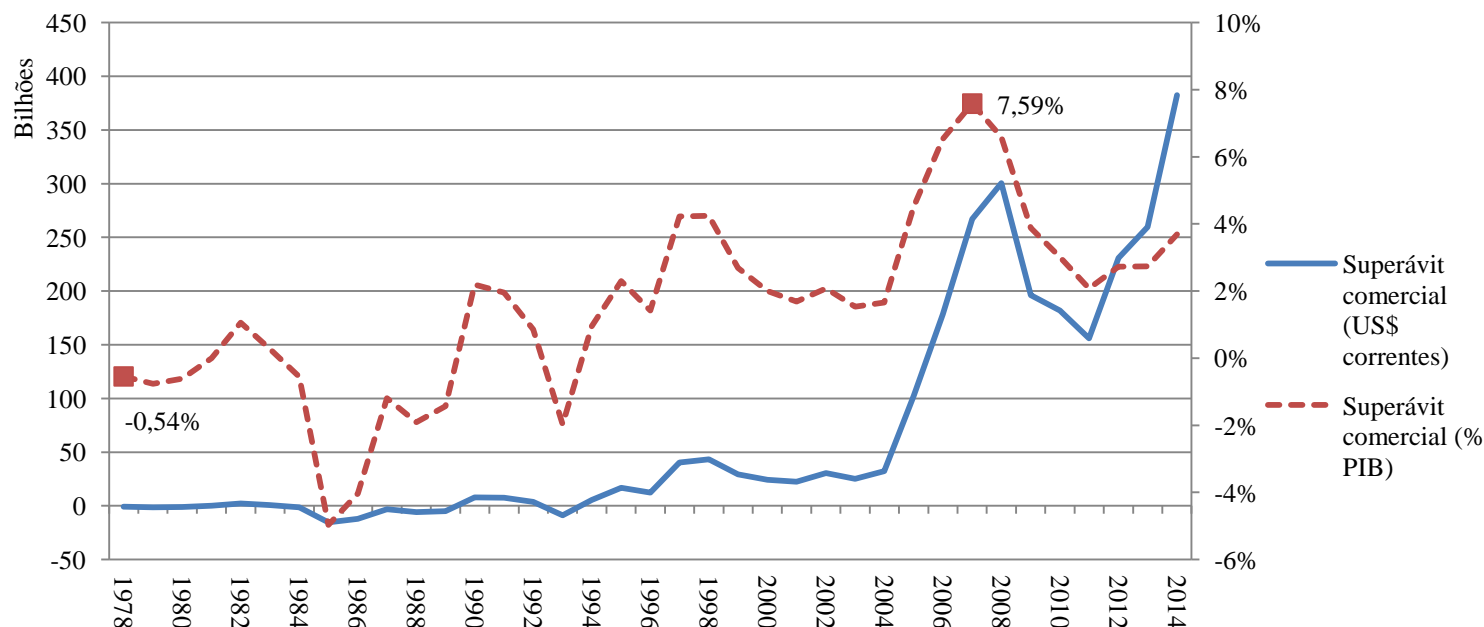
Fonte: World Bank - WB (2015). Elaboração própria.

Adicionalmente, é essencial falar do papel que o comércio internacional tem para economia chinesa. As reformas de Deng estabeleceram o comércio exterior como peça chave para o desenvolvimento chinês. Seu crescimento exponencial deveu-se ao rápido desenvolvimento da economia chinesa e da sua indústria, aumentando tanto a demanda por recursos naturais quanto a produção de bens manufaturados exportáveis. O gráfico 3 ilustra a evolução da participação das exportações líquidas no PIB ao longo do período de reformas, até os dias de hoje, ilustrando uma mudança significativa de 1978 a 2008, às vésperas dos impactos mais graves da CFG (WB, 2015).

A partir dos anos 2000, as exportações líquidas se tornaram cada vez mais importantes como propulsoras do crescimento econômico chinês. Uma boa maneira de se compreender esse superávit em transações correntes é através da análise das variáveis poupança e investimento, evidenciadas no gráfico 2. Principalmente a partir dos anos 2000, ambas cresceram, mas a poupança teve um crescimento mais vertiginoso. O excesso de poupança interna engendra, naturalmente, em um superávit na conta corrente, pois reflete que a absorção interna não é capaz de consumir toda a capacidade produtiva do país; logo, é necessário exportar. De certa forma, o “pequeno” mercado interno é compensado pelo mercado externo. Logo, o desequilíbrio interno

(altos níveis de investimento e poupança, e baixos níveis de consumo) engendrou o desequilíbrio externo (enormes superávits comerciais). Quer dizer, as exportações sustentaram o modelo voltado para o investimento. Dessa forma, a manutenção do modelo de crescimento depende do exterior, o que aparentemente compromete sua sustentabilidade no longo prazo (YUE, 2013).

Gráfico 3: Superávits comerciais da China

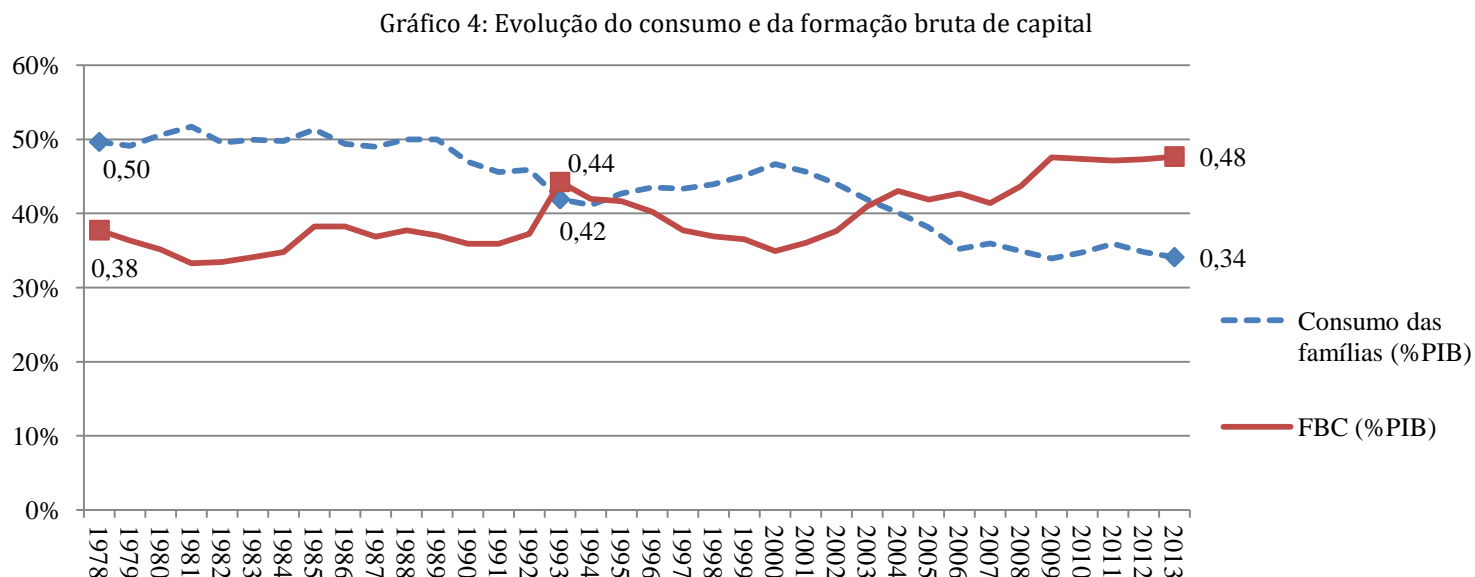


Fonte: WB (2015). Elaboração própria.

Assim, o padrão de crescimento chinês baseia-se em investimento e exportações líquidas. Nessa equação, a participação do consumo das famílias – especialmente as rurais - no PIB aparece em declínio, o que prejudica o bem estar das famílias chinesas⁴¹. A evolução deste padrão claramente se intensificou na última década, conforme se pode ver no gráfico 4. A tendência, contudo, foi construída ao longo das reformas. Damas (2014) afirma que houve uma intensificação dos desequilíbrios a partir da segunda fase de reformas, tendo em vista que na primeira a ênfase no setor urbano e industrial não era tão elevada, as TVEs (pequenas firmas

⁴¹ Não se pretende afirmar, com a constatação deste padrão, que há uma contraposição entre consumo e poupança. Sabe-se que consumo e poupança podem crescer conjuntamente, devido ao crescimento da renda. Adicionalmente, o crescimento dos investimentos, engendrando o crescimento da renda através do efeito multiplicador, desemboca no crescimento do consumo e da poupança. Logo, não há necessariamente uma contraposição. Aqui, apenas constata-se que, embora haja um crescimento de todas essas variáveis, o consumo das famílias tem obtido perda relativa à sua participação no PIB, enquanto, contrariamente, poupança e investimento têm aumentado sua importância relativa.

rurais de bens de consumo) decolavam e as famílias do setor rural passavam a ter mais autonomia sobre suas rendas.



Fonte: WB (2015). Elaboração própria.

A perda da participação da renda das famílias no PIB na última década é a principal explicação para a perda de participação do consumo na economia. 50% do declínio da renda das famílias deve-se ao declínio nos salários em relação ao PIB, enquanto que o resto se deve à queda na renda gerada pelos depósitos das famílias e à redução das transferências líquidas (ambos em relação ao PIB) (LARDY, 2012).

As baixas taxas de juros e o fato de o sistema financeiro chinês não oferecer alternativas aos depósitos para a acumulação de riqueza incentivam a diversificação do investimento por outras formas. Isso tem culminado no desenvolvimento de uma bolha imobiliária nesta última década. Os investimentos em propriedade são vistos como mais rentáveis que os depósitos, e boa parte da riqueza das famílias foi investida nesse setor (20%, para dados de 2010), o que engendrou uma inflação crescente nos preços dos imóveis. Os governos locais, através das suas plataformas de investimento, também investiram no setor na última década. Essa bolha, além de danosa pelo potencial de instabilidade que gera, também ajuda a perpetuar o padrão de crescimento explicado, uma vez que os investimentos em propriedade contribuíram de maneira significativa para as enormes taxas de investimento desse período (LARDY, 2012; YUE, 2013).

Além disso, a taxa de câmbio subvalorizada também atua na conformação do padrão de crescimento: enquanto torna os bens de consumo mais caros – devido aos maiores preços na importação de insumos –, ela privilegia o setor exportador (DAMAS, 2014). A manutenção desta distorção também envolve manter as taxas de juros baixas, devido ao processo, já explicado, da repressão financeira. Dessa maneira, liberalizar a taxa de câmbio é condicionado por liberalizar as taxas de juros, e vice-versa (YUE, 2013; LARDY, 2012). A liberalização da taxa de câmbio – grosso modo, deixá-la apreciar – implica em aceitar menores exportações e menores investimentos (muitos guiados pela rentabilidade do setor exportador). Essa decisão está profundamente conectada com o engajamento definitivo no rebalanceamento da economia. Da mesma forma, maiores taxas de juros implicariam em menor taxa de investimento, mas maior remuneração das poupanças das famílias, o que também automaticamente contribuiria para o rebalanceamento em direção ao consumo, além do fim da necessidade de operações de esterilização de larga escala para controlar a inflação e dos ganhos bancários, das corporações e do governo central em detrimento da população.

A urbanização resultante dessas dinâmicas será fator importante para o crescimento chinês, dado que no setor urbano a produtividade é maior (BABONES, 2011). Facilitador desse processo foram os custos da terra. O governo pode requisitar terras para utilização urbana, a um preço abaixo do valor do mercado. Os governos locais, com a venda dos lotes em leilões, tiraram lucros significativos para sua arrecadação – fator importante depois da recentralização fiscal da década de 1990 (DAMAS, 2014).

Outro fator de relevância é que os anos 1980, 1990 e 2000 conviveram com um ótimo momento demográfico para o crescimento chinês: boa parte da gigantesca população encontrava-se em idade de trabalhar. Conviveu-se também com um número não muito grande de aposentados – devido à menor expectativa de vida – e com poucas crianças necessitando da provisão de recursos, escola, etc. A poupança dos trabalhadores, logo, poderia ser facilmente canalizada para os investimentos, enquanto que sua força de trabalho poderia ser plenamente explorada (BABONES, 2011). Somando-se essa população em idade ativa à crescente urbanização, houve ganhos de produtividade. A crescente participação do emprego urbano em detrimento do emprego rural é característica chave do desenvolvimento de uma economia. Essa migração, contudo, intensificou-se na década de 1990, tendo em vista que na década de 1980 havia mais restrições para o êxodo rural, e boa parte da mão de obra excedente foi para as TVEs. O emprego

urbano superou os 50% pela primeira vez em 2004 (NAUGHTON, 2007). A situação começa a mudar a partir de meados dos anos 2000, quando se verifica uma população cada vez mais envelhecida e começa-se a prever os resultados negativos da política de filho único – provavelmente no tempo de uma geração, a população em idade para trabalhar será reduzida drasticamente, enquanto que a população mais velha e aposentada aumentará (BABONES, 2011).

A participação da indústria (majoritariamente, a manufatura) cresceu ao longo do período das reformas; mas, ao contrário de outras economias que viveram processos de desenvolvimento e urbanização, sua participação não caiu posteriormente, e segue próxima aos 50%, enquanto que a participação dos serviços ficou aquém do esperado para economias neste estágio de desenvolvimento. Segundo Naughton (2007), o padrão de crescimento da China revela que o país, em comparação ao que seriam taxas “normais”: investe mais; concentra-se mais no setor manufatureiro; e cresceu mais rápido. Quanto ao investimento, o autor salienta que a formação bruta de capital fixo já estava acima dos 30% nos anos 1970, mas aumentou para mais ou menos 35% do PIB durante os anos 1990 e depois para 40%. Tais taxas teriam precedentes em outros países, como Tailândia, Malásia, Japão e Coreia. Contudo, nestes países, estas taxas ocorreram em condições específicas e em períodos bem mais curtos. Além disso, como esses outros países, a China também tem uma grande participação do IED no PIB, entretanto, diferente da Malásia e da Tailândia (que possuem déficits em conta corrente que são financiados por poupança externa), o país não depende deste capital estrangeiro para financiar seu investimento doméstico. A poupança chinesa é suficiente para o próprio investimento. De forma elucidativa, Naughton (2007, p. 148, tradução nossa⁴²) afirma que

[u]m elemento chave da experiência chinesa são as taxas consistentemente altas de investimento, que parecem ser sustentadas nesses níveis por um gradual aumento na produtividade de economia [assim eles não se tornaram menos rentáveis]. Essa interpretação é apoiada pelo fato que os influxos de IED permaneceram fortes, indicando que os investidores estrangeiros ainda acham oportunidades lucrativas para investir. Altas taxas de investimento ‘causam’ crescimento econômico, em um sentido mecânico, mas também são elas mesmas um sintoma dos aumentos de produtividade que são a causa última do crescimento econômico.

⁴² No original: “A key element of the Chinese experience, then, is one of consistently high investment that appears to be sustained by a gradual increase in the productivity performance of the economy. This interpretation is supported by the fact that inflows of foreign direct investment have remained strong, indicating that foreign businesses continue to find profitable projects in which to invest. High investment rates “cause” economic growth, in a mechanical sense, but are also themselves a symptom of productivity improvements that are the ultimate source of economic growth”.

Para manter esse sistema, a poupança é fundamental. Evidentemente, para mantê-la elevada, tornou-se inevitável dissuadir o consumo.

Quando à concentração no setor manufatureiro, Naughton (2007) salienta três causas essenciais: o alto nível de investimento, as políticas governamentais que sustentam o crescimento industrial e a integração da economia chinesa nas cadeias globais de valor. As taxas de investimento mantém elevada a demanda por matérias e maquinário. Por outro lado, a integração da economia chinesa com a globalização fez valer sua vantagem comparativa: o excesso de mão de obra, tornando-a a “fábrica do mundo”. Dessa maneira, empresas estrangeiras investem na China buscando concentrar estágios da produção manufatureira que são intensivos em mão de obra, contribuindo para concentração da produção nesse setor (NAUGHTON, 2007). Sobre as políticas governamentais pode-se falar da subvalorização do câmbio e o controle do preço de alguns fatores de produção (capital, terra, energia e cargos ambientais) como propulsores da concentração dos investimentos no setor manufatureiro exportador. O controle dos preços dá uma espécie de subsídio à manufatura, em detrimento dos serviços. Estes, aparentemente, têm se apresentado em níveis abaixo do que os esperados para o nível de desenvolvimento chinês (NAUGHTON, 2007; LARDY, 2012).

Por fim, os impactos ambientais derivados de um modelo concentrado em investimentos sem dúvidas são enormes. Soma-se a isso o fato de que o método de avaliação da eficiência das províncias e de seus líderes é medindo sua capacidade de gerar um crescimento econômico acelerado. Em um sistema de partido único, em que o reconhecimento é importante para galgar posições, sem dúvida os líderes buscarão satisfazer esses requisitos. Assim, buscarão o “crescimento a qualquer custo”, que em geral ignora preocupações com a sustentabilidade dos investimentos, a fim também de manter a estabilidade da sua população quanto à legitimidade do seu governo através da manutenção de níveis elevados de emprego. O governo central até estabelece metas de desenvolvimento verde, mas estas tem encontrado a resistência dos governos locais (DAMAS, 2014). A questão da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento econômico chinês cada vez preocupa mais não só seu governo, mas também outros países, tendo em vista que os níveis de poluição da China têm atingido patamares sem precedentes (YUAN, 2011).

3.4 Considerações finais

As reformas econômicas que ocorreram desde 1978 e que, de forma gradual, evoluíram através das três décadas subsequentes foram as condicionantes fundamentais para o crescimento chinês observado nesse período. O experimentalismo, o gradualismo e a direção estatal foram características chave que guiaram estas políticas para transformar a economia chinesa gradativamente em uma economia de mercado na qual o papel do Estado segue importante, se não mais por planejar as metas de produção, agora por direcionar investimentos e os principais rumos da economia. Moldou-se, assim, o modelo chinês, conceituado no primeiro capítulo.

Pode-se dizer, com o objetivo de simplificar essa questão, que os principais fatores que enquadram os desequilíbrios descritos são: um desequilíbrio entre investimentos e consumo, favorável aos primeiros; os elevados superávits comerciais, resultantes do excesso de poupança em relação ao investimento, do ponto de vista contábil, mas também de estímulos como uma taxa de câmbio subvalorizada; a repressão financeira que, aliada aos altos níveis de poupança, favorecem o investimento e condenam o consumo; os baixos salários, que não acompanham o crescimento da produtividade⁴³ (DAMAS, 2014); e a clivagem rural-urbana, com concentração de investimentos na zona urbana, que durante boa parte do período de reformas concentrou menos da metade da população. Reitera-se que

[a]o privilegiar a zona urbana e as empresas estatais em detrimento da zona rural e do capitalismo empreendedor das TVEs durante a década de 1990, o governo chinês lançou as bases para um modelo de crescimento cada vez menos voltado para o consumo interno e mais direcionado para exportações e investimentos (DAMAS, 2014, p. 100).

Embora o setor privado tenha aflorado durante a década de 1990, especialmente a partir da sua segunda metade, o setor estatal seguiu importante na economia, conforme salientou Damas. Em consonância a esses fatores levantados, está a crescente desigualdade de renda, especialmente caso se considere as desigualdades regionais, pois se percebe uma vantagem clara da região costeira sobre o interior.

Este modelo de crescimento, no qual culminaram as reformas econômicas, favoreceu a competitividade chinesa, ao mesmo tempo em que concentrou a renda no setor exportador, manufatureiro e costeiro. O surpreendente crescimento chinês veio, logo, à custa do incremento nas desigualdades regional, setorial e de renda. Além disso, foi favorecido por um desequilíbrio

⁴³ Devido, principalmente a que há “excesso de mão de obra, políticas governamentais que limitam o aumento da massa salarial, bem como a dificuldade em se estabelecer sindicatos independentes [...]” (DAMAS, 2014, p. 112).

cada vez maior entre as variáveis macroeconômicas de investimento e consumo (sobretudo das famílias, especialmente nas famílias do setor rural). Apesar de a intensidade dos investimentos “gerar crescimento” praticamente automaticamente, conforme conceituou Naughton (2007), corre o risco de tornar-se insustentável, como próximo capítulo procurará sugerir.

4 O PÓS-CRISE FINANCEIRA GLOBAL: SEUS DESDOBRAMENTOS E A NECESSIDADE DE REBALANCEAMENTO

Tendo analisado a constituição do atual modelo crescimento chinês e alguns de seus desequilíbrios, pode-se partir para a análise dos desdobramentos que a CFG teve sobre a economia da China – desde a crise do *subprime* até sua transmutação em crise global, que culminaria na grande recessão que ainda não esgotou seus resultados. Nesta seção, tratar-se-á do objeto central desta monografia: a reação chinesa à CFG e a possibilidade de rebalanceamento do modelo até então vigente. Para isso, este capítulo divide-se em três seções: a primeira buscará descrever como a CFG impactou a economia chinesa e como se optou por reagir a esses impactos; a segunda buscará trazer à tona a ideia de rebalanceamento da economia chinesa, sob a hipótese de que a CFG intensificou alguns de seus desequilíbrios e precipitou a necessidade de mudança do seu padrão de crescimento; por fim, a última seção tratará das reformas que têm sido sugeridas e das medidas mais recentes do governo nesse sentido.

4.1 A CFG: o impacto nas exportações chinesas e o programa de recuperação da economia

A CFG é considerada uma das maiores crises dos últimos tempos – sendo que alguns consideram que foi inclusive maior que a Grande Depressão (BERNANKE apud WORLSTALL, 2014) –, e cujos impactos ainda não se esgotaram. Após seu advento nos Estados Unidos, a crise se alastrou para todo o globo, tanto por canais financeiros como pelo canal tradicional do comércio.

Em um primeiro momento, foi uma crise das economias avançadas, altamente interconectadas financeiramente. Quando a inadimplência dos empréstimos *subprime*⁴⁴ nos EUA começaram a impactar suas gigantes financeiras, como a Lehman Brothers, vários países, especialmente os desenvolvidos, com ativos nessas instituições seriam diretamente afetados pela crise. A recessão – decorrente da bancarrota destas várias instituições e da consequente perda de riqueza de empresas e famílias – passaria a ter impactos globais, inclusive sobre os países emergentes, ao contrário do que previam aqueles que defendiam a hipótese do “descolamento”

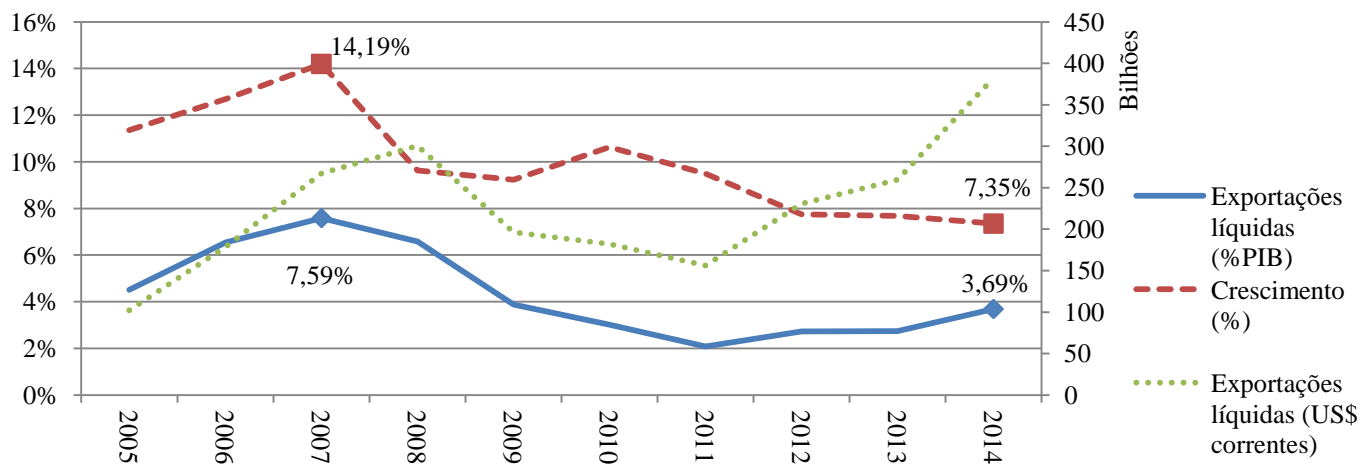
⁴⁴ Empréstimos de características muito duvidosas, cujas possibilidades de não pagamento são altas.

das economias emergentes em relação às dinâmicas das economias avançadas⁴⁵ (UNCTAD, 2009; IMF, 2015c).

Como a China ainda possui uma conta capital-financeira fechada, a crise a afetou pouco pelo canal financeiro. Contudo, a recessão global, especialmente dos países desenvolvidos, grande mercado de suas exportações, impactou fortemente o lado real da sua economia (YANG; HUIZENGA, 2010). Longe de estar “descolada” dos eventos que afetassem as economias mais desenvolvidas, a China tornou-se altamente ligada à economia global, tendo o comércio exterior maior participação na sua economia do que em outras semelhantes, e sendo sua produção para exportação bastante dependente do investimento direto estrangeiro. Essa situação eleva a vulnerabilidade chinesa a flutuações globais, como a CFG (NOLAN, 2011; PRATES; CUNHA, 2009). Assim, a crise constrangeu seriamente o crescimento econômico chinês. Como se podem observar no gráfico 5, as exportações, até 2014, apesar de terem se recuperado em termos absolutos, não recuperaram sua participação anterior no PIB, enquanto que o crescimento do PIB, após recuperação de 2009 e 2010, entrou em uma tendência de desaceleração.

⁴⁵ Faz-se referência aqui à hipótese do “descolamento” de economias emergentes em relação aos ciclos vividos pelas economias avançadas, hipótese defendida principalmente no trabalho de Kose, Otrok e Prasad (2008), em relação ao período 1985-2005. Retomou-se essa hipótese em 2009 (KOSE; PRASAD, 2009) e buscou-se comprová-la para um período de tempo mais longo (incluindo o contexto da CFG) em um trabalho de 2010 (KOSE; PRASAD, 2010). Contudo, muitos autores defendem que essa hipótese é falsa (WÄLTI, 2009; ROSE, 2009; DERVIS, 2012; WYROBEK; STAŃCZYK, 2013; PRATES; CUNHA, 2009; NOLAN, 2011) e, para o caso chinês, objeto desse trabalho, parece evidente que a atual desaceleração colhe resultados da CFG. Um argumento a favor do descolamento é que o comércio exterior chinês é liderado por empresas estrangeiras (logo, se algo impactasse esse comércio, a economia doméstica chinesa não sofreria). Breslin (2011b) refuta esse argumento. Segundo ele, este “subestima a natureza cambiante das exportações chinesas e a crescente significância de bens de capital e componentes feitos na China (BRESLIN, 2011b, p. 188, tradução da autora). Além disso, o crescimento das exportações é por si só é um motor crescimento. Um terço do crescimento na China antes da crise financeira parece ter sido causado pelas exportações, cujo crescimento foi de 25% ao ano (BRESLIN, 2011b).

Gráfico 5: Exportações líquidas e crescimento econômico da China



Fonte: WB (2015). Elaboração própria.

A partir do segundo semestre de 2008, as exportações sofreram um grande baque; sua taxa de crescimento passaria de cerca de 20% (agosto de 2008) para ao redor de -25% em 2009 (YANG; HUIZENGA, 2010). Estima-se que o crescimento de 2008 teria sido cortado em mais ou menos cinco pontos percentuais devido a esta queda nas exportações. Dessa forma, o padrão de crescimento escolhido pelos chineses a partir de 1978 para compor seu modelo – dependente de exportações (para consumir a crescente capacidade instalada) e de investimento direto estrangeiro (para atrair capitais e tecnologia) – foi colocado à prova, demonstrando que depender de estímulos externos é perigoso para a sustentabilidade do crescimento de uma economia.

A CFG afetou severamente o setor manufatureiro chinês – motor da economia –, tendo impactado também de maneira geral as indústrias exportadoras. Embora as exportações em geral tenham caído, vale salientar algumas diferenças entre setores. Aqueles intensivos em mão de obra foram menos afetados que os setores intensivos em capital. Yang e Huizenga (2010) atribuem essa diferença à menor elasticidade-renda dos primeiros em relação aos segundos. Adicionalmente, as empresas de investimento estrangeiro e as estatais (especialmente as concentradas em exportações de produtos capital-intensivos) parecem ter sido as mais afetadas.

Em relação ao emprego, aqueles que mais sofreram com a crise foram os trabalhadores migrantes (60% a 70% trabalhavam em manufatura) e trabalhadores recém-graduados – os quais aumentaram muito em número desde o programa de expansão da educação em 1999. Com a CFG, muitas empresas, especialmente as de investimento estrangeiro, pararam de recrutar novos empregados. A crise também afetou gravemente os IEDs na China. Cerca de 90% deles se

direcionavam ao setor manufatureiro exportador. Vale salientar que esses investimentos também contavam como cerca de 50% do comércio internacional chinês. Os fluxos caíram muito de agosto de 2008 a 2009, como se pode ver no gráfico 1, ainda que se recuperassem nos anos seguintes (YANG; HUIZENGA, 2010).

Para reagir à CFG, a China reverteu a tendência que vinha sendo seguida de políticas em direção ao rebalanceamento – mesmo que ainda incipientes. Eram estas especialmente medidas para conter o crescimento, o qual estaria demasiadamente acelerado, como através do aumento da base da taxa de juros para empréstimos, a imposição de limites quantitativos aos mesmos (LARDY, 2012), ou a redução na isenção de impostos sobre as exportações (BRESLIN, 2011b; FENBY, 2011)⁴⁶. Desde antes da CFG, já se percebia nos discursos das lideranças o ímpeto de reforma (SANDERS; CHEN, 2007), especialmente no discurso de Wen Jiabao em 2007, então primeiro-ministro chinês:

Há problemas estruturais na economia da China que causam um desenvolvimento instável, desequilibrado, descoordenado e insustentável. Desenvolvimento instável significa investimentos superaquecidos, bem como uma oferta de crédito e uma liquidez excessivas e superávit no comércio internacional e nos pagamentos internacionais. Desenvolvimento desequilibrado significa desenvolvimento desigual entre as áreas urbana e rural, entre regiões diferentes e entre desenvolvimento econômico e social. Desenvolvimento descoordenado significa que há uma falta de um equilíbrio adequado entre os setores primário, secundário e terciário e entre investimento e consumo. O crescimento econômico é principalmente liderado pelos investimentos e pelas exportações. Desenvolvimento insustentável significa que nós não fomos hábeis em poupar energia e recursos e em proteger o meio-ambiente. Todos esses são problemas urgentes com os quais nos deparamos e que requerem esforços de longo prazo para resolver (WEN, 2007, tradução nossa⁴⁷).

O plano quinquenal de 2004 também apontava nessa direção. Contudo, as medidas até então tomadas não foram eficazes para desacelerar o crescimento, pelo contrário, este seguiu com

⁴⁶ A mudança do regime cambial em 2005, que permitiu uma sensível apreciação do Remimbi, também fora relevante nesse sentido; contudo, salienta-se que a apreciação de 2005 a 2008 foi menor do que uma taxa de câmbio livremente determinada pelo mercado imporia. De 2008 a 2010, fixou-se novamente à taxa de câmbio ao dólar como reação à crise. A partir daí, permitiu-se novamente uma lenta apreciação (LARDY, 2012).

⁴⁷ No original: “There are structural problems in China's economy which cause unsteady, unbalanced, uncoordinated and unsustainable development. Unsteady development means overheated investment as well as excessive credit supply and liquidity and surplus in foreign trade and international payments. Unbalanced development means uneven development between urban and rural areas, between different regions and between economic and social development. Uncoordinated development means that there is lack of proper balance between the primary, secondary and tertiary sectors and between investment and consumption. Economic growth is mainly driven by investment and export. Unsustainable development means that we have not done well in saving energy and resources and protecting the environment. All these are pressing problems facing us, which require long-term efforts to resolve”.

taxas altas. Cabe questionar-se, logo, se a motivação para reforma era concreta ou válida apenas no discurso, tendo em vista o receio das lideranças para com a redução das taxas de crescimento econômico, estabilizadores do *status quo* político (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

A partir de setembro de 2008, o governo central lançou mão de um programa de estímulo de larga escala para impedir (ou atenuar) a prevista desaceleração da economia decorrente da CFG. “[a] redução do superávit externo foi 100% compensada pelo crescimento do investimento” (NAUGHTON, 2015, p. 108, tradução nossa⁴⁸), enquanto a participação do consumo interno não cresceu. Nesse sentido, defende-se nesse trabalho que o pacote de recuperação utilizado acabou por reforçar as características do modelo já tratado como insustentável pelas lideranças chinesas. Isso porque a atenuação do desequilíbrio externo (menores superávits) foi compensada por um aumento do desequilíbrio interno (maior participação do investimento e menor do consumo na economia) (YUE, 2013). Tal ideia é sintetizada pro Breslin (2011b, p. 194, tradução nossa⁴⁹):

[e]ntão, talvez ironicamente, enquanto a crise parece ter minado ainda mais a confiança no ‘modelo’ de crescimento existente, as soluções imediatas de alguma forma significaram um retorno àquele modelo ao invés de um movimento em direção a um novo paradigma.

O programa de recuperação compôs-se de uma expansão fiscal de RMB 4 trilhões (US\$ 586 bilhões)⁵⁰ em investimentos e de uma grande flexibilização do crédito, através da eliminação das quotas antes estabelecidas e da redução do coeficiente de reserva dos bancos comerciais. Segundo Yang e Huizenga (2010, p. 133, tradução nossa⁵¹), as seguintes áreas foram cobertas no pacote de gastos:

(i) desenvolvimento de infraestrutura de transporte público (incluindo rodovias, trens subterrâneos, ferrovias, aeroportos e portos) [37,5% do pacote]; (ii) reconstrução pós-terremoto na Província de Sichuan [25%]; (iii) criação de moradias públicas de preço acessível em áreas urbanas [10%]; (iv) desenvolvimento de infraestrutura rural

⁴⁸ No original: “the reduction in the external surplus was 100 percent offset by an increase in investment”.

⁴⁹ No original: “So perhaps ironically, while the crisis might have further undermined confidence in the existing growth ‘model’, the immediate solutions in some ways meant a turn back to that model rather than a further move to a new paradigm”.

⁵⁰ Segundo Breslin (2011b), na verdade o estímulo fiscal excedeu em até 5 vezes o anunciado, tendo em vista que o governo central teria liberado os governos locais a também lançarem mão de estímulos fiscais.

⁵¹ No original: “(i) development of public transport infrastructure (including railways, subways, highways, airports and ports); (ii) post-earthquake reconstruction in Sichuan Province; (iii) creation of affordable public housing in urban areas; (iv) development of rural infrastructure (including irrigation, drinking water, electricity and transport); (v) environmental projects; (vi) technology development and innovation; (vii) health care and social security; and (viii) education.

(incluindo irrigação, água potável, eletricidade e transporte) [9,3%]; (v) projetos ambientais [especialmente investimentos em energia limpa (LARDY, 2012)] [5,3%]; (vi) desenvolvimento de tecnologia e inovação [9,3%]; (vii) seguridade social e de saúde; e (viii) educação [3,8%, ambos].

Se considerarmos que as duas primeiras e a quarta área representam investimentos em infraestrutura, pode-se concluir que estes concentraram mais 70% dos investimentos do pacote. Além disso, lançou um plano de revitalização da indústria para aumentar a competitividade de longo prazo de dez setores específicos (manufatura de veículos, aço, construção naval e tecnologia da informação e eletrônicos, entre outros), através de isenções fiscais, subsídios, licitações governamentais, atração de investimento estrangeiro, entre outros. Para retomar as exportações, o governo também concedeu isenção de taxas para vários produtos (YANG; HUIZENGA, 2010). O pacote foi capaz de absorver os empregos perdidos no setor exportador, sendo essencial para atenuar a recessão. Contudo, salienta-se que os projetos impulsionados pelo pacote – maioria em infraestrutura – tem prazo para acabar, tornando insustentável o aumento de emprego nestes setores (BRESLIN, 2011b).

A política monetária mais frouxa envolveu, além do aumento do crédito, um rebaixamento da base da taxa de juros: passou-se de taxas de juros crescentes (na véspera da crise) para cortes nestas taxas. O aumento do crédito, por sua vez, foi o grande responsável pelo financiamento dos novos investimentos, especialmente pelos governos locais – sem grande fonte de recursos, eles foram autorizados pelo governo central a realizarem expansão fiscal via financiamento, e o faziam através das suas plataformas de investimentos, empresas subordinadas aos governos locais (FENBY, 2011; BRESLIN, 2011b; LARDY, 2012).

Haveria, na verdade, um descompasso entre os interesses do governo central, que demandariam gastos dos governos locais para conter a crise; e os recursos destes governos, que, devido à recentralização fiscal da década de 1990, passam a gastar através de empréstimos. O problema desta questão reside na possibilidade de haver empréstimos não pagos, o que pode afetar o balanço dos grandes bancos (BRESLIN, 2011b; FENBY, 2011). Aparentemente, não há risco de uma crise bancária de larga escala (o governo central é capaz de conter essa tendência, mesmo assumindo as dívidas dos governos locais)⁵². O fato de o governo controlar 92% do sistema bancário formal contribui para o mesmo ter as ferramentas para reestruturar a dívida se necessário (IGLESIAS, 2015). Além disso, dois fatores contribuem para refutar a possibilidade

⁵² Há opiniões divergentes. Iglesias (2015), por exemplo, acredita que uma crise bancária é uma possibilidade real.

de insolvência: 1) acredita-se que os investimentos feitos nos anos de crise (especialmente em infraestrutura) podem gerar grandes retornos positivos no longo prazo; e 2) as agências de investimento locais, em 2009, possuíam mais ativos que passivos, mesmo tendo contraído muitos empréstimos nos últimos anos. Contudo, o aumento da dívida não pode ser ignorado devido ao risco de elevar a inflação e ao potencial de instabilidade que o aumento da dívida carrega (FENBY, 2011; NAUGHTON, 2015; LARDY, 2012); portanto, é um indicador que deve ser mantido em observação nos próximos anos.

Guardando grande relação com a questão do aumento do crédito está a bolha imobiliária, reinflada com o pacote de 2008. Houve um grande aumento dos empréstimos hipotecários devido a uma série de políticas entre setembro de 2008 e dezembro de 2009 que facilitaram o crédito. Foram estas, principalmente: a redução da base das taxas de juros para empréstimos; o aumento do desconto das taxas de juros para empréstimos hipotecários; a redução do pagamento necessário para tomar empréstimos hipotecários de 40% para 20%; e a redução para dois anos no período que um proprietário deve reter uma propriedade antes de vendê-la para evitar taxas sobre esta venda. Claramente, as três últimas medidas estimularam o crescimento de movimentos especulativos no mercado imobiliário (LARDY, 2012). Como resultado, o investimento neste mercado contou por 11,5% do PIB em 2009.

Essas medidas são a exata reversão de medidas que vinham sendo tomadas desde 2007 justamente para conter o avanço da bolha imobiliária, bem como da inflação (através do aumento da base da taxa de juros de empréstimos). Adicionada a esta questão está o fato de que a receita dos governos locais depende muito dos leilões de terra realizados; logo, eles são beneficiados no curto prazo pelo aumento no crédito e pela bolha imobiliária. Os novos empréstimos tomados pelas plataformas de investimentos são tomados levando em consideração a expectativa de aumento dos preços da propriedade. Dessa forma, um eventual estouro da bolha imobiliária não só implicaria em muitos empréstimos não pagos, mas também na redução de importante fonte de recursos para os governos locais. Essa situação torna a transição para um ritmo mais lento de crescimento (que envolve menores investimentos em propriedade) mais complicada, pois implica repensar a divisão fiscal realizada na década de 1990 (BRESLIN, 2011b; LARDY, 2012). Além disso, vale lembrar que, para Damas (2014), o fim da propriedade estatal da terra é parte necessária do rebalanceamento da economia.

A fim de conter a bolha imobiliária e seus impactos na inflação, o governo passou a tomar uma série de medidas, a partir do final de 2009, que de certa forma retomaram a tendência de algumas políticas de 2007. Assim, em dezembro de 2009 reestabeleceu em 40% o valor necessário, referente a um imóvel, a ser pago ao se tomar um empréstimo hipotecário; aumentou para cinco anos o período que os investidores devem reter uma propriedade para evitar a taxação da venda da mesma; além de aumentar as taxas de juros cobradas sobre empréstimos hipotecários. Na mesma linha, a partir da metade de 2009, medidas para conter o *boom* de empréstimos também foram tomadas. Entre elas, estão novas quotas para empréstimos, o aumento no coeficiente de reserva dos bancos comerciais⁵³ e, no final de 2010 e início de 2011, um aperto monetário, com aumento das taxas bases de juros e novos aumentos do coeficiente de reserva (LARDY, 2012). Esses movimentos tiveram o efeito de cortar o crescimento das vendas de imóveis de 2009 para 2010, no entanto, os preços continuaram elevados e crescendo. Posteriormente, novos aumentos na porcentagem do valor do imóvel que deve ser paga para tomar um empréstimo hipotecário foram feitos: para 50% e depois 60%, além de outras limitações no setor. Uma moderação dos preços resultante desses movimentos começa em maio de 2010; em dezembro a inflação do setor foi de 7,6%, o que representa uma grande queda se comparado com a taxa de abril, 15,4% (LARDY, 2012).

Mais recentemente, o setor imobiliário tem estado em declínio, devido principalmente ao excesso de oferta verificado e às medidas de corte de crédito que o governo tomou em 2013 (neste ano, os empréstimos hipotecários contavam por 38% do total dos empréstimos). Este declínio se postou na economia desde março de 2014, segundo a agência de inteligência e editora estadunidense Stratfor (2015b). Contudo, não houve ainda nenhuma quebra dramática do setor⁵⁴, e os preços seguem altos: a relação entre os preços do setor e os níveis de renda segue maior que de países como o Reino Unido e os EUA. Entre as medidas direcionadas a estimular a economia e prevenir um estouro abrupto da bolha imobiliária, está o fato de que, em setembro de 2014, o governo baixou o pagamento mínimo inicial necessário para retirar empréstimos hipotecários para 30%, cancelou a proibição de empréstimos hipotecários para quem compra a terceira casa e

⁵³ Salienta-se que por mais que esta seja uma medida de arrocho monetário, ela não contribui para o rebalanceamento na medida em que faz parte da chamada repressão financeira, descrita no capítulo 3. Em oposição, o aumento da taxa de juros contribuiria para o rebalanceamento, mas sem dúvida importa em que medida ocorreu esse aumento e se foi uma medida apenas circunstancial ou mais duradoura.

⁵⁴ Segundo análise do Stratfor (2014), bolha já estouraram nas cidades Wenzhou e Ordos (uma das chamadas “cidades fantasmas”, por ser constituída basicamente imóveis de investimentos especulativos).

muitos governos locais também liberaram algumas restrições deste setor (FUNG et al., 2015; STRATFOR, 2014).

Essas medidas demonstram que a administração do mercado financeiro chinês objetiva manter a alavancagem⁵⁵ das famílias em um nível bastante modesto, especialmente se comparado aos EUA. Para alguns empréstimos hipotecários, por exemplo, não era necessário um pagamento inicial de nenhuma porcentagem do valor do imóvel, enquanto que na China essa parcela chegou a 60% quando o governo percebeu a bolha se inflando. Outra medida que pode demonstrar esse fato é a razão entre os empréstimos totais e a renda disponível das famílias. Enquanto que na China esta era de 32% no final de 2007, nos EUA chegou a 130% e no Reino Unido a 150% no mesmo período. Dessa maneira, análises demasiado pessimistas a respeito da bolha imobiliária chinesa, comparando com a que originou a crise do *subprime* nos EUA, carecem de fundamento (LARDY, 2012).

Salienta-se que, durante o pacote, algumas medidas que objetivavam incrementar a participação do consumo na economia foram tomadas (manutenção de programas de pensão e transferências, descontos nas vendas de alguns produtos, entre outras), ao mesmo tempo em que os salários cresceram e que o aumento do investimento propiciou a manutenção do emprego. Apesar disso, a tendência de queda da participação do consumo no PIB não foi rompida (LARDY, 2012).

Como análise complementar, alguns autores (FENBY, 2011; BRESLIN, 2011b) afirmam que o papel das estatais parece ter sido fortalecido com o pacote de 2008, em detrimento do setor privado, especialmente pela alocação preferencial de crédito para estas empresas. Lardy (2012), contudo, busca refutar essa ideia, especialmente negando o fato de que os empréstimos teriam ido preferencialmente para empresas estatais. Através de dados, comprova que o crescimento nos empréstimos para negócios familiares foi maior que o para firmas em geral, bem como o crescimento de empréstimos para pequenas firmas (uma espécie de *proxy* para firmas privadas) foi maior que o crescimento dos empréstimos para médias e grandes firmas (*proxys* das estatais). Sustenta, ainda, que a tendência de longo prazo de maior participação do mercado na economia

⁵⁵ Alavancagem pode ser definido como a possibilidade de aumentar os ganhos – ou perdas – potenciais através de empréstimos. Quer dizer, ao invés de investir em um ativo somente através dos fundos que a entidade que faz o investimento possui, esta pega emprestado mais dinheiro para poder alavancar seus investimentos e potencializar seus ganhos. O perigo reside no caso de os retornos serem negativos, e tal entidade, além de não ter ganhos, também pode chegar a não ter fundos suficientes para pagar os empréstimos tomados. Afirma-se que a alavancagem, especialmente por ser muito elevada, contribuiu para a crise do *subprime* e para os seus desdobramentos na crise financeira global (D'HULSTER, 2009).

seguiu presente, através de dados também da produção e das exportações. Salienta-se, contudo, que o monopólio estatal de setores como telecomunicações, finanças e petróleo se mantém, o que aparentemente não será objeto de reforma no futuro próximo (LARDY, 2012).

Dessa forma, o pacote de estabilização acabou por fazer recuar a tendência de rebalanceamento da economia, mantendo e reforçando o modelo de crescimento baseado em investimentos. Segundo Iglesias (2015, p. 12, tradução nossa⁵⁶):

Foi necessário reanimar o paciente, mas isso gerou severos efeitos colaterais negativos: excesso de capacidade em muitos setores; um *boom* excessivo no setor imobiliário; degradação ambiental; aumento da desigualdade; um aumento preocupante nas dívidas dos governos locais e de corporações, e um emergente sistema de *shadow banks* [o sistema bancário extra-oficial].

A CFG global, portanto, não só adiou o caminho das reformas econômicas na China, mas também intensificou os desequilíbrios existentes.

Como se pode inferir analisando os impactos e os desdobramentos para a economia chinesa, estes não são derivados apenas do advento da crise, mas foram na verdade extremamente condicionados pelo modelo de crescimento chinês construído até então, como sugere a hipótese central desse trabalho. Segundo Naughton (2014, p. 110, tradução nossa⁵⁷),

[n]ão é simplesmente que a China possui hoje uma economia desequilibrada, é que a China tem consistentemente seguido uma estratégia de crescimento desequilibrada nas últimas duas décadas. A partir da metade dos anos 1990, a China tem intencionalmente estimulado o investimento, construído sua infraestrutura antecipadamente à demanda, e dirigiu a economia para um processo de industrialização e urbanização. Nesse sentido, os desequilíbrios extremos da economia depois de 2007 foram simplesmente a extensão lógica da estratégia de crescimento da China até 2007.

4.2 A possibilidade de rebalanceamento da economia chinesa

Mesmo tendo empregado um pacote de estabilização exitoso e alcançado altas taxas de crescimento já em 2009 – quando a taxa foi de 9,2% –, alguns desequilíbrios do modelo chinês

⁵⁶ No original: “It was necessary to reanimate the patient, but it had severe negative side effects: overcapacity in many sectors; an excessive real estate boom; environmental degradation; increased inequality; a worrying rise in local government and corporate debts, and an emerging shadow banking system”.

⁵⁷ No original: “It is not simply that China today has an unbalanced economy, it is that China has consistently followed and unbalanced growth strategy for the past two decades. From the mid-1990s onward, China has intentionally stimulated investment, built out its infrastructure ahead of demand, and driven the economy forward through the processes of industrialization and urbanization. In this sense, China’s extreme imbalances after 2007 have simply been the logical extension of China’s growth strategy up until 2007”.

ficaram ainda mais evidentes. Dessa forma, os líderes do país passaram a dar mais atenção para a possibilidade de redirecionamento deste modelo, tendo a CFG precipitado essa necessidade.

Isso incluía não somente o desequilíbrio entre demanda doméstica e demanda externa, e entre firmas domésticas e externas, isso incluiria também o desequilíbrio entre consumo e investimento, entre cidade e interior, entre regiões na costa e no interior, entre capacidade competitiva de grandes empresas domésticas e internacionais. [...] Os *policy-makers* chineses usaram a ocasião da crise financeira global para acelerar seus esforços para mudar a direção do caminho do desenvolvimento chinês (NOLAN, 2011, p 50, tradução nossa⁵⁸).

Nolan (2011) salienta que reformar este modelo não é simples, pois encontra não só obstáculos econômicos, mas também políticos, ligados a disputas ideológicas internas ao PCCh. Somam-se, neste ponto as especulações quanto à capacidade de a China rumar para uma trajetória mais dependente do consumo sem aceitar uma transição política rumo a um sistema mais democrático (STRATFOR, 2015b; YOUWEI, 2015).

O pacote gerou empregos e renda e foi capaz de evitar a recessão na economia chinesa, mas também tornou mais evidente a crença de que o rebalanceamento é necessário, uma vez que se intensificou um modelo de crescimento já considerado insustentável antes da crise (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012). Isso porque o pacote, baseado em crédito e investimentos, intensificou a dependência chinesa dos últimos em sua economia⁵⁹, bem como aumentou a quantidade de empréstimos duvidosos (BRESLIN, 2011b). Afirma-se que a China tem dado sinais relevantes do seu ímpeto pela mudança do modelo, como em seus últimos planos quinquenais, especialmente o 12º, de 2011. Apesar disso, Fenby (2011) defende que esta “mudança para um novo modelo provavelmente será lenta e incremental, condicionada pela cautela política e incertezas do panorama global” (FENBY, 2011, p. 40, tradução nossa⁶⁰).

Inclusive, Fenby (2011) defende que, no curto prazo, apesar de ser reconhecida a necessidade de rebalanceamento, exportações e investimento seguiriam sendo os principais

⁵⁸ No original: “This included not only the imbalance between domestic demand and foreign demand, and between domestic and international firms, it include also the imbalance between consumption and investment, between town and countryside, between inland and coastal regions, between the competitive capability of large domestic and international firms. [...] China’s policy-makers used the occasion of the global financial crisis to accelerate its efforts to change the direction of China’s development path”.

⁵⁹ Além da reação à queda das exportações através do impulso ao investimento, para compensar a perda de mercados dos países desenvolvidos, a China procuraria mais intensamente as regiões emergentes, como a América Latina e a África, buscando novos mercados para suas exportações no longo prazo (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

⁶⁰ No original: “the move to a new model is likely to be a slow, incremental one, cushioned by political caution and uncertainties about the global outlook”.

motores da economia. Como pode ser visto no gráfico 5, as exportações líquidas têm perdido espaço no PIB, apesar de sua participação seguir relevante (21,62% em 2014), enquanto que no gráfico 4 percebe-se que o investimento tem aumentado sua participação no PIB após a CFG - foi de 47,68% em 2013 e, segundo Naughton (2014, p. 108, tradução nossa⁶¹), “[d]e 2009 a 2013 o investimento [sua participação no PIB] esteve em média 48% sobre um período de cinco anos, com nenhuma tendência aparente de declinar”. Para se ter uma ideia do papel do investimento na recuperação da economia, esta variável representou 92% do crescimento chinês em 2009 (DAMAS, 2014).

A cautela referida para realizar o rebalanceamento reflete principalmente os interesses de grupos beneficiados pelo modelo atual – lobbies das empresas de exportação e importação e das empresas exportadoras da costa, a indústria de construção e imobiliária, os bancos comerciais e as administrações provinciais – e também preocupações quanto à sustentação do regime, baseada em altos níveis de emprego e de crescimento do PIB (LARDY, 2012; FENBY, 2011; CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012).

O rebalanceamento e as reformas necessárias para o mesmo tratam-se de temas recorrentemente abordados pela literatura atual (NAUGHTON, 2015; DAMAS, 2014; LARDY, 2012, entre outros), bem como por inúmeros artigos em periódicos (STRATFOR, 2015b; DRISDALE, 2012, 2014; HUANG, 2014, entre outros). Segundo Cunha, Lélis e Bichara (2012, p. 214):

[m]aior ênfase no mercado interno e, portanto, a necessária redistribuição da renda e redução da propensão a poupar das famílias por meio de aumentos nos investimentos públicos na rede de proteção social e na sustentabilidade ambiental e energética são vetores essenciais do futuro em [gestação].

Para Naughton (2014, p. 105, tradução nossa⁶²), que busca tratar do rebalanceamento num sentido mais amplo,

rebalancear inclui a necessidade de a economia chinesa fazer uma transição para o fim da era de supercrescimento e reduzir os desequilíbrios que concentram poder e recursos nos setores da economia administrados pelo governo.

⁶¹ No original: “[F]rom 2009 through 2013, investment averaged 48 percent over a five-year period, with no apparent tendency to decline”.

⁶² No original: “[R]ebalancing includes the need for the Chinese economy to make an effective transition to the end of the hypergrowth era and to reduce the imbalances that concentrate power and resources in government-run sectors of the economy”.

Em um sentido mais estrito, o rebalanceamento envolve impulsionar o consumo doméstico das famílias, enquanto se reduz a dependência do investimento e das exportações líquidas como motores do crescimento econômico – uma espécie de dupla dependência do exterior para estimular o crescimento doméstico. Isso é considerado necessário tendo em vista não só a desigualdade de renda⁶³ – que pode ser motivação para revolta social e questionamento do Partido –, mas também pela evidência do provável esgotamento do padrão de crescimento baseado nestas duas variáveis macroeconômicas (BRESLIN, 2011b). Segundo Lardy (2012), desde 2003 vem se evidenciando cada vez mais desequilíbrios na economia segundo várias óticas; para o autor, “sustentar altas taxas de crescimento econômico na China no médio e longo prazo vão requerer um modelo fundamentalmente novo de crescimento” (LARDY, 2012, p. 44, tradução nossa^{64,65}).

O governo chinês já manifestou diversas vezes suas intenções de promover a reforma. A Terceira Plenária do 18º Congresso Nacional do PCCh, ocorrida em 2013, é um marco importante nesse sentido. Ela mostrou o desejo das lideranças em tratar dos desequilíbrios da economia chinesa e, de fato, em rebalancear a economia. Vale realizar alguns apontamentos sobre a Terceira Plenária. Primeiramente, ela salientou a importância das reformas econômicas: o mercado passaria a ter cada vez mais papel na economia chinesa; evitou, contudo, manifestar qualquer brecha para reforma política. Além disso, assegurou o compromisso do governo no combate à corrupção, na construção de um sistema de seguridade social, na redução das desigualdades rural-urbanas e na transição para uma economia com um crescimento sustentável

⁶³ A desigualdade de renda é colocada por Sanders e Chen (2007) como o principal fator que compromete a sustentabilidade do crescimento chinês – nos moldes do modelo atual. Para ele, a implantação do mercado cria desigualdades intrinsecamente, tendo em vista a busca pela alocação eficiente dos recursos. Desde o início do período de reformas, o índice Gini passou de 0,26 para 0,45, caracterizando a China como uma das economias mais desiguais do mundo. A desigualdade é perigosa considerando que se tem um governo que se declara comunista, prometendo justamente o oposto. Ao mesmo tempo que isso causa descontentamento para as camadas mais pobres da população, aceitar taxas mais baixas de crescimento pode descontentar a classe média – atendo-se a ideia das altas taxas de crescimento como mantedoras da estabilidade social. Haveria, assim, um dilema que põe em questão a legitimidade do Partido e a sua capacidade de se manter no poder (SANDERS; CHEN, 2007).

⁶⁴ No original: “sustaining a high rate of economic growth in China over the medium and longer run will require a fundamentally new growth model”.

⁶⁵ Para explicar seu ponto, prova, através das abordagens de gastos, da produção, da renda e da poupança e do investimento, que o modelo de crescimento chinês está desequilibrado, principalmente depois de 2002-2003.

do ponto de vista ambiental. Tratou-se de várias reformas, como no sistema *Hukou*⁶⁶ e da política de filho único (YAN, 2013).

Recentemente, a China finalmente aliviou a política de filho único, liberalizando o nascimento do segundo filho a partir da entrada em vigor da nova lei (STRATFOR, 2015a). Essa mudança de política tem profundas implicações, tanto em relação à transição demográfica chinesa – propiciar o incremento da população em idade ativa nas próximas gerações – quanto em relação aos gastos sociais – uma maior necessidade do provimento adequado de educação e outros serviços públicos para uma população que deverá ter maiores taxas de crescimento. Em conformidade com a tendência levantada com esta plenária, salienta-se que Xi Jinping tem realizado inúmeras manifestações a favor das reformas econômicas e da transição da China rumo a uma taxa de crescimento mais sustentável – do ponto de vista econômico e ambiental –, mais igualitária e menos desequilibrada (XI, 2015).

Existe bastante convergência na literatura sobre o fato de que o excesso de investimento agrava o problema ambiental chinês, tendo em vista que o crescimento puxado por essa variável é necessariamente mais nocivo ao meio ambiente (BRESLIN, 2011b; BABONES, 2011; DAMAS, 2014, entre outros). Contudo, destaca-se que a China, de qualquer forma, continuará investindo; logo, o país deve “investir melhor. Deve deixar os setores intensivos em capital super poluentes e se direcionar para negócios mais verdes, de alta tecnologia, relacionados a serviços e intensivos em trabalho” (IGLESIAS, 2015, p. 12, tradução nossa⁶⁷). Já do ponto de vista econômico, manter uma trajetória de investimentos financiados por crédito (de bancos estatais), sem uma demanda interna crescente, e com a demanda externa dependente da recuperação das economias avançadas⁶⁸, parece insustentável. Contudo, a respeito da criação de excesso de capacidade na China, há argumentos divergentes. De um lado, defende-se que este padrão de crescimento estaria esgotado pela existência de investimentos cada vez menos rentáveis, cuja capacidade criada não encontra a demanda necessária. Isso porque o investimento realizado para compensar

⁶⁶ Sistema de controle de mobilidade de trabalho na China que regula as migrações entre as provinciais, limitando-a, bem como restringindo os direitos daqueles que migram sem um registro de residência (*hukou*) que permita essa migração (OURIQUES; ANDRADE, 2009).

⁶⁷ No original: “invest better. It has to move away from highly polluting capital intensive sectors do greener, high-tech, service-related and labor intensive business”.

⁶⁸ Fenby (2011), Nolan (2011) e outros autores enfatizam o fato de a economia chinesa, ao menos no futuro próximo, depender muito das economias avançadas para sua recuperação, devido à manutenção do padrão de crescimento chinês por pelo menos alguns anos, mesmo se políticas destinadas à reforma sejam tomadas. Além disso, mesmo que elas se recuperem, entende-se como insustentável e volátil um crescimento que dependa extremamente de estímulos externos e fora do controle do país.

a queda nas exportações devido à CFG acabou por piorar o problema de excesso de capacidade que já se montava na China desde que o investimento começou a alcançar níveis mais altos que o normal.

Com o aumento acentuado dos investimentos como reação à CFG, especula-se que cada vez mais a capacidade produtiva da China aumentará, sem a demanda doméstica ou externa (com a desaceleração das economias centrais) para absorvê-la. A menor eficiência dos investimentos, representados por uma taxa ICOR⁶⁹ crescente nos anos do que se seguiram à crise do *subprime*, exigiria cada vez mais investimentos para gerar a mesma quantidade produção (DAMAS, 2014). Logo, se o investimento serviu para compensar a queda na demanda externa, “isso na verdade exacerba o problema estrutural de sobrecapacidade e torna as coisas piores no longo prazo” (BRESLIN, 2011b, p. 188, tradução nossa⁷⁰). Em concordância, Naughton (2014) liga a desaceleração do crescimento chinês a uma queda de produtividade da economia. Enquanto em períodos anteriores os investimentos crescentes estavam de certa forma em consonância com o crescimento da produtividade, agora, com a reação à crise tendo tencionado um aumento dos investimentos para forçar o crescimento de curto prazo, esse não parece ser o caso. Provavelmente, a redução da produtividade decorrente desse processo contamina as taxas de crescimento, provocando uma desaceleração (NAUGHTON, 2015).

Por outro lado, há autores que contestam a ideia da criação de excesso de capacidade na China e da menor eficiência dos investimentos. Carbon (2012), por exemplo, afirma que não se pode afirmar que os investimentos chineses estariam perdendo eficiência. O aumento na taxa ICOR da China não refletiria uma queda da eficiência do investimento, mas apenas os resultados da crise e do menor crescimento global⁷¹, o que se demonstraria pela elevada variação da taxa ICOR em vários outros países. Ainda, comparando a média da taxa ICOR chinesa de 2003-2007 com a de outros países, demonstra que, mesmo com os elevados níveis de investimento (próximos de 40% do PIB), estes seguiram mais eficientes do que os de vários países, incluindo Hong Kong, Taiwan e Coreia. O autor critica, também, a ideia disseminada de que naturalmente

⁶⁹ Taxa de incremento de capital em relação à produção resultante; quanto maior, mais capital é necessário para gerar a mesma quantidade de renda, logo, o investimento se tornou menos eficiente, sob esta interpretação (DAMAS, 2014).

⁷⁰ No original: “this actually exacerbates the structural problem of overcapacity and makes things worse in the long term”.

⁷¹ Um decréscimo do crescimento do PIB pode aumentar a ICOR sem estar relacionado à menor eficiência do investimento, sob essa visão. Além disso, devido às instabilidades do curto prazo, só faz sentido analisar a taxa ICOR numa perspectiva de longo prazo; uma análise de curto prazo não traz conclusões significativas (CARBON, 2012)

há um problema com taxas de investimento de 50%, simplesmente por serem muito elevadas e que “todo mundo ‘sabe’ que é muito alta”⁷² (CARBON, 2012, p. 2). Finalmente, Carbon (2012) afirma que a China pode sim manter altas taxas de crescimento nos próximos anos, especialmente se começar a desenvolver as províncias do interior – o investimento em infraestrutura que conecta essas regiões sem dúvidas contribuiria para isso.

Para Lardy (2012), em economias de altas taxas de crescimento e de investimento, é natural haver algum excesso de capacidade temporariamente na produção de alguns produtos, mas não o suficiente para gerar uma queda na taxa de lucros, recessão e inadimplência. Dois fatores seriam importantes nesta análise: as firmas chinesas tendem a guardar máquinas e equipamentos antigos quando fazem novos investimentos, e isso pode estar superestimando a capacidade existente; e um excesso de capacidade convivendo com uma economia com grande crescimento não é uma situação ruim, tendo em vista que em pouco tempo esse crescimento pode absorver a capacidade criada. Como argumento auxiliar, afirma que os investimentos realizados pelo pacote de 2008 foram majoritariamente em infraestrutura, e não nas indústrias tradicionais, como o aço, onde mais se acusa haver sobrecapacidade.

Pode-se questionar o primeiro argumento de Lardy (2012) na medida em que o crescimento que o autor afirma poder compensar a capacidade criada é justamente liderado por novos investimentos – quer dizer, a capacidade criada seria consumida por ainda mais investimento, o que é caracterizado por Damas (2014) como um círculo vicioso. Por outro lado, o segundo argumento negligencia o fato de que os investimentos em infraestrutura aumentam a demanda de aço, ferro, alumínio e outros produtos da indústria de base ou equipamentos necessários para construção de infraestrutura, aquecendo esses setores e contribuindo para o aumento da sua capacidade produtiva. Além disso, esses investimentos contribuem para a maior demanda de carvão mineral, principal componente da matriz energética chinesa e maior contribuidor dos altos índices de poluição do país (CHINA, 2014).

Dessa forma, a despeito de as taxas chinesas parecerem insustentáveis à primeira vista, ainda não há consenso acerca de haver ou não sobrecapacidade ou saturação, sendo necessário acompanhar os desenvolvimentos dos próximos anos. De qualquer maneira, a economia tem mostrado sinais de desaquecimento desde 2012, quando o crescimento foi de 7,75%. A taxa de 2014 foi de 7,35% segundo o Banco Mundial (WB, 2015). Estimativas para 2015 são de um

⁷² No original: “Everyone ‘knows’ it’s too high”.

crescimento de 6,8%, segundo o FMI (IMF, 2015a). Em consonância, vale apontar também a queda da produção manufatureira nos últimos anos, segundo notícias mais recentes. Enquanto alguns afirmam que essa queda é um fator temporário, outros constatam que o problema é mais estrutural, e estaria relacionado aos maiores salários no setor, a uma moeda mais forte (opinião anterior à desvalorização do yuan em 2%, em agosto de 2014) e à depressão da demanda (DOMÍNGUEZ, 2015; CABLE, 2015; TITCOMB, 2015).

Aparentemente, a resposta do governo a essa queda não será o simples estímulo fiscal, mas o estímulo a inovação tecnológica e à competitividade do setor, seguindo para uma economia com menos ênfase na produção baseada em salários baixos e mão de obra pouco qualificada para uma de maior ênfase no valor agregado e que “inclu[a] planos para melhorar a inovação, integrar tecnologia e indústria, robustecer a base industrial, fomentar as marcas chinesas e reforçar a manufatura verde” (DOMÍNGUEZ, 2015, não paginado, tradução nossa⁷³). Essa queda veio em conjunto com uma maior participação dos serviços na economia, embora nos últimos meses o crescimento do setor tenha sido o mais lento desde a crise de 2008 (TITCOMB, 2015). Adicionalmente, os investimentos também tem se desacelerado nos últimos anos, especialmente pelo gradual esfriamento do setor imobiliário, que em 2014 contou por 18,9% dos investimentos totais em ativos fixo (KPMG, 2015). Esses fatores podem servir de indício de que um rebalanceamento da economia, guinando para uma trajetória de menor crescimento pode ter começado a ocorrer, ao mesmo tempo em que gera preocupações sobre as possibilidades de desaceleração mais acentuada. Todavia, seria precoce tirar conclusões claras sobre este tema.

Para Naughton (2014), os três fatores estruturais que permitiram o elevado crescimento econômico chinês nas últimas décadas, aliando alto investimento com alta produtividade provavelmente não continuarão presentes na próxima década, minando a sustentabilidade do modelo atual. Seriam eles a abundância de mão de obra (devido ao esgotamento da reserva abundante de mão de obra no setor rural disposta a trabalhar por baixos salários e ao envelhecimento da população); as oportunidades de copiar tecnologias, modelos de negócios e padrões de infraestrutura dos países desenvolvidos; e as novas fontes de demanda que surgiram durante os anos 2000: as exportações líquidas e o boom do setor imobiliário.

⁷³ No original: “higher value-added manufacturing, and includes plans to improve innovation, integrate technology and industry, strengthen the industrial base, foster Chinese brands and enforce green manufacturing.”

Dessa forma, a China estaria sendo “forçada” a rebalancear, se quiser alcançar uma trajetória de crescimento lento de maneira exitosa; do contrário, pode acabar tendo que encarar essas novas tendências com um duro baque no seu crescimento – através da criação de novas bolhas e da insistência em projetos de investimentos de menor qualidade, por exemplo. Adicionalmente, a China precisa aumentar a qualidade dos seus empregos para absorver a mão de obra mais qualificada que responde à transição referida, o que envolve também aumentar a participação do setor de serviços na economia. Os fatores que propiciaram o crescimento acelerado estão se alterando; logo, a resposta dos formuladores de política precisa se adaptar a isso (NAUGHTON, 2015).

Soma-se a essas questões o fato de boa parte do investimento chinês nos últimos anos ter sido de investimentos em propriedade, que basicamente foram fomentados pela bolha imobiliária que impulsionou os preços no setor; logo, a qualquer momento os preços podem ajustar-se para baixo, desestimulando esses investimentos e impactando na taxa global de investimento na economia (LARDY, 2012). Além disso, acredita-se também que guinar para uma trajetória de crescimento de um dígito é a trajetória natural para uma economia que cresceu nos níveis da China por mais de 30 anos (SANDERS; CHEN, 2007). Isso não só pela sustentabilidade do investimento, mas também pelo esgotamento de condições estruturais, como a produção de exportações de mão de obra barata e abundante, bem como pelo processo de urbanização que possui limites naturais.

4.3 Políticas econômicas para o rebalanceamento e avanços recentes

O rebalanceamento da economia exigiria reformas que mudassem os principais desequilíbrios da economia, elencados na última sessão do capítulo 3. Dessa maneira, reformar a economia chinesa seria reverter as tendências observadas, em especial na última década, nas variáveis macroeconômicas, as quais engendram o modelo chinês já descrito. As reformas econômicas seriam a melhor maneira de encarar esta tendência de desaceleração da economia chinesa para mover-se para uma trajetória de crescimento mais baixo, porém sustentável (NAUGHTON, 2015).

O governo tem recentemente avançado em alguns campos que apontam para uma trajetória de rebalanceamento. Entretanto, algumas políticas demonstram também sua hesitação

em aceitar menores taxas de crescimento. Entre elas, estão a desvalorização do Renminbi (em agosto de 2015), comentada a seguir, e um recente pacote de “ministímulo” lançado em abril de 2014. Este último veio em contradição com a chamada “Likonomics”, como foi apelidada uma espécie de conjunto de diretrizes que guiariam a política econômica do premier Li Keqiang, conforme declarou quando assumiu seu cargo. Essas diretrizes consistiam em, basicamente, três pilares: desalavancagem, nenhum estímulo e reforma estrutural, segundo o primeiro-ministro. As políticas macroeconômicas chinesas, contudo, segundo tem salientado alguns artigos em periódicos e sítios de notícias internacionais, têm focado em estimular a economia. Entre as medidas do ministímulo anunciado por Li, estão o corte pela metade dos impostos sobre pequenas empresas, a construção de habitações para suplantiar algumas favelas e o investimento em infraestrutura (HUANG, 2013; HUANG, 2014; CHEN, 2014; CHANG, 2014).

Estes estímulos parecem ir ao encontro da hipótese secundária deste trabalho, de que o governo chinês, devido às bases de sustentação do regime, seria hesitante em permitir menores taxas de crescimento. Contudo, entende-se que essas medidas podem ter sido tomadas apenas para evitar um decréscimo brusco da economia, sendo difícil tirar conclusões absolutas sobre tais medidas. Além disso, algumas reformas recentes parecem demonstrar que o objetivo de rebalanceamento tem guiado as políticas chinesas, as quais serão referidas adiante. Tratando do que está ao alcance de política do governo chinês para o rebalanceamento, argumenta-se que seriam necessárias quatro classes de reformas: fiscais, financeiras, cambiais e no sistema de preços.

4.3.1 Reforma fiscal

Para as reformas fiscais, sugere-se, primeiramente, o aumento dos gastos do governo (em educação, saúde, bem-estar e programas de pensões). Estes contribuiriam não somente para reduzir a poupança do governo, mas também das famílias, uma vez que estas poupam para garantir seu acesso a esses serviços básicos e para a aposentadoria (LARDY, 2012; YUE, 2013; BERGSTEN et al., 2008).

Na primeira década dos anos 2000, os gastos do governo em saúde, educação, pensões e programas para desempregados cresceram muito. Entre 2002 e 2007, verifica-se um crescimento de 127% destes gastos. Além disso, gastos especificamente no setor rural merecem destaque – os

gastos no sistema médico aumentaram 20 vezes de 2005 a 2007 e chegou a ser disponível para 86% da população (em 2010). Gastos em escolas primárias do setor rural também aumentaram. Salienta-se que a maior parte destes tipos de gastos deve ser coberta pelos governos locais; e que, apesar das iniciativas e dos aumentos registrados, os gastos nestes programas comparados aos gastos totais do governo ou mesmo ao PIB são baixos nessa primeira década do século XXI (BERGSTEN, 2010).

Segundo dados do Banco Mundial (WB, 2015), os gastos do governo em relação ao PIB cresceram pouco nos últimos anos (apesar de dados serem disponíveis só até 2013). Yue (2013) aponta que as contribuições da população para a seguridade social superaram os gastos do governo nesse setor no período analisado. A diferença se transforma em poupança do governo e podem se transformar em transferências para as empresas ou investimento direto dos organismos públicos (das duas formas, se transformam em investimento). Apesar das reformas para a ampliação do provimento de serviços ao longo da década de 2000 (novo programa de pensões para as zonas rurais, eliminação das taxas das escolas primárias rurais, entre outros), ainda há muitas falhas no sistema de seguridade social, que é limitado ao setor formal. Vale lembrar que, devido à rigidez do sistema *Hukou*, muitos trabalhadores que migram para zonas urbanas de maneira ilegal têm poucos ou nenhum benefício social. Reformar este sistema também seria essencial para o rebalanceamento, pois permitiria o maior acesso dos cidadãos aos programas de proteção social, bem como diminuiria a parcela da população que se vê obrigada a permanecer nas províncias rurais, essencialmente mais pobres. Essa população, saindo da marginalização, sem dúvida aumentaria seus níveis de consumo (YUE, 2013).

Em suma, apesar dos avanços, ainda há muito espaço para reforma. Segundo notícias mais recentes, o governo tem se empenhado em lançar mão de reformas no setor do sistema de saúde, que, embora de ampla cobertura, ainda apresenta falhas significativas. Por exemplo, embora os seguros-saúde públicos abarquem a quase totalidade da população, ainda cobrem somente atendimento mais básicos, enquanto que os seguros privados são pouco utilizados; o governo já anunciou planos para baixar os custos destes para a população (HSU, 2015). No âmbito da previdência, salienta-se que o *communiqué* da 5ª Plenária do 18º Congresso do PCCh apresentou o comprometimento chinês em ampliar a seguridade social, em geral, e alcançar um sistema básico de pensões para toda as pessoas. Similarmente ao de saúde, o sistema de pensões chinês possui ampla cobertura, mas ainda é bastante fragmentado (TATLOW, 2015).

Adicionalmente, sugere-se o aumento dos dividendos que as empresas estatais pagam para o Estado, tanto para reduzir a poupança daquelas (cujos lucros têm aumentado muito nos últimos anos), quanto para aumentar o orçamento governamental para os programas sociais. Atualmente, esses dividendos variam de 5% a 15% (desde as últimas reformas de 2011), dependendo da lucratividade das firmas estatais. Contudo, vale notar que poucas firmas pagam a quantia inteira; essa medida coincidiu com a redução dos impostos sobre o rendimento das estatais; e, por fim, os dividendos não estão disponíveis para os programas sociais, pois estão sob controle do órgão de Administração e Supervisão dos Ativos Estatais (SASAC, na sigla em inglês), que basicamente os utiliza para reinvestir nas próprias estatais. O aumento da taxa sobre as empresas também contribuiria para cortar taxas de investimento, tendo em vista que as corporações evitam poupar mais pelas taxas negativas reais de retornos dos depósitos; em oposição, elas reinvestem os lucros obtidos. O aumento dos salários mínimos contribuiria da mesma maneira para reduzir os lucros empresariais, além de, diretamente, propiciar o aumento das rendas familiares. Por fim, propõe-se também o corte de impostos pessoais, a fim de aumentar a renda disponível das famílias (LARDY, 2012; BERGESTEN et al., 2008).

4.3.2 Reforma financeira

A reforma financeira necessária para o rebalanceamento envolveria principalmente a eliminação dos controles governamentais sobre as taxas de juros, que atualmente penalizam as poupanças, enquanto beneficiam e facilitam o investimento. Essa situação – que caracteriza a repressão financeira – se revelou a partir de 2003, quando o ajuste da taxa de juros parou de acompanhar a inflação. Daí em diante, as taxas de juros reais tornaram-se negativas, prejudicando a renda das famílias e exigindo uma maior poupança para gerar a mesma renda – há uma relação inversa entre taxas de juros reais e nível de poupança, na medida em que predomina nas famílias a necessidade de ter determinado montante guardado em depósitos, a fim de garantir os gastos com educação, saúde, previdência, entre outros.

A reforma em geral sugerida, logo, é que se permita uma maior flutuação das taxas de juros, o que provavelmente as elevaria. Isso poderia aumentar a renda das famílias (que aumentaria o consumo), diminuir a poupança (devido à relação inversa apontada) e diminuir o investimento (a menor liquidez do sistema reduziria seus incentivos), ainda que de forma

sensível. Adicionalmente, contribuiria para reduzir os riscos da bolha imobiliária, inflada justamente por representar uma alternativa melhor de investimento financeiro, devido aos rendimentos negativos que os depósitos garantem (LARDY, 2012; BERGSTEN, 2009)⁷⁴. Yue (2013) sugere, nesse ponto, que uma reforma financeira factível e que possibilitaria uma transição gradual seria tornar os bancos atualmente informais, que emprestam e tomam dinheiro emprestado a maiores taxas de juros, em parte do sistema financeiro oficial, a fim de diversificá-lo e melhorar as condições dos depósitos e da facilidade de obter crédito.

Reformas financeiras adicionais poderiam envolver a abertura gradual da conta capital-financeira (PALOCCI, 2013; IGLESIAS, 2015), permitindo que ativos em outras moedas sejam alternativas aos depósitos bancários, bem como dar uma maior relevância para o mercado de ações, ainda muito incipiente. Vale lembrar que a diversificação de ativos para investimento pode ocasionar no fim dos elevados investimentos imobiliários, o que também impactaria nas taxas de investimento total da economia. Em 2010, 20% da riqueza das famílias estava na forma de propriedade. A redução dos preços dos imóveis pode, assim, prejudicar a renda das famílias e impactar seriamente o crescimento econômico; verifica-se, desse modo, que mesmo algumas destas reformas podem dificultar o rebalanceamento no curto prazo (LARDY, 2012).

Em 2014, a China deu novos passos na direção de uma reforma no mercado de capitais, buscando uma alocação de capital mais eficiente. O Conselho de Estado publicou um documento com diretrizes para uma reforma, sendo a primeira vez que faz isso desde 2004. Segundo recentemente noticiado, a reforma pode dar a prerrogativa para os governos locais criarem mercados de ações, além de criar um registro nacional para as ações contidas nesses mercados. A criação de títulos para os governos locais é um passo importante no caminho de conectar o mercado interbancário de títulos e o mercado de títulos das bolsas de valores (que atualmente são bastante segregados). Isso impulsionaria a liquidez desses títulos, pois eles poderiam ser comercializados por bancos comerciais nas bolsas de valores. Sem dúvida isso é um avanço importante no que diz respeito ao financiamento dos gastos dos governos locais. Adicionalmente, reformas no mercado de derivativos, bem como o desenvolvimento do mercado para fundos de investimento, também foram mencionadas (CHINA..., 2014; FEI, 2014).

⁷⁴ Sabe-se que taxas de juros muito elevadas podem ser perversas para a produção, ou engendrar atividades rentistas; dessa forma, essa, como qualquer reforma, deve ser encarada com ressalva e cautela, bem como deve-se ter em mente que novos desequilíbrios podem decorrer dessas medidas.

Ainda no campo da reforma financeira, vale adicionar que recentemente o Banco Central cortou as taxas de juros e reduziu as exigências de reservas nos bancos comerciais, ambas medidas para impulsionar o crescimento da economia (PAGE; MAGNIER, 2015). Por outro lado, segundo a agência estatal de notícias da China, o PBoC também removeu, em 2013, o piso da taxa de juros para os empréstimos, medida seguida pela remoção, em 2015, do teto da taxa de juros para depósitos. Ambos são passos importantíssimos para liberalização dessas taxas, bem como para o fim da repressão financeira. Depois do anúncio mais recente, muitos bancos comerciais aumentaram suas taxas de depósitos (BEYOND..., 2015). Vale destacar que um representante do PBoC declarou que “a liberalização permite que as taxas de juros realmente reflitam a oferta e a demanda do mercado e serve de referência de política para o banco central (XINHUA, 2015, não paginado, tradução nossa⁷⁵).

4.3.3 Reforma na política cambial

Neste âmbito, a reforma trata-se basicamente de eliminar a subvalorização do Renminbi. Primeiramente, a apreciação do Renminbi pode atenuar o desequilíbrio externo (enormes superávits). Em segundo lugar, pode liberar a política monetária, hoje praticamente subordinada ao papel de manter o câmbio nos patamares desejados e impedir a inflação que decorre das intervenções do Banco Central no mercado de câmbio. Poder-se-ia, a partir desta flexibilização, flexibilizar as taxas de juros, hoje em boa parte subordinadas pela política cambial, conforme já explicado.

Retomando a ideia de que a moeda subvalorizada beneficia as manufaturas exportadoras, essa política poderia estimular o desenvolvimento dos serviços (em consonância com as outras políticas que desestimulem o investimento). Para Fenby (2011), é necessária uma reforma urbana com maior concentração dos serviços. Além disso, a transição da população para integrar uma mão de obra mais qualificada – que acompanha a tendência dos maiores níveis de educação (NAUGHTON, 2015) – também envolve a transição para uma economia mais concentrada em serviços.

Recentemente, o FMI declarou que a moeda chinesa não estaria mais subvalorizada, especialmente devido à apreciação da moeda no intervalo de um ano antes desta declaração (de

⁷⁵ No original: “Liberalization allows interest rates to truly reflect supply and demand in the market and serves as a policy reference for the central bank. [...]”.

maio de 2015)⁷⁶. Contudo, o Fundo também salientou que seguem necessárias reformas para uma maior flexibilidade da taxa de câmbio, para que acompanhe os movimentos da produtividade do país (IMF COMMUNICATIONS DEPARTMENT, 2015). Adicionalmente, tem se salientado em alguns portais de notícias que os movimentos em direção a manter uma moeda mais forte e estável estariam relacionados ao desejo chinês de internacionalizar o Renminbi. Para isso, contudo, a abertura da conta capital-financeira seria necessária, bem como a liberalização das taxas de câmbio e de juros. Em agosto de 2015, o governo lançou mão de uma nova desvalorização do Renminbi, de 2% em relação ao dólar estadunidense, a qual surpreendeu o mercado. Especula-se que esse movimento possa ter sido no sentido de permitir uma maior flutuação da moeda, mas ainda não se pode ter certeza disso. Ainda, alguns afirmam que essa desvalorização provaria que as preocupações de curto prazo sobre o crescimento ainda superam os objetivos de longo prazo no que se refere à política cambial (HUANG, 2015; INMAN, 2015).

4.3.4 Reforma nos preços

O domínio final que precisaria ser reformado é o de controle dos preços, que, como já especificado, dão uma espécie de subsídio ao investimento na produção manufatureira, por fixar preços abaixo do que o mercado estabeleceria. Os fatores cujos preços são controlados são principalmente capital (pelas baixas taxas de juros), energia (combustível e eletricidade), terra e água. Ademais, os encargos ambientais são também relativamente baixos. Todos esses fatores serem de insumos para a atividade manufatureira, elevando sua competitividade. A liberalização dos preços permitiria uma alocação mais eficiente de capital, provavelmente contribuindo também para uma maior participação dos serviços na economia. Adicionalmente, reforçar os padrões ambientais não só ajudaria a rebalancear a economia, como também trataria deste problema global que afeta a China diretamente (BERGSTEN, 2008; LARDY, 2012). A liberalização desses preços foi mencionada na Terceira Plenária de novembro de 2013 como meta para o rebalanceamento do governo.

⁷⁶ Essas declarações foram feitas depois de uma missão do Fundo feita na China (IMF COMMUNICATIONS DEPARTMENT, 2015).

4.4 Considerações finais

Os desdobramentos da crise do *subprime* e da conseqüente crise financeira global espalharam-se por todo globo, inclusive pelos países emergentes, cujas taxas de crescimento eram vistas como capazes de segurar o crescimento global nos primeiros anos que se seguiram ao estouro da crise nos EUA. Isso valeu também para China, cuja impressionante recuperação – já em 2008 e 2009 a China cresceu a taxas superiores a 9% – puxou o crescimento global no imediato pós-crise do *subprime*. Contudo, os efeitos nos países emergentes, e na China, seriam sentidos posteriormente. Hoje a China vive uma desaceleração causada pelo impacto da CFG nas suas exportações, na produção manufatureira e, aparentemente, no seu modelo de crescimento de maneira geral. Dessa forma, seu modelo de crescimento é variável chave para determinar, junto com a própria crise, os desdobramentos da CFG.

O presente capítulo procurou demonstrar em que medida a China foi afetada pela crise do *subprime*, posteriormente transmutada em CFG; a efetividade e os desdobramentos do pacote de recuperação; e, por fim, a ideia, disseminada atualmente, de que a economia chinesa precisa de um rebalanceamento, bem como as propostas para tal. Os resultados da CFG ainda são sentidos internacionalmente e conclusões a respeito de seus efeitos de longo prazo, seja no mundo, seja na China, ainda estão em aberto. Da mesma forma, considerações a respeito do esgotamento do modelo chinês (seja o modelo chinês no seu sentido amplo, conceituado no primeiro capítulo deste trabalho, seja no seu substrato econômico – o padrão de crescimento) podem ser traçadas a partir das hipóteses e fatos levantados neste trabalho, contudo, sua validação empírica apenas poderá ocorrer pelo acompanhamento da economia chinesa nos próximos anos.

Logo, aparentemente, verifica-se que o modelo chinês tem encontrado suas limitações nos últimos anos, especialmente pelos efeitos da CFG. A economia precisa, assim ser rebalanceada: nas variáveis consumo, investimento e exportações líquidas; nos setores primário, secundário e terciário; na clivagem entre o setor urbano e rural; numa maior participação do mercado na determinação das taxas de juros, câmbio, e nos preços dos fatores; entre outras questões. O rebalanceamento se apresenta como alternativa proposta tanto pela literatura, quanto pelas lideranças chinesas. Cabe, assim, seguir acompanhando os movimentos dos *policy-makers* chineses e da economia do país, a fim de verificar os rumos que esta tomará.

5 CONCLUSÃO

O crescimento econômico chinês das últimas três décadas é incontestavelmente admirável. O país logrou atingir uma posição de destaque no ordenamento global e sua posição econômica passou a importar para a quase maioria dos países do globo: é o principal parceiro comercial de muitos deles, o principal destino dos IEDs de alguns, além de ser o principal investidor ou credor de outros. Chegou-se a uma situação em que o que ocorre com a economia chinesa possui repercussões mundiais.

Neste âmbito, especula-se sobre a probabilidade de a China ser a próxima hegemonia do sistema internacional. Um extenso debate sobre a ascensão chinesa aventa sobre as possibilidades de a China ascender ou não no ordenamento global e, se o fizer, se ultrapassará os EUA – o que pode ocorrer através da suplantação da ordem liberal vigente (HALPER, 2010) ou de guerra (MEARSHEIMER, 2014) – ou compartilhará a hegemonia com estes, através de cooperação (KISSINGER, 2011 e 2015). Esta possibilidade é complementada pelo conceito de “ascensão pacífica”, proposta de autores chineses, de que a ascensão da China é benéfica para o globo e que haverá antes um compartilhamento da governança global do que uma contestação da ordem vigente (ZHENG, 2005; KANG, 2007; ANGANG, 2010). Por outro lado, questiona-se também a própria probabilidade de ascensão da China, que estaria sendo superestimada (BABONES, 2011; CLARK, 2011). Longe de querer tecer respostas conclusivas para esse questionamento, esta monografia buscou desvendar as principais visões existentes. Contudo, ficou claro que as condições internas da economia chinesa e seus efeitos na trajetória de crescimento futuro da China são muito importantes para definição do ordenamento global no médio e longo prazos.

O segundo capítulo caracterizou as reformas da economia chinesa a partir de Deng Xiaoping a fim de compreender como elas resultaram no modelo de crescimento chinês atual. Entende-se que as reformas iniciais foram essenciais para moldar um padrão de crescimento excessivamente dependente de exportações, que foi progressivamente concentrando-se no setor urbano – apesar de grande parte da população ainda viver e depender do setor rural – e cujos investimentos, motor da economia, são o principal componente da demanda interna, ao mesmo tempo em que engendram numa capacidade produtiva crescente. Neste ínterim, a possibilidade de haver sobrecapacidade e, logo, superprodução, ganha importância, em um contexto em que as

exportações decaem e não servem mais para aliviar a falta de consumo interno, apesar de ainda haver debates a respeito de sua validade.

Durante esse período de reformas, ainda, ficou evidente que o Estado teve um papel fundamental em direcionar a enorme quantidade de recursos que chegava ao país na forma de investimentos que impulsionariam o desenvolvimento da economia chinesa. A mera chegada de capitais externos sem o correto direcionamento provavelmente não culminaria no mesmo resultado. Além disso, o Estado foi ator chave por também realizar uma abertura gradual e experimentalista, possibilitando que a transição do planejamento estatal da produção para uma economia de mercado não tivesse efeitos perversos, como ocorreu nos países do leste europeu ex-soviéticos (NAUGHTON, 2007). Contudo, alguns dos desequilíbrios atuais também derivam deste controle estatal e de reformas institucionais não acabadas – o controle de alguns preços, a divisão fiscal entre o governo central e os governos locais, o sistema bancário ainda excessivamente dependente do direcionamento central, entre outros fatores. Mesmo assim, vale reafirmar que o feito das reformas foi admirável; a China adentrou no século XXI como uma das economias mais importantes do mundo.

Percebe-se, no entanto, que no período que se sucedeu à crise *subprime* estadunidense, posteriormente transmutada em uma crise financeira de caráter global, emergiu uma situação nova, onde se colocou em xeque o padrão prévio de crescimento chinês. A recente desaceleração da China incentivou o estudo sobre esta fase ser conjuntural ou estrutural; sobre se da superação da CFG emergirão novas e elevadas taxas de crescimento ou se estaria ocorrendo de fato uma transição para um ritmo “normal”, ou mais típico – comparado a outras economias do globo -, de crescimento.

Este trabalho procurou avaliar se os impactos da CFG na China, ainda presentes, são dependentes do modelo que se desenvolveu desde o início das reformas econômicas, em 1978. Dessa maneira, a transição atual teria caráter estrutural. A crise teve papel determinante em retirar dinamismo de um dos sustentáculos do modelo: as exportações; ademais, o seu sustentáculo interno, os investimentos, não parece poder mais, isoladamente, liderar as mesmas taxas de crescimento que antes empurravam a China. Além disso, como se reiterou algumas vezes, o fato de uma das bases desse modelo de crescimento estar no exterior põe o crescimento interno à mercê da volatilidade dos ciclos econômicos internacionais. Aparentemente, as enormes proporções da CFG foram fundamentais para que a China reagisse com um pacote de

intensificação dos investimentos, e, portanto, precipitasse um desequilíbrio ainda maior na economia. Deste modo, os desdobramentos da CFG foram sim determinados pelo modelo de crescimento construído pela China nas últimas décadas, mas as próprias características da CFG – o fato de ter atingido primeiramente as economias avançadas, sua disseminação e a proporção da recessão global que causou – foram também determinantes para colocar a China na posição que está hoje.

Há importante convergência na literatura analisada de que o modelo chinês precisa ser rebalanceado (LARDY, 2008, 2012; DAMAS, 2014; NAUGHTON, 2015; BRESLIN, 2011b, CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012; SANDERS; CHEN, 2007). Não se busca, aqui, criticar a maneira como se realizou o crescimento chinês durante as três décadas que se seguiram ao início das reformas, tendo em vista os exitosos resultados – tanto em termos de taxas de crescimento, quanto em relação à evolução tecnológica e do setor industrial chinês. O que se buscou foi salientar que este modelo tem encontrado sinais de esgotamento, que a crise serviu de catalisador para esse processo e que reformas no sentido de eliminar as distorções das variáveis macroeconômicas da China, bem como de reduzir as desigualdades de renda, setorial e regional, são extremamente necessárias para reequilibrar a economia.

Do contrário, parece que a China pode ver a intensificação das suas taxas de investimento culminarem em mais bolhas (como a imobiliária) e sobrecapacidade; logo, a possibilidade de um “pouso brusco” – passar das altas taxas de crescimento para recessão, deflação e desemprego, embora esse panorama seja bastante pessimista – é mais provável num cenário em que o governo insista em um modelo que aparentemente está esgotado. Pretendeu-se aqui apenas demonstrar os desequilíbrios do modelo e entender os desdobramentos da CFG, e não prever os resultados decorrentes da escolha de rebalancear ou não a economia; assim, isso são apenas considerações preliminares que puderam ser derivadas do estudo realizado.

Indo ao encontro desta discussão, acreditamos que a segunda hipótese – que a China hesita em tomar medidas que rebalanceiem a economia e, portanto, que seus líderes e estrategistas seguem estimulando-a através de políticas expansionistas, tendo em vista a premissa de que a legitimação do regime chinês é proveniente das altas taxas de crescimento e de emprego - ainda não pode ser respondida com certeza. Isso porque se percebem medidas relevantes tanto para o rebalanceamento quanto para o estímulo da economia, sendo que estas últimas podem ter sido tomadas apenas para evitar uma queda mais brusca nas taxas de crescimento, uma vez que a

China ainda não transitou seu modelo e, logo, ainda depende das taxas de investimento e das exportações para crescer.

Ao mesmo tempo, se por um lado os desdobramentos da CFG enfatizaram a necessidade de reformas econômicas – muitas delas liberalizantes –, por outro também demonstraram a debilidade de uma economia de livre mercado desregulamentada, especialmente de um sistema financeiro extremamente liberalizado, no qual inovações surgem com uma extrema rapidez e adicionam complexidade ao sistema. Essas são uma das causas que culminaram na crise do *subprime* e na sua transmutação para a CFG (DUMÉNIL; LEVY, 2014). O lado financeiro chinês somente não foi afetado (ou foi pouco afetado) pelo fato de a conta capital-financeira da China ser fechada e de o país então não ser muito integrado aos fluxos financeiros internacionais. Além disso, como se explicitou ao tocar na questão da bolha imobiliária, esta não pode engendrar em catástrofes financeiras, como nos EUA, pelo sistema financeiro chinês não ser tão liberalizado como os sistemas ocidentais.

Especificamente, procurou-se demonstrar que o mercado financeiro chinês em geral é menos alavancado do que se imagina (devido ao às expansões de crédito realizadas), uma vez que as famílias em geral estão muito menos alavancadas do que em outros países, enquanto as plataformas de investimentos dos governos locais, no auge da crise e do pacote de recuperação chinês (2009), ainda possuíam mais ativos que passivos. A administração chinesa recorrentemente tomou medidas para evitar o crescimento excessivo da dívida dessas entidades e da alavancagem, especialmente no que se refere à bolha imobiliária. Entende-se, assim, que reformas que busquem liberalizar o sistema financeiro chinês são necessárias, mas fica evidente que extrapolar essas reformas no sentido de permitir desdobramentos semelhantes aos da financeirização nos países ocidentais não é aconselhado. Dessa maneira, as reformas exigidas precisam ter em conta essa linha tênue entre reforma e liberalização excessiva.

Adicionalmente, salienta-se que a crise por si só já teve impactos políticos em nível global: os países desenvolvidos passaram a considerar e aceitar a voz crescente dos países de baixa e média renda dentro dos organismos multilaterais, devido à necessidade de coordenar internacionalmente políticas para evitar novas crises dessa proporção. A China teve papel chave tanto na atenuação da recessão global quanto nos esforços para essa coordenação (FENBY, 2011). Contudo, os efeitos da crise ainda não se dissiparam, e qualquer previsão sobre os efeitos

de políticas comuns no campo financeiro ou sobre a recuperação da economia global ainda será repleta de incertezas.

Os fatores elencados nesta monografia foram aqueles que pareciam mais relevantes nas obras de diversos autores para determinar o atual estado de desequilíbrio da economia chinesa, suas causas e chances de rebalanceamento. Há, contudo, obviamente, diversas outras questões que compõem a complexa estrutura econômica, política e social do modelo chinês, que foram tocadas de maneira superficial nesta monografia e que necessitam de pesquisa, bibliografia e espaço mais amplos para serem melhor abordados. Estas são: a sustentabilidade ambiental na China; a regulamentação das migrações do setor rural para o setor urbano (regidas pelo sistema *hukou*); o debate sobre a transição política chinesa, que guarda especial relação com o tema desta pesquisa por ser o regime atual alicerce da manutenção do modelo chinês como se encontra; estudos sobre a transição demográfica da China, o fim da política de filho único e a necessidade de programas de seguridade social mais amplos; os impactos que o rebalanceamento da China podem trazer para a economia brasileira, cujo crescimento nos anos 2000 foi bastante dependente da demanda chinesa de matérias primas; entre outras questões. Além disso, esta pesquisa demanda andamento contínuo, tendo em vista que a recuperação chinesa da CFG e seu rebalanceamento são questões de médio e longo prazo, cujos resultados e repercussões somente poderão ser observadas dentro de alguns anos, ou mesmo décadas.

REFERÊNCIAS

BABONES, Salvatore. The Middling Kingdom: the hype and the reality of China's rise. **Foreign Affairs**, Washington DC, v. 90, n. 5, 79-88, 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2011-08-19/middling-kingdom>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BERGSTEN, C. Fred et al. **China's Rise: Challenges and Opportunities**. Washington DC: Peterson Institute For International Economics and Center For Strategic and International Studies, 2008.

BEYOND floor, ceiling toward interest rate liberalization. **Xinhua**, Pequim, 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-10/26/c_134752195.htm>. Acesso em 14 nov. 2015.

BRESLIN, Shaun. 'The China Model' and the Global Crisis: from Friedrich List to a Chinese mode of governance? **International Affairs**, New York, v. 87, n. 6, p. 1323-1343, Nov. 2011a. Disponível em: <http://www.eu-asiacentre.eu/documents/uploads/pub_17_breslin_in_ia.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BRESLIN, Shaun. China and the crisis: global power, domestic caution and local initiative. **Contemporary Politics**, [S.l.], v.17, n. 2, p. 185-200, June 2011b.

CARBON, David. **How inefficient is China's investment?** Singapore: DBS Bank Ltd, Nov. 2012.

CHANG, Gordon G. China "Mini-Stimulus" Is Maxi Mistake. **Forbes**, New York, 6 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/gordonchang/2014/04/06/china-mini-stimulus-is-maxi-mistake/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

CHEN, George. Forget 'Likonomics', it's all about economic stimulus in China again. **South China Morning Post**, Hong Kong, 7 Apr. 2014. Disponível em: <<http://www.scmp.com/business/economy/article/1466473/forget-likonomics-its-all-about-economic-stimulus-china-again>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

CHINA. **China Statistical Yearbook**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2014/indexeh.htm>> Acesso em: 16 nov. 2015

CLARK, Ian. China and the United States: a succession of hegemonies? **International Affairs**, London, v. 87, n. 1, p. 13–28, jan. 2011.

CUMINGS, Bruce. **Dominion from Sea to Sea**. New Heaven: Yale University Press, 2009.

CUNHA, André Moreira et al. **A ascensão da China depois da crise financeira global: uma perspectiva brasileira**. Porto Alegre: Ufrgs, Fce e Deri, 2012. 95 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/TD16_cunha_et al.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014.

CUNHA, André Moreira. A ascensão da China à condição de potência econômica: há algo de novo no "modelo asiático"? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SEP, 2008. 1 CD-ROM.

CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil no Espelho da China: Tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.208-236, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n2/a03v16n2>>. Acesso em: 09 set. 2014.

D'HULSTER, Katia. **The Leverage Ratio**. Washington DC: World Bank, 2009. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/financialcrisis/pdf/leverage-ratio-web.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia Chinesa: Transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul, 2014. 269 p.

DELISLE, Jacques; GOLDSTEIN, Avery. China's Challenges: Reform Era Legacies and the Road Ahead. In: DELISLE, Jacques; GOLDSTEIN, Avery (Ed.). **China's Challenges**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2015, p. 105-124.

IMF COMMUNICATIONS DEPARTMENT. **IMF Staff Completes the 2015 Article IV Consultation Mission to China**. Washington DC, 26 May 2015. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sec/pr/2015/pr15237.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

DERVIS, Kemal. Convergence, Interdependence, and Divergence. **Finance & Development**, Washington DC, v. 49, n. 3, p. 10-14, 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2012/09/pdf/dervis.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

DOMÍNGUEZ, Gabriel. What does China's manufacturing slowdown mean? **Deutsche Welle**, Berlin, 4 Aug. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/what-does-chinas-manufacturing-slowdown-mean/a-18626204>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

DRYSDALE, Peter. China's slower growth trajectory. **East Asia Forum**, Canberra, 11 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2014/08/11/chinas-slower-growth-trajectory/#more-42966>>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. The fuss about China's growth rate. **East Asia Forum**, Canberra, 15 Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2012/10/15/the-fuss-about-chinas-growth-rate/>>. Acesso em: 09 set. 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FEI, Jian. China's capital-market reform: What it means. **Market Watch**, [S.l.], 13 May 2014. Disponível em: <<http://www.marketwatch.com/story/chinas-capital-market-reform-what-it-means-2014-05-13>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

FENBY, Jonathan. China's domestic economy. In: SHAMBAUGH, David. (Org.) **Charting China's future: domestic and international challenges**. New York: Routledge, 2011. p. 35-43.

FUNG, Peter et al. **China Outlook**. Beijing: KPMG International Cooperative and KPMG Global China Practice, 2015. Disponível em: <<http://www.kpmg.com/ES/es/Internacionalizacion-KPMG/Documents/China-Outlook-2015.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

HALPER, Stefan. **The Beijing Consensus: Legitimizing Authoritarianism in Our Time**. New York: Basic Books, 2010. 296 p.

HU, Angang. **China and the World: Assessment and Prospect of the “Post-Crisis” Era**. TMD Working Paper Series, Oxford, n. 40, 2010. Disponível em: < <http://www.tmd-oxford.org/sites/www.tmd-oxford.org/files/SLPTMD-WP-040.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

HUANG, Yiping. China’s mini-stimulus package can’t support rapid growth without broader reform. **East Asia Forum**, Canberra, 10 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2014/08/10/chinas-mini-stimulus-package-cant-support-rapid-growth-without-broader-reform/>>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. Likonomics’ policies in China. **East Asia Forum**, Canberra, 7 Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2013/07/07/likonomics-policies-in-china/>>. Acesso em: 09 set. 2014.

HUANG, Yukon. Rationalising China’s exchange rate policy. **East Asia Forum**, Canberra, 25 Sept. 2015. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2015/09/25/rationalising-chinas-exchange-rate-policy/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

HSU, Sara. China's Health Care Reforms. **The Diplomat**, Tokyo, 25 May 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/05/chinas-health-care-reforms/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

IGLESIAS, Miguel Otero. China has to walk economic tightrope. **China Daily**, Beijing, Jan. 2015. p. 12.

IKENBERRY, John G. The Future of the Liberal World Order: internationalism after America. **Foreign Affairs**. Washington DC, v. 90, n. 3, p. 56-68, May/June 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2011-05-01/future-liberal-world-order>>. Acesso: 14 nov. 2015.

INMAN, Phillip. Why has China devalued its currency and what impact will it have? **The Guardian**, London, 11 Aug. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/business/2015/aug/11/china-devalues-yuan-against-us-dollar-explainer>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **IMF Datamapper**. Washington DC, 2015a. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php?db=FM>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

_____. **People's Republic Of China: Spillover Report for the 2011 Article IV Consultation and Selected Issues**. Washington DC, 2011. Disponível em: < <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11193.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

_____. **World Economic Outlook Database**. Out. 2015b. Disponível em: < <http://tinyurl.com/nffc7xh>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **World Economic Outlook: Adjusting to Lower Commodity Prices**. 2015c. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

KANG, David C. **China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. **World Order**. New York: Penguin Books, 2015.

KOSE, M. Ayhan; OTROK, Christopher; PRASAD, Eswar S. **Global Business Cycles: Convergence or Decoupling?** Washington DC: IMF, 2008. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2008/wp08143.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

KOSE, M. Ayhan; PRASAD, E. S. **Emerging Markets: Resilience and Growth amid Global Turmoil**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2010.

_____. The Decoupling Debate Is Back! **Foreign Policy**, Washington DC, 15 Jun. 2009. Disponível em: < <http://foreignpolicy.com/2009/06/15/the-decoupling-debate-is-back/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

LARDY, Nicholas R. **Financial Repression in China**. Washington DC: Institute For International Economics, 2008. Disponível em: < <https://www.piie.com/publications/pb/pb08-8.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **Sustaining China's Economic Growth After the Global Financial Crisis**. Washington Dc: Peterson Institute For International Economics, 2012. 181 p.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping: O Homem que Pôs a China na Cena do Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEARSHEIMER, John J. Can China Rise Peacefully? **The National Interest**, Washington DC, 25 out. 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Cambridge: Massachusetts Institute Of Technology Press, 20007. 528 p.

_____. Economic Rebalancing. In: DELISLE, Jacques; GOLDSTEIN, Avery (Ed.). **China's Challenges**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2015. p. 105-124.

NOLAN, Peter. China and the global economy. In: SHAMBAUGH, David. **Charting China's future: domestic and international challenges**. New York: Routledge, 2011. p. 44-53.

NYE, Joseph. S. N. The Future of American Power: dominance and decline in perspective. **Foreign Affairs**. Washington DC, v. 89, n. 6, p. 2-12, nov-dez 2010. Disponível em: <

<https://www.foreignaffairs.com/articles/2010-11-01/future-american-power>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

OURIQUES, Helton R.; ANDRADE, Ricardo S. de. A Mobilidade de Trabalho na China: O Sistema de Registro Hukou. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 233-257, 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/7442/5432>>. Acesso em: 09 set. 2014.

PAGE, Jeremy; MAGNIER, Mark. China deve aprovar plano que reduz papel do Estado na economia. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 out. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/4286158/china-deve-aprovar-plano-que-reduz-papel-do-estado-na-economia>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PAINE, Sarah C. M. **The Wars for Asia 1911-1949**. New York: Cambridge University Press, 2012

PALOCCHI, Antonio. O Dilema de Pequim. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/3337966/o-dilema-de-pequim>>. Acesso em: 09 set. 2014.

PRATES, Daniela Magalhães; CUNHA, André Moreira. O efeito-contágio da crise financeira global nos países emergentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-SP, 2009. 1 CD-ROM.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus**. London: The Foreign Policy Centre, 2004. Disponível em: <<http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

CHINA pledges to push ahead with capital market reforms. **Reuters**, Shanghai, 9 May 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/05/09/us-china-markets-reform-idUSBREA4807H20140509#etEZyHHz0IWuj448.97>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ROSE, Andrew K. **Debunking decoupling**. 1 Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.voxeu.org/article/debunking-decoupling>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

SANDERS, Richard; CHEN, Yang (Ed.). **China Pos-Reform Economy: Achieving Harmony, Sustaining Growth**. Oxon; New York: Routledge, 2007.

SENISE, Maria Helena Valente. Tratado de Nanquim (1842). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da Paz: os Tratados que Desenharam o Planeta**. São Paulo: Contexto, 2008.

SODUPE, Kepa. La Transformación de China: Logros y Desafíos de la Reforma y la Apertura Exterior. In: SODUPE, Kepa; MOURE, Leire (Coord.). **China en el escenario internacional: Una aproximación multidisciplinar**. Leioa: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2013. p. 23-65.

STRATFOR. **A Difficult Year Looms for China's Real Estate Market**. Austin, 17 March 2014.

_____. **China Abandons the One Child Policy.** Austin, 29 Oct. 2015a.

_____. **China's Delicate Political Position amid Reform.** Austin, 2 Nov. 2015b.

SUBRAMANIAN, Arvind. The Inevitable Superpower: why China's dominance is a sure thing. **Foreign Affairs.** Washington DC, v. 90, n. 5, p. 66-78, Sept./Oct. 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2011-08-19/inevitable-superpower>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

TATLOW, Didi Kirsten. China Promises Universal Pension Plan. **New York Times**, New York, 6 Nov 2015. Disponível em: <http://sinosphere.blogs.nytimes.com/2015/11/06/china-pensions-plenum-elderly/?_r=0>. Acesso em: 14 nov. 2015.

TITCOMB, James. Chinese economy stumbles as manufacturing sector shrinks for third straight month. **The Telegraph**, London, 1 Nov 2015. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/economics/11968420/Chinese-economy-stumbles-as-manufacturing-sector-shrinks-for-third-straight-month.html>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **The Global Economic Crisis: Systemic Failures and Multilateral Remedies.** New York; Geneva: United Nations, 2009. Disponível em: <http://unctad.org/en/docs/gds20091overview_en.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. **UNCTADstat.** Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en>. Acesso em: 16 nov. 2015.

WÄLTI, Sébastien. **The myth of decoupling.** Zürich: Swiss National Bank, Feb. 2009. Disponível em: <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/20870/1/MPRA_paper_20870.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

WEN, Jiabao. **Premier Wen Jiabao's Press Conference.** 17 March 2007. Disponível em: <<http://nz.china-embassy.org/eng/xw/t304313.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

WORLD BANK - WB. **World DataBank.** Washington DC, 2015. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

WORSTALL, Tim. Ben Bernanke: The 2008 Financial Crisis Was Worse Than The Great Depression. **Forbes**, New York, 27 Aug. 2014. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/timworstall/2014/08/27/ben-bernanke-the-2008-financial-crisis-was-worse-than-the-great-depression/>>. Acesso em: 14 nov. 2015

WYROBEK, Joanna; STAŃCZYK, Zbigniew. Decoupling Hypothesis and the Financial Crisis. **Financial Assets and Investing**, Cidade, n. 3, 2013. Disponível em: <https://is.muni.cz/do/econ/soubory/aktivita/fai/43807721/FAI2013_03_02.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

XI, Jinping. **A Governança da China.** Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras Co. Ltd, 2014.

YAN, Mei et al. **China & the Third Plenum: A Review of the Third Plenary Communiqué**. Cidade: Brunswick Group, 2013. Disponível em: <<http://www.brunswickgroup.com/media/229230/Brunswick-China-Analysis-CPC-Third-Plenary-Session-November-2013.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

YANG, Laike; HUIZENGA, Cornelius. China's Economy in the Global Economic Crisis: Impact and Policy Responses. In: DULLIEN, Sebastian et al. (Ed.). **The Financial and Economic Crisis of 2008-2009 and Developing Countries**. Geneva: United Nations, 2010. p. 119-147. Disponível em: <http://unctad.org/en/docs/gdsmdp20101_en.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

YUAN, Xueliang; ZUO, Jian. Transition to low carbon energy policies in China – from the Five-Year Plan perspective. **Energy Policy**, Cidade, n.39, p. 3855-3859, 2011.

YUE, Lin. Causas y Consecuencias del Desequilibrado Crecimiento de China. In: SODUPE, Kepa; MOURE, Leire (Coord.). **China en el escenario internacional: Una aproximación multidisciplinar**. Leioa: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2013. p. 195-237.

YOUWEI. The End of Reform in China. **Foreign Affairs**. Washington DC, v.93, n. 3, May/June 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/end-reform-china>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ZHENG, Bijian. **China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004**. [S.l.]: The Brookings Institution, 2005. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/events/2005/0616china.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

ZUCATTO, Giovana Esther et al. Conferência de Bandung. In: FINGER, Marina de Oliveira; ROBERTO, Willian Moraes. **UFRGSMUNDI: Guia de Estudos**. Porto Alegre: CERI, UFRGSMUN, NERINT, UFRGS, 2013. p. 117-147.